



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

### ATA N.º 5/2016

----- Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, nesta cidade de Gouveia, edifício dos Paços do Concelho e Salão Nobre, pelas vinte horas, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Gouveia, com o objetivo de dar cumprimento à respetiva Ordem de trabalhos.-----

#### I – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

- a) Apreciação e votação da Ata da Sessão Ordinária de 27 de junho de 2016.
- b) Informações e leitura resumida do Expediente.
- c) Inscrição de membros da Assembleia que pretendam intervir.
- d) Direito de resposta do Presidente da Câmara ou de quem o substitua.

#### II - PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

- Ponto 1 -** Apreciação do Pedido de Suspensão do Mandato da Senhora Deputada Carla Sofia Garrido Amaral
- Ponto 2 -** Discussão e Votação da Proposta da 4.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Gouveia do ano de 2016
- Ponto 3 -** Discussão e votação da Proposta de Lançamento de Derrama para o ano de 2017
- Ponto 4 -** Discussão e votação da Proposta de Fixação do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2017
- Ponto 5 -** Discussão e votação da Proposta relativa à Participação Variável do Município de Gouveia no IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
- Ponto 6 -** Discussão e votação da Proposta de Fixação da TMDP – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2017
- Ponto 7 -** Discussão e Votação da Proposta de Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação e Partilha de Competências do Município de Gouveia na CIM-BSE, relacionadas com o Serviço Público de Transporte de Passageiros de abrangência Municipal
- Ponto 8 -** Discussão e Votação da Proposta de Suspensão Parcial do PDM aplicável aos terrenos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melo e o conseqüente estabelecimento de medidas preventivas, nos termos da alínea b) do n.º 1, n.º 3 e n.º 7 do art.º 126.º do D.L. 380/99, de 22 de setembro
- Ponto 9 -** Discussão e Votação da Proposta relativamente à Contratação de Fornecimento de Energia Elétrica em Mercado Liberalizado:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

- Delegação de Competências do Município de Gouveia na ENERAREA - Agencia Regional de Energia e Ambiente do Interior, para abertura de procedimento de Contratação de Serviço de Fornecimento de Energia Eléctrica em Mercado Liberalizado
- Aprovação do Protocolo que rege a delegação de competências
- Aprovação da Despesa Plurianual no prazo de vigência do futuro contrato (36 meses)

**Ponto 10 -** Discussão e Votação da Proposta de Adesão do Município de Gouveia à Associação Geopark Estrela, bem como a aprovação dos respetivos Estatutos

**Ponto 11 -** Discussão e votação da Proposta de Alteração ao “Regulamento da Residência para Estudantes de Gouveia”

**Ponto 12 -** Discussão e Votação da Proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Gouveia: “Acesso à Autoestrada A25”

**Ponto 13 -** Informações das Atividades do Senhor Presidente e Situação Financeira a 23/09/2016

### III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

14

15 ----- Procedeu-se à chamada dos Membros da Assembleia Municipal, tendo-se  
16 verificado as seguintes presenças: Luís António Vicente Gil Barreiros  
17 (coligação PPD/PSD-CDS/PP), José Manuel Correia Santos Mota (PS), Laura  
18 Maria da Rocha Oliveira Pinto da Costa (coligação PPD/PSD-CDS/PP),  
19 Cezarina da Conceição Santinho Maurício (PS), Álvaro Cabral Prata Belo  
20 (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Ana Mónica Silva Ferreira (PS), André Filipe  
21 Pissarra Costa Oliveira (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Pedro José Maltez  
22 Amaral (PS), Fernando Manuel Pinto Santos (coligação PPD/PSD-CDS/PP),  
23 Ana Cristina Dias Oliveira (PS), Ana Paula Alves Morgado Mendes  
24 (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Joana Mota da Silva (PS), Arminda Isabel  
25 Carvalho do Nascimento Rebelo (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Maria  
26 Açucena Mendes Carmo (CDU), Rui Manuel de Jesus Gonçalves (PS), José  
27 Manuel Mendes de Oliveira (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Ana Isabel  
28 Martins Cardoso (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Fernando António  
29 Figueiredo Silva (PS), Sérgio Miguel Almeida Dias Cipriano (coligação  
30 PPD/PSD-CDS/PP), António José Cabral (PS), Vítor Manuel da Silva  
31 Albuquerque (Presidente da União das Freguesias de Aldeias e Mangualde da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

32 Serra), Carlos Miguel Duarte Branco (Presidente da Junta de Freguesia de  
33 Arcozelo da Serra), Maria Elisabete Almeida Lopes Guerrinha (Presidente da  
34 União das Freguesias de Figueiró e Freixo da Serra), Fernando Manuel Carmo  
35 Henriques (Presidente da Junta de Freguesia de Folgoso), João José Amaro  
36 (Presidente da Freguesia de Gouveia), Mário Alberto dos Santos Almeida  
37 (Presidente da União das Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó), António  
38 José Direito Saraiva (Presidente da Junta de Freguesia de Nespereira), Vítor  
39 Manuel dos Santos Quaresma (Presidente da Junta de Freguesia de Paços da  
40 Serra), Pedro Miguel Santos Monteiro (Presidente da Junta de Freguesia de  
41 Ribamondego), Gonçalo Luís Chouzal do Nascimento (Presidente da União  
42 das Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos), Glória Cardoso Lourenço  
43 (Presidente da Junta de Freguesia de São Paio), Avelino Zacarias Sequeira  
44 Tente (substituto legal da Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cortês da  
45 Serra), Carlos Manuel Santinho Pacheco (Presidente da Junta de Freguesia de  
46 Vila Franca da Serra) e Marco António Marvão Martins (Presidente da Junta  
47 de Freguesia de Vila Nova de Tazem).-----

48 ----- Solicitaram os membros da Assembleia Armindo Correia Bezerra (PS),  
49 António José Ferreira Machado (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Eduardo  
50 Manuel Pinto Bernardo (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Carlos Alberto  
51 Nabais da Cunha (CDU) e Ana Paula Casegas Pardal Duarte Freitas (PS), a  
52 respetiva substituição, ao abrigo do n.º 1 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de  
53 18 de Setembro, com a redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de  
54 Janeiro, cabendo a mesma a Ana Mónica Silva Ferreira (PS), André Filipe  
55 Pissarra Costa Oliveira (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Fernando Manuel  
56 Pinto Santos (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Maria Açucena Mendes Carmo  
57 (CDU) e António José Cabral (PS), nos termos do art.º 79.º do citado diploma  
58 legal.-----

59 ----- Foi a Senhora Presidenta da Junta de Freguesia de Vila Cortês da Serra,  
60 representada pelo respetivo substituto legal por ela designado, nos termos da  
61 alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

62 ----- Registam-se, portanto, as faltas dos Senhores Presidentes da Junta de  
63 Freguesia de Cativeiros e União das Freguesias de Melo e Nabais.-----

### 64 **I – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**

65 ----- Considerando que a Assembleia reunia o número legal suficiente para  
66 deliberar, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão.-----

#### 67 **a) Apreciação e votação da Ata da Sessão Ordinária da Assembleia** 68 **Municipal de 27 de junho de 2016**

69 ----- O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Ata da Sessão  
70 ordinária da Assembleia Municipal de 27 de junho de 2016, tendo sido



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

71 aprovada, por maioria, com as abstenções dos membros da Assembleia José  
72 Manuel Correia Santos Mota (PS), Joana Mota da Silva, Ana Isabel Martins  
73 Cardoso (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Presidente da União das Freguesias  
74 de Aldeias e Mangualde da Serra, Presidente da Freguesia de Gouveia por não  
75 terem estado presentes na respetiva reunião.-----

### 76 **c) Informações e leitura resumida do Expediente**

77 ----- A 1.<sup>a</sup> Secretária da Mesa, Ana Paula Alves Morgado Mendes  
78 (coligação PPD/PSD-CDS/PP), deu conta da correspondência recebida, desde  
79 a efetivação da última reunião da Assembleia Municipal e que a seguir se  
80 discrimina: -----

- 81 i) **Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia:-** Comunica a sua  
82 substituição na sessão ordinária de 27 de junho de 2016;
- 83 ii) **Presidente da Junta de Freguesia de Cativelos:-** Comunica a sua  
84 substituição na sessão ordinária de 27 de junho de 2016;
- 85 iii) **Deputado Carlos Alberto Nabais Cunha:-** Comunica a sua  
86 substituição na sessão ordinária de 27 de junho de 2016;
- 87 iv) **Deputada Joana Mota da Silva:-** Solicita a justificação de falta à  
88 sessão extraordinária de 6 de junho de 2016;
- 89 v) **Deputada Carla Sofia Garrido Amaral:-** Pedido de substituição  
90 na sessão de 27 de junho de 2016;
- 91 vi) **Presidente da União de Freguesias de Aldeias e Mangualde da**  
92 **Serra:-** Comunica a sua substituição na sessão ordinária de 27 de junho  
93 de 2016;
- 94 vii) **Órfeão da Santa Casa da Misericórdia de Gouveia:-** Envio de  
95 convite para estar presente no dia 2 de julho nas iniciativas relacionadas  
96 com o 29.<sup>a</sup> Encontro de Coros;
- 97 viii) **Deputado Armindo Correia Bezerra:-** Solicita a justificação de  
98 falta à sessão ordinária de 27 de junho de 2016;
- 99 ix) **Presidente da Assembleia de Freguesia de Ribamondego:-**  
100 Comunica que tomou posse o novo Presidente da Junta de Freguesia de  
101 Ribamondego, o Sr. Pedro Miguel dos Santos Monteiro, em virtude do  
102 pedido de suspensão de mandato do Sr. Alfredo Ramos Rodrigues;
- 103 x) **Deputada Joana Mota da Silva:-** Solicita a justificação de falta à  
104 sessão ordinária de 27 de junho de 2016;
- 105 xi) **Ana Isabel Martins Cardoso:-** Justificação de falta à sessão  
106 ordinária de 27 de junho de 2016;
- 107 xii) **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de**  
108 **Gouveia:-** Envio de convite para as comemorações do 112.<sup>o</sup>  
109 Aniversário desta Associação no dia 10 de julho de 2016;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

- 110      xiii) **Presidente da Junta de Freguesia de Folgosinho:-**Solicita a  
111          justificação de falta à sessão extraordinária de 6 de junho de 2016;
- 112      xiv) **Santa Casa da Misericórdia de Gouveia:-** Envio de convite para  
113          estar presente na sessão solene de início das Comemorações dos 500  
114          Anos da Santa Casa da Misericórdia, no dia 22 de julho de 2016;
- 115      xv) **Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra:-**  
116          Envio de convite para a Feira Franca e Mostra Gastronómica, no dia 7  
117          de agosto de 2016;
- 118      xvi) **Presidente da Assembleia Municipal de Figueira de Castelo**  
119          **Rodrigo:-** Envio de Moção relativa à “Reorganização Administrativa  
120          das Freguesias do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo”;
- 121      xvii) **Deputado da Assembleia da República, António José Santinho**  
122          **Pacheco:-** Envio, para conhecimento, da pergunta e resposta que, no  
123          âmbito da sua atividade parlamentar, empreendeu junto do Sr. Ministro  
124          do Ambiente sobre a Barragem de Girabolhos;
- 125      xviii) **Núcleo de Gouveia da Liga de Combatentes:-** Envio de convite  
126          para estar presente nas Cerimónias Comemorativas do seu II  
127          Aniversário, no dia 11 de Setembro de 2016;
- 128      xix) **Agrupamento de Escolas de Gouveia:-** Envio de convite para estar  
129          presente no dia 8 de Setembro na edição do “Dia do Diploma”;
- 130      xx) **Santa Casa da Misericórdia de Gouveia:-** Envio de convite para  
131          estar presente na sessão de celebração do 500.º Aniversário da Santa  
132          Casa da Misericórdia, no dia 17 de Setembro de 2016;
- 133      xxi) **Presidente da União de Freguesia de Melo e Nabais:-** Convite  
134          para estar presente no ato de inauguração do “Caminho de Santa  
135          Eufêmia”, no dia 11 de Setembro;
- 136      xxii) **Presidente da Câmara Municipal de Pinhel:-** Convite para assistir  
137          à inauguração do I Encontro Cinegético de Pinhel – Cidade Falcão, no  
138          dia 16 de Setembro de 2016;
- 139      xxiii) **Associação de Estudo de Direito Regional e Local:-** Solicitam o  
140          preenchimento de inquérito sobre os 40 anos do Poder Local;
- 141      xxiv) **Presidente da Câmara Municipal de Gouveia:-** Solicita  
142          informação sobre as dotações a inscrever no Orçamento Municipal para  
143          2017, relativas ao funcionamento da Assembleia Municipal;
- 144      xxv) **Deputada Carla Sofia Garrido Amaral:-** Pedido de suspensão de  
145          mandato pelo período de 365 dias;
- 146      xxvi) **Presidente da Câmara Municipal de Gouveia:-** Vem indicar as  
147          propostas da Câmara Municipal para a ordem de trabalhos da sessão da  
148          Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2016;





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

149 xxvii) **Deputado José Manuel Santos Mota:-** Envio de proposta para  
150 agendamento para a sessão de 30 de Setembro de 2016.

151 **d) Inscrição de membros da Assembleia que pretendam intervir**

152 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila  
153 Franca da Serra procedendo à leitura da seguinte Recomendação à Mesa, que  
154 posteriormente entregou:-----

155 *“Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra*  
156 *traria a esta reunião o assunto que vou apresentar, fosse quem fosse o*  
157 *cidadão meu conterrâneo que estivesse em causa, como qualquer Presidente*  
158 *de Junta o faria também se a pessoa referida tivesse nascido na sua terra.----*  
159 *A própria Câmara já o poderia ter feito em relação a esse natural do*  
160 *Concelho.-----*

161 *Porém, se ao facto de ser meu conterrâneo juntar o orgulho que sinto em ser*  
162 *o meu irmão mais velho, imaginam todos quanta honra e satisfação é para*  
163 *mim falar sobre ele.-----*

164 *António José Santinho Pacheco natural de Vila Franca da Serra, concelho de*  
165 *Gouveia, é o único cidadão português que, democraticamente, foi eleito para*  
166 *tudo no Poder Local, desde há 40 anos, nas primeiras eleições livres para os*  
167 *Órgãos das Autarquias Locais em 12 de dezembro de 1976 e cujas*  
168 *comemorações este ano se assinalam.-----*

169 *Nessas primeiras eleições foi eleito membro da nossa Assembleia Municipal,*  
170 *1.º Secretário da Mesa e, meses depois, foi eleito Presidente da Assembleia.*  
171 *Nas eleições seguintes, em 1979, seria eleito Presidente da Junta de*  
172 *Freguesia de Vila Franca da Serra e Vereador da Câmara Municipal de*  
173 *Gouveia. Em 1982, foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Gouveia e*  
174 *reeleito até 2002.-----*

175 *O facto de ter sido mais tarde Deputado e Governador Civil, sendo relevante,*  
176 *não é importante para esta minha Recomendação.-----*

177 *Estamos a comemorar os 40 anos das primeiras eleições livres para as*  
178 *Autarquias.-----*

179 *Em qualquer Concelho que tivesse uma personalidade que fosse caso único*  
180 *na sua vida autárquica, há muito que tinha sido evidenciado como exemplo.--*

181 *Esta é a hora de nós o fazermos a Santinho Pacheco.-----*

182 *A Associação Nacional de Municípios Portugueses vai assinalar essa*  
183 *efeméride no dia 10 de dezembro e esse é o local certo para reconhecer o seu*  
184 *mérito.-----*

185 *Entendo assim recomendar à Mesa e à Assembleia Municipal que o caso de*  
186 *António José Santinho Pacheco seja apontado como exemplo de Cidadão e*  
187 *Autarca que, subindo pelo voto todos os degraus do Poder Local, merece o*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

188 *prémio da sua dedicação e singularidade, a nível nacional, da sua vida*  
189 *pública.*-----  
190 *Seria honroso para o Concelho de Gouveia que esta recomendação fosse*  
191 *aprovada como proposta nesta casa da democracia concelhia.*-----  
192 *Por iniciativa do Senhor Presidente da Assembleia, seria perfeito.*-----  
193 *E assim valer ainda mais a pena de ser Autarca e Presidente da Junta da*  
194 *terra onde nasceu esse conterrâneo nosso.”*-----  
195 Quando recebeu a convocatória para a presente sessão, apercebeu-se que de  
196 facto o tempo passa depressa. Esta sua reflexão não é pelo facto de daqui a  
197 um ano estarem perante novas eleições, mas sim porque estão na reta final de  
198 um mandato para o qual todos foram democraticamente eleitos.-----  
199 Do balanço destes três anos, manifesta a grande honra que tem em ser  
200 Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra e o privilégio em  
201 fazer parte desta Assembleia. Agradece a todos o facto de hoje ser um melhor  
202 cidadão e aqui regista o seu reconhecimento.-----  
203 Mas, talvez devido à sua maneira de ser e à forma de estar na vida, há aspetos  
204 que o surpreenderam negativamente, pois numa altura em que se fala em  
205 solidariedade, cidadania e participação cívica, quer lembrar que a Junta de  
206 Freguesia de Vila Franca da Serra, nestes três anos de mandato, organizou  
207 mais de 60 eventos de cariz social, cultural, gastronómico, lúdico, desportivo,  
208 alguns deles, com a intenção de intervenção mais local, mas a grande parte  
209 dos eventos com o propósito de transpor para o limite da freguesia a nossa  
210 cultura e as nossas tradições.-----  
211 Deste modo, lamenta que a maior parte dos membros desta Assembleia nunca  
212 tenham comparecido num evento realizado na sua freguesia. Se relativamente  
213 à ausência dos Senhores Presidentes de Junta tenta entender, porque têm o  
214 trabalho nas freguesias e apenas foram eleitos com os votos das respectivas  
215 freguesias, já em relação aos membros eleitos diretamente para a Assembleia  
216 Municipal tem a dizer que é para si uma desilusão, porque esses membros  
217 foram eleitos com votos de todas as freguesias deste concelho. Quando há  
218 eleições, verifica-se, através das Estatísticas, que cada vez há maior abstenção  
219 e que há um afastamento do eleitorado da classe política. Porém, o Senhor  
220 Presidente de Junta tem outra perspetiva: não será que a classe política se  
221 afasta do eleitorado e das populações e reaparece de quatro em quatro anos,  
222 durante um mês e volta a afastar-se? É preciso tirar as conclusões.-----  
223 A este propósito, o Senhor Presidente de Junta teceu ainda o seguinte  
224 comentário: pode não dizer nada à maior parte dos presentes a vinda do  
225 Senhor Embaixador do Japão a Gouveia. Contudo, é de opinião que as  
226 Comemorações do 25 de Abril, as Comemorações do Aniversário da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

227 Elevação de Gouveia a Cidade, o Dia Municipal do Bombeiro, as  
228 Comemorações do Centenário do Nascimento de Vergílio Ferreira ou outros  
229 eventos organizados. É de opinião que deviam merecer da parte dos membros  
230 da Assembleia maior atenção e uma melhor presença.-----  
231 Neste momento, é um autarca e cidadão preocupado e desiludido. Preocupado  
232 não com o seu futuro como Presidente de Junta, porque ele e aqueles que o  
233 têm acompanhado na árdua tarefa do que é ser Presidente de Junta nos tempos  
234 de hoje e numa freguesia como Vila Franca da Serra, estão de consciência  
235 tranquila quanto ao trabalho e quanto ao que têm feito em prol do  
236 desenvolvimento da sua terra e do seu concelho. Está sim preocupado com o  
237 futuro do nosso concelho e de algumas freguesias enquanto se mantiverem os  
238 mesmos critérios e políticas de desenvolvimento que levarão com certeza, a  
239 médio prazo, à desertificação de algumas das nossas freguesias. Caminhamos  
240 cada vez mais para um concelho mais desequilibrado.-----  
241 Teve a oportunidade de estar presente na apresentação do PEDU. São milhões  
242 de euros para investir na cidade de Gouveia. Também leu na imprensa local a  
243 atribuição pela Endesa de uma verba no montante de 1,5 milhão de euros para  
244 a Câmara Municipal investir em Gouveia e em algumas freguesias.-----  
245 No entanto, nos últimos três orçamentos e nas diversas revisões orçamentais  
246 que houve ao longo dos três anos, assistiu, desde arrelvamentos a construções  
247 de estádios, construção de muros, requalificação de espaços públicos,  
248 beneficiação de estradas, balneários, obras de saneamento, projetos para  
249 Parque Ecológico, etc. Há obras para todos os gostos. Porém, nenhuma foi em  
250 Vila Franca da Serra, com a exceção da última revisão orçamental com uma  
251 candidatura para a construção da ETAR, a qual depende da boa vontade dos  
252 parceiros europeus.-----  
253 Até agora só tiveram direito a obras mistas que, como sabem, são  
254 intervenções realizadas com trabalho da Câmara, mas todas elas pagas com  
255 dinheiro da Junta de Freguesia. Enquanto se assiste à inauguração de obras  
256 resultantes de promessas autárquicas, a sua freguesia, aguarda, desde 2013,  
257 por pequenas intervenções em infraestruturas que até pertencem ao  
258 Município. No ano de 2016, só viu trabalhadores da Câmara na sua freguesia  
259 ou a fazer a recolha do lixo ou a reparar fugas de água ou esgotos.-----  
260 Por exemplo, enquanto que o Município de Gouveia concedeu 50.000,00  
261 euros para a conclusão da Casa Mortuária de Lagarinhos, a Vila Franca da  
262 Serra deu 20.000,00 euros para a construção da Casa Mortuária.-----  
263 Assim, lembrou ao Senhor Presidente da Câmara a sua intervenção no dia  
264 19 de outubro de 2013, dia da tomada de posse, “o nosso concelho tem que





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

265 *ser visto como um todo, não há lugar para filhos e enteados...pretendo*  
266 *trabalhar com todas as freguesias sejam da cor A ou da cor B.”-----*  
267 “Senhor Presidente da Câmara, há mais vida para além das eleições e apesar  
268 de ter perdido muito nestes últimos tempos, não perdi a vontade de continuar  
269 a trabalhar pela minha terra e pelo meu concelho.” - Concluiu.-----  
270 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que  
271 relação à Recomendação apresentada pelo Senhor Presidente de Junta de Vila  
272 Franca da Serra, que pretendia que a mesma fosse aprovada como proposta,  
273 teceu as seguintes considerações.-----  
274 Considera que quando se fizer história e a história um dia há-de ser feita por  
275 alguém, se houve grandes adversários políticos neste concelho, foi ele e  
276 António Santinho Pacheco em vários debates e em várias épocas eleitorais.  
277 Também é verdade que é conhecido por toda a gente que curiosamente, ou  
278 não, quer ele, quer o Senhor Deputado António Santinho Pacheco, apesar de  
279 adversários, mantiveram sempre um relacionamento pessoal para além da  
280 política que os leva a conseguir ter todo o tipo de conversas com absoluta  
281 civilidade e amizade mútua. Por isso, não tem problema em aceitar este tipo  
282 de Recomendação, pensando que não chocará a ninguém este tipo de  
283 Recomendação, porque não se consegue constituir nada se não formos justos  
284 e se não nos lembrarmos da história. A história faz parte de nós, faz parte do  
285 coletivo e é para se saudar e para se sublimar quando tiver que ser.-----  
286 Quer dizer ao Senhor Presidente de Junta que, na próxima terça-feira, vai  
287 realizar-se uma reunião com os líderes de bancada para se continuar a debater  
288 as Comemorações dos 40 anos do Poder Local. É evidente, e há que dizê-lo,  
289 que a realização, justíssima e que ninguém contesta, de homenagem ao 1.º  
290 Presidente de Câmara eleito, Dr. Alípio de Melo, de alguma forma  
291 condicionou esta Assembleia naquilo que pretendem fazer, mas continua a ser  
292 um desidrato da Assembleia Municipal e Câmara Municipal que os 40 anos  
293 do Poder Local tenham que ser comemorados neste concelho, nomeadamente,  
294 com a homenagem a uma série de figuras e pessoas que tiveram participação  
295 muito ativa nesses primeiros tempos.-----  
296 Assim, enquanto Órgão Deliberativo, não querem deixar de homenagear o 1.º  
297 Presidente da Assembleia Municipal que, como Órgão, na Lei, seria o  
298 primeiro Órgão do Município, mas na prática é o Órgão “esquecido”.-----  
299 Contudo, como Órgão, ao qual a Lei lhe confere o poder, status e imagem, é  
300 seu propósito homenagear o primeiro Presidente da Assembleia Municipal  
301 eleito, bem como os primeiros Presidentes de Assembleia de Freguesia eleitos  
302 deste concelho, na medida em que na Assembleia Municipal também estão  
303 representadas as Freguesias.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

304 Portanto, nesse tipo de comemorações, é bem possível que se possam fazer  
305 todas as outras de importância, de elevar as figuras que contribuíram para a  
306 democracia e nem sempre com poder, porque nem só com poder se elevou a  
307 democracia neste concelho e houve de facto muita gente que contribuiu para a  
308 democracia no nosso concelho.-----  
309 Deste modo, a Recomendação é plenamente aceite, por justiça, por parte da  
310 Mesa e, particularmente, por si. Não tem qualquer problema, enquanto  
311 Presidente da Assembleia Municipal de a remeter aos Órgãos Diretivos da  
312 ANMP, lembrando-lhes que temos no concelho uma figura que fez este  
313 trajeto político e que ocupou estes cargos. Pelo que dará o devido  
314 desenvolvimento à sua Recomendação.-----  
315 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia  
316 referindo que, em relação à Recomendação do Senhor Presidente da Junta de  
317 Freguesia de Vila Franca da Serra, dada a conhecida afinidade pessoal e  
318 política que tem com a figura em questão, António Santinho Pacheco,  
319 dispensa qualquer encómio que possa aqui também reforçar o apreço que tem  
320 e os méritos que reconhece à pessoa em causa. É uma personalidade do poder  
321 local democrático que, de alguma forma, é singular no nosso País, é o único  
322 autarca que conhece que subiu todos os degraus do Poder Local democrático.-  
323 Foi eleito Presidente de Junta de Freguesia da sua terra, foi membro da  
324 Assembleia Municipal, Secretário e Presidente da Mesa, Vereador, Presidente  
325 de Câmara. Portanto, não conhece ninguém no país que tenha percorrido  
326 todos estes patamares da nossa democracia autárquica. Pelo que vê com  
327 muitos bons olhos a recomendação à ANMP para que no âmbito da distinção  
328 que vão fazer aos autarcas que estiveram nesse advento do poder local, há 40  
329 anos, ele possa igualmente ser distinguido, pois é um nome que nos honra,  
330 que honra Gouveia e, sobretudo, honra o exercício do Poder Local.-----  
331 Ao referir as primeiras eleições autárquicas, em 12 de dezembro de 1976, foi  
332 feita a alusão ao Dr. Alípio de Melo; aliás foi já constituída uma Comissão  
333 organizadora de uma homenagem a pretexto dos seus 75 anos de vida que  
334 assinala este ano e, também, a propósito das comemorações dos 40 anos do  
335 Poder Local Democrático. Em relação à referência que se fez ao 1.º  
336 Presidente de Assembleia eleito que não haja dúvidas em relação a essa  
337 figura. Há alguns equívocos, mesmo exarados em documentos escritos,  
338 oficiais, da própria Câmara, pois ao contrário do que se encontra erradamente  
339 expresso, o 1.º Presidente da Assembleia Municipal eleito foi José Seabra,  
340 nome que não consta dos quadros no Salão Nobre e para que se faça justiça e  
341 para que se reponha a verdade histórica, pois quem faz a história não são  
342 aqueles que vêm posteriormente reescrevê-la, mas aquela que efetivamente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

343 aconteceu. Por isso, o 1.º Presidente da Assembleia Municipal de Gouveia  
344 eleito após o 25 de Abril foi José da Silva Seabra, um cidadão felizmente  
345 ainda vivo, com uma provecta idade de 93 anos e que merece a devida  
346 distinção.-----

347 De seguida, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de  
348 Gouveia, no sentido de manifestar o seu agrado, interpretando o sentir dos  
349 seus concidadãos e da população da sua freguesia, pelo facto de finalmente a  
350 estrada da ETAR ou Caminho da Portela estar a ser motivo de uma  
351 intervenção que há muito se justificava. Lembra-se de a reivindicar desde os  
352 tempos em que era Presidente de Junta de Freguesia da agregada freguesia de  
353 São Pedro, bem como do andamento das obras do Caminho da Madre de  
354 Água que vai beneficiar os moradores da zona do Formil.-----

355 Não esteve presente na última sessão da Assembleia Municipal, razão porque  
356 só agora pode comentar a intervenção do Senhor Deputado Álvaro Prata  
357 (coligação PPD-PSD/CDS/PP) a propósito do novo Brasão da Freguesia de  
358 Gouveia e dos seus considerandos e opinião transmitida. O Senhor Deputado  
359 Álvaro Prata, melhor do que ninguém, sabe, porque esteve presente na sessão  
360 de apresentação, o trabalho que acarreta a preparação e aprovação da  
361 heráldica de uma freguesia; foram dois anos e meio de muito trabalho, muita  
362 análise e muita ponderação. O resultado que levou à versão final do Brasão da  
363 Freguesia não tem a ver com o gosto do Presidente de Junta, em particular,  
364 pois, ao contrário do que disse o Senhor Deputado, não foi feito por uma  
365 questão estética ou porque fica bonito. O Senhor Deputado sabe que não foi  
366 isso e também não pretende dar novamente a explicação feita na referida  
367 sessão de apresentação pois seria demasiado fastidioso. Aquilo que fica é um  
368 símbolo de cada freguesia agregada, não está aqui em causa o passado,  
369 presente ou futuro de cada freguesia, dois anos e meios volvidos, depois de  
370 muitos ensaios, depois de muitos testes e de muitas ideias, de muitas  
371 reprovações, os Órgãos da Freguesia de Gouveia, Junta e Assembleia,  
372 unanimemente, depois de muitas consultas a muito especialistas da história  
373 local e não só, chegaram à conclusão que a simbologia da freguesia devia  
374 traduzir historicamente aquilo que foi a génese das duas freguesias que foram  
375 agregadas:-----

376 São Pedro com as chaves do seu orago que tem a representação na Igreja  
377 Matriz; Ora, não podendo São Julião ser representado pela "cruz do templo",  
378 teria que ser um outro símbolo ligado àquele orago, a "Espada em Palma"  
379 que, para além de representativa de São Julião, é também o símbolo mais  
380 saliente do seu principal ícone que é São Miguel, e que tem a sua capela onde  
381 ainda é venerado, tendo como elemento de união a ribeira de Gouveia.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

382 Portanto, falar na “estrela” ou falar nos “rodízios” ou falar na República ou  
383 em Botto Machado, é confundir o essencial com o acessório e não querer  
384 avaliar seriamente o que está em causa.-----  
385 Com tamanha defesa da simbologia republicana por parte do Senhor  
386 Deputado Álvaro Prata, quase conclui que o Senhor Deputado é um  
387 *“perigosíssimo republicano, quiçá socialista e laico e eu talvez um refinado*  
388 *sacripanta que só defendo símbolos eclesiásticos.”* - Referiu o Senhor  
389 Presidente de Junta.-----  
390 Brincando até com a situação, e como o Senhor Deputado Álvaro Prata foi tão  
391 cioso de uma representação que fosse de encontro ao passado, presente e  
392 futuro da nossa terra, pegando na observação de há pouco do Senhor  
393 Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra, quando falou na  
394 desertificação do nosso Concelho, talvez valesse a ideia fazer um Brasão com  
395 umas dunas e uns camelos, uma vez que Gouveia se está a tornar um  
396 verdadeiro deserto.-----  
397 Como dizia Amiel, um célebre pintor e crítico alemão de arte, *“uma paisagem*  
398 *é um estado de alma”*, cada um olha para as coisas e interpreta-as da forma  
399 que acha que tem que entender. Eu também entendo o seu estado de alma  
400 Senhor Deputado Álvaro Prata. – Concluiu o Senhor Presidente de Junta.-----  
401 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de  
402 Ribamondego relembrando o flagelo que foram os incêndios no passado mês  
403 de agosto:-----  
404 *“No passado mês de agosto deflagraram no concelho de Gouveia,*  
405 *principalmente nos dias 7 e 8 de agosto, enormes incêndios que devastaram*  
406 *uma área de 2.500 hectares.*-----  
407 *Na freguesia de Ribamondego, à qual presido, arderam 1283 hectares, Rio*  
408 *Torto 774 hectares, Nabais 126 hectares, Póvoa da Rainha 105 hectares.*-----  
409 *Quero com isto dar um agradecimento aos Bombeiros Voluntários,*  
410 *Sapadores Florestais, GNR e demais populares que ajudaram a combater*  
411 *estes grandes incêndios.*-----  
412 *Em primeiro lugar, dar uma palavra de gratidão aos Bombeiros Voluntários*  
413 *de Gouveia, porque devido às circunstâncias do incêndio e à densidade da*  
414 *área florestal ardida, tornou-se difícil acudir a tudo e a todos ao mesmo*  
415 *tempo.*-----  
416 *E não é nas alturas que se tem os “nervos à flor da cabeça” que se dá essa*  
417 *palavra de gratidão. Pretendo agora, neste momento, fazer essa reflexão e*  
418 *endereçar a minha palavra de apreço e gratidão aos Bombeiros Voluntários*  
419 *de Gouveia, aos sapadores florestais, GNR de Gouveia e demais populares*  
420 *que estiveram a ajudar no combate ao incêndio.*-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

421 *Para finalizar, pretendo deixar registadas duas perguntas:-----*  
422 *Quais as medidas que estão a ser tomadas relacionadas com questões*  
423 *preventivas para que se possam minimizar futuras situações?-----*  
424 *Quais as medidas que estão a ser tomadas em termos de reflorestação da*  
425 *área ardida nas áreas abrangidas?”-----*  
426 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
427 depreendendo das palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de  
428 Ribamondego, ao citar os “Bombeiros de Gouveia” se está a referir às quatro  
429 corporações de bombeiros do concelho de Gouveia: Gouveia, Folgosinho,  
430 Melo e Vila Nova de Tazem, pois é da mais elementar justiça esse  
431 reconhecimento.-----  
432 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia José Santos Mota (PS)  
433 iniciando a sua intervenção com a leitura de uma “Declaração em Defesa da  
434 Honra”, devido a factos ocorridos na última sessão, na qual esteve ausente e  
435 passou a citar:-----  
436 *“Quis o Senhor Presidente da Câmara na reunião ordinária de junho, na*  
437 *Assembleia Municipal, a pretexto de uma pergunta da Senhora Deputada*  
438 *Isabel Nascimento (coligação PPD-PSD/CDS-PP) e na ausência dos dois*  
439 *subscritores do documento que foi apresentado no Ministério Público,*  
440 *solicitando esclarecimentos, denegrir a imagem dos autarcas socialistas.-----*  
441 *Como refere o Senhor Presidente na sua declaração e passo a citar: “alguns*  
442 *elementos da bancada do Partido Socialista apresentaram ao Ministério*  
443 *Público uma série de dúvidas sobre a legalidade daquilo que a Câmara*  
444 *Municipal teria feito em relação ao processo de dissolução da empresa*  
445 *DLCG e do processo de recrutamento de pessoal.”-----*  
446 *Por estas palavras do Senhor Presidente, tudo parecia normal em*  
447 *democracia, não fossem as imprecisões de leitura do Despacho de*  
448 *Arquivamento e da linguagem com que se dirige à Bancada do Partido*  
449 *Socialista.-----*  
450 *Assim, enquanto subscritor do pedido de esclarecimento ao Ministério*  
451 *Público, é meu dever esclarecer a Assembleia Municipal do seguinte:-----*  
452 *- Na sessão da Assembleia Municipal de abril de 2015, a Senhora Deputada*  
453 *Isabel Nascimento dirigiu-me uma pergunta: Relativamente à queixa*  
454 *apresentada junto do Ministério Público, sempre se concretizou e se já tinha*  
455 *alguma resposta. Respondi claramente dizendo-lhe que se tinha concretizado*  
456 *a apresentação desse pedido de esclarecimento, mas que não houve qualquer*  
457 *tipo de informação. Quando tiver, fá-lo-ei. Está registado em ata.-----*  
458 *Se é verdade que o processo tem a data de 27 de abril, não é menos verdade*  
459 *que a Assembleia Municipal se realizou no dia 29. A data do documento é 27*





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

460 *de abril, verifica-se, portanto, quando é que este documento chega à caixa de*  
461 *correio de cada um de nós, ou seja, no dia 29 de abril, o que demonstra a*  
462 *impossibilidade temporária deste assunto ser trazido a esta sessão da*  
463 *Assembleia.*-----  
464 *Entendeu o Senhor Presidente na minha ausência e do Vereador Armando*  
465 *Almeida, com quem reúne duas vezes por mês, querendo, ter colocado este*  
466 *assunto na reunião de Câmara, não o fez, preferindo a tribuna da Assembleia*  
467 *Municipal, quando sabia que ambos os subscritores estavam ausentes e por*  
468 *isso sem possibilidade de exercerem o contraditório, regra básica da*  
469 *Democracia.*-----  
470 *O resultado do processo de Inquérito movido pelo Ministério Público e que*  
471 *conduziu ao seu arquivamento diz o seguinte: “Em face do exposto e das*  
472 *diligências levadas a cabo e da matéria recolhida não resultaram indícios*  
473 *suficientes da existência de factos que possam consubstanciar ilícitos de*  
474 *natureza criminal”.*-----  
475 *E não aquilo que o Senhor Presidente da Câmara refere na sua declaração e*  
476 *que passo a citar: “foi arquivado por não existirem sequer indícios de*  
477 *qualquer ilícito de natureza criminal.”*-----  
478 *Cada uma tira as suas conclusões.*-----  
479 *O enviesamento e deturpação da decisão do Ministério Público é só por si*  
480 *grave, não sabe se crime. É crime por aquilo que lhe acabou de dizer, ou*  
481 *seja, que o Senhor não reproduz o Acordo, falsifica-o, falta à verdade! E eu*  
482 *citei o que lá está escrito – tenho aqui o documento para quem quiser*  
483 *consultar - e as declarações que o Senhor Presidente fez.*-----  
484 *Como disse, o enviesamento e deturpação da decisão do Ministério Público é*  
485 *só por si grave, não sabe se é crime ou não, não sabe informar.*-----  
486 *Enquanto Presidente de Câmara é politicamente desonesto dizer aquilo que*  
487 *não está escrito.*-----  
488 *Ao contrário daquilo que afirma o Senhor Presidente da Câmara na sua*  
489 *declaração, a postura dos socialistas, não foi um ato de leviandade ou um ato*  
490 *de liberalidade, como refere, mas sim um ato de liberdade e de exercício de*  
491 *cidadania na defesa da transparência. Perante dúvidas na gestão da coisa*  
492 *pública têm a coragem e frontalidade de recorrer ao Ministério Público*  
493 *solicitando esclarecimentos.*-----  
494 *Esta é a minha Declaração de Honra.*-----  
495 *No entanto, termino, fazendo-lhe um desafio: meta-nos em Tribunal por*  
496 *difamação, desafio-o, ouse meter-nos em Tribunal por difamação, porque se*  
497 *esse fosse o caso o próprio Ministério Público o teria feito e não o fez!”*-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

498 Em relação à visita do Senhor Embaixador do Japão a Gouveia foi para si  
499 uma surpresa e mais surpreendido ficou quando ele depositou um ramo de  
500 flores no Monumento a Fernão Botto Machado. É um marco importante, pois  
501 Fernão Botto Machado foi o expoente máximo da diplomacia na 1.<sup>a</sup>  
502 República.-----  
503 Fez uma referência ao “Festival da Praça”, realizado pelo Escola Velha, julga  
504 que de facto se encontrou o local ideal para se desenvolver esta atividade.-----  
505 Quanto ao “Go Romaria Cultural”, uma iniciativa de jovens que nada querem,  
506 tudo dão e que nem sempre tudo recebem. Um grupo de jovens - a maioria  
507 deles não vive em Gouveia – que voluntariamente desencadeiam um  
508 programa com aquela dimensão, durante sexta, sábado e domingo, em que a  
509 música foi o ponto forte, desde a música hindi, rock, Fado de Coimbra, Fado  
510 de Lisboa, a Sociedade Musical Pedro Botto Machado, a Fanfarras de  
511 Bombeiros, bandas de rock na sexta e sábado, arraial popular em frente ao  
512 edifício da Câmara, exposição de pintura no Club Camões, filmes sobre a  
513 Serra da Estrela, tiveram a sensibilidade para integrar as comemorações do  
514 Centenário do Nascimento de Vergílio Ferreira promovendo um concurso de  
515 ilustrações da obra deste escritor.-----  
516 Assim, gostava que o Executivo refletisse acerca do seguinte: Se fosse o  
517 Município a elaborar um programa deste género e a executá-lo, quanto lhes  
518 custaria? Não sabe quanto custaria ao Município, mas sabe que ao grupo  
519 deram 3.000,00 euros! Tarde e às más horas! *“Dois, três dias antes, ainda  
520 não tinham um cêntimo na conta! Este programa foi de alguma forma  
521 prejudicado por falta de apoios que deram ao grupo de jovens! O programa  
522 só saiu para a rua, dois ou três dias antes, porque não tinham dinheiro para  
523 o mandar fazer! Não matem a galinha dos ovos de ouro, pois podemos não  
524 encontrar outros jovens que queiram vir executar o mesmo trabalho que estes  
525 estão a fazer e depois se o quiserem fazer saberão quanto custa ao  
526 Município.”*- Referiu.-----  
527 Sobre as Festas do Senhor do Calvário, é de opinião que decorrem um pouco  
528 como o Senhor Deputado Álvaro Prata referiu. Porém, em relação à sessão  
529 solene no Dia do Município, é preciso ter cuidado com o protocolo, pois  
530 convidar para estar presente nessa sessão a viúva do saudoso Manuel Jacinto  
531 Alves, para entregar um prémio, quando a Câmara já sabia que quem o ia  
532 receber não estava presente, não é o mais correto!-----  
533 Outra situação que lhe pareceu negativa nesta sessão e que já vem da  
534 governação de Álvaro Amaro e que pensa que já é tempo do Senhor  
535 Presidente da Câmara se livrar dessas posturas, pois não fica bem quando se  
536 dá alguma coisa a alguém, dizer que se dá. Pensa que o ato de solidariedade



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

537 não precisa de se chamar a atenção que estou a dar. O ato de dar, deve ser um  
538 ato simbólico feito na maior reserva. Acham bem que uma mãe ou um pai  
539 venham receber um subsídio para a bolsa de estudo do seu filho na sessão  
540 solene do Dia do Município?-----  
541 Nunca viu essa conduta no tempo de governação de Alípio de Melo e  
542 Santinho Pacheco e havia pessoas presentes na Assembleia que receberam  
543 essa bolsa de estudo, pelo que lhes pode perguntar se alguma vez foi feita essa  
544 pomposidade completamente desnecessária. É de opinião que esses apoios  
545 têm que se dar no recato, não podemos “enxovalhar” as pessoas e dizer “olha  
546 aquela ou aquele também precisam”. Isso não pode e não deve ser feito, na  
547 opinião do Partido Socialista e é um ponto negativo.-----  
548 Em relação à visita do Senhor Presidente da República a Gouveia, foi  
549 interessante, gostou, não fora um pormenor que ensombrou e que podia ter  
550 dado mau resultado e que podia ter tido repercussões se não houvesse calma  
551 de muita gente porque, mais uma vez, quem trata do protocolo não deve  
552 perceber nada desse assunto. Quando se convida alguém para ir à Biblioteca,  
553 é para ir à Biblioteca, não é para outra coisa e passou a descrever o sucedido  
554 nesse dia:-----  
555 *“Os Presidentes de Junta foram barrados à entrada da Biblioteca, os*  
556 *membros desta Assembleia foram barrados à entrada da Biblioteca, a Irmã*  
557 *Maria da Conceição foi barrada à entrada! E quem estava a barrar era aqui*  
558 *o Senhor Funcionário Helder! Não tem culpa disso, alguém certamente lhe*  
559 *mandou fazer isso. Quando eu ia a entrar já lá estava o Presidente da Junta*  
560 *de Freguesia de Gouveia, a quem também barraram a entrada e pensa que*  
561 *isso foi uma atitude indigna! Barraram a sua entrada, a entrada da*  
562 *representante da CDU, da Deputada Isabel Nascimento. Mais ainda, o*  
563 *Senhor Presidente da República foi visitar uma exposição sobre ilustração*  
564 *das obras de Vergílio Ferreira e não havia um representante dessa*  
565 *Comissão, desse grupo que pudesse dar alguma explicação! Há qualquer*  
566 *coisa que está mal!-----*  
567 *Não é que lhe tenha feito grande diferença o ter entrado ou não entrado, mas*  
568 *que diferença vê de 1998 com Mário Soares. Todos os Presidentes de Junta*  
569 *entraram, todos os membros da Assembleia entraram, eu estive lá!-----*  
570 *Senhor Presidente, quando o Senhor apela à participação desta Assembleia*  
571 *nos atos públicos, cortar-lhes a entrada é um ato indigno e isto tem que ter*  
572 *consequências!-----*  
573 *O referido funcionário barrou a entrada, dizendo, não entram! Pensei para*  
574 *comigo: “Sua excelência” falou, deve ter ordens para isso. Não obstante*  
575 *isso, ainda entendeu chamar o Chefe da Polícia. O Chefe da Polícia veio.*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

576 *Quando se apercebeu que estava ali a instalar-se um conflito, disse “Eu vou-*  
577 *me embora! Ó meu amigo vem tu para aqui que isto não é nada comigo!-*  
578 *É preciso ser dado esclarecimento. Quem fez o protocolo, que instruções deu*  
579 *para que fosse impedida a entrada de membros desta Assembleia e de outras*  
580 *pessoas que podiam e deviam estar presentes, tem que haver uma explicação*  
581 *para este procedimento!”-----*  
582 De seguida o Senhor Deputado questionou acerca do processo relativo ao  
583 terreno do Intermarché.-----  
584 Foi aprovada a dissolução da empresa Gouveinova, pelo que pretendia saber o  
585 ponto de situação.-----  
586 Questionou acerca da utilidade a dar ao antigo Centro de Saúde, recorda-se  
587 que quando estava na vereação foi feito um protocolo para a cedência daquele  
588 espaço. Já passaram, pelo menos, quatro anos. Ou aquilo não interessa ou  
589 vamos dar outro destino qualquer. É altura de se decidirem acerca do destino  
590 a dar àquele espaço. Pessoalmente não sabe mas pretende saber.-----  
591 Em relação à Pré-Primária de Figueiró da Serra, pretendia que fosse dada uma  
592 explicação a esta Assembleia sobre as razões que levaram à alteração do que  
593 tinha sido definido anteriormente, ou seja, o seu encerramento. Agora  
594 decidiu-se pela sua abertura, anteriormente tinha dois alunos, depois passou a  
595 ter quatro, agora parece que tem dois e meio. Assim pretendia um  
596 esclarecimento acerca deste assunto.-----  
597 Relativamente ao tema dos incêndios florestais, considera que talvez seja das  
598 pessoas mais envolvidas neste assunto e começa a ficar cansado. Foram vinte  
599 anos a plantar e vinte anos a arder. Dizia-lhe no outro dia, o filho do Eng.º  
600 Pires Veloso, a quem ardeu toda a plantação, que não tinha intenção de  
601 plantar mais nada, pois numa conversa com o Chefe da Proteção Civil de  
602 Lisboa, este disse-lhe que não plantasse mais nada, pois enquanto houver o  
603 “negócio do fogo” não vale a pena estar a investir na floresta. Não vai entrar  
604 por aí, mas vai entrar por aquilo que acha que é possível, isto é, fazer a  
605 prevenção. Aquilo que se verifica nos dias de hoje, ao contrário do que  
606 acontecia há dez ou quinze anos atrás, é que existem muito menos incêndios,  
607 mas aqueles que deflagram são de maior intensidade. No entanto, nessa altura,  
608 havia, pelo menos, quatro equipas de sapadores florestais que faziam a  
609 vigilância, ou seja, eram os alertas, ao primeiro fogacho, eles estavam  
610 presentes, impedindo que um pequeno fogo se transformasse num grande  
611 incêndio.-----  
612 Atualmente só existe uma única equipa e pode começar por aí a diferença.  
613 Porém, também tem a ver com uma outra situação que elogiou nesta  
614 Assembleia que teve a ver com a mudança do Quadro Comunitário do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

615 PRODER para o PDR2020 - dizia o Senhor Deputado na altura - “finalmente  
616 havia um Governo, ou uma Ministra, que não estabelece uma ruptura entre  
617 um Quadro Comunitário e outro. Há continuidade. Podem continuar a fazer  
618 candidaturas, porque as verbas são do novo Quadro, mas os critérios são do  
619 PRODER”. Maior mentira não podia haver! A agravar a isto – e a culpa é do  
620 Governo PSD, mais particularmente, da ex- Ministra Assunção Cristas –  
621 colocou a concurso 360 milhões de euros para defesa da floresta contra  
622 incêndios, quando ela sabia que só tinha 36 milhões, dez vezes mais! E qual  
623 foi o resultado: este Governo cancelou o concurso e que prejuízos vieram de  
624 facto para a floresta? E no combate aos incêndios? E na prevenção? Andaram  
625 2014, 2015 e 2016 sem fazer nada! Aliás, o próprio Município tem várias  
626 candidaturas apresentadas que aprovaram no Orçamento e que não foram  
627 aprovadas. Todos têm uma responsabilidade muito grande e não podem  
628 brincar com políticas de prevenção de incêndios.-----  
629 Assim, pretendia deixar registado um repto ao Senhor Presidente da Câmara,  
630 no sentido de se reunirem e encontrarem formas de combate a este flagelo que  
631 todos os anos acontece. No ano transacto foram 2500 hectares, este ano foi  
632 pelo mesmo caminho. Esta é a sua preocupação e deve ser a preocupação de  
633 todos. “O que é que podemos fazer? Senhor Presidente, encabece esta luta!  
634 Vamos ao terreno! Vamos ver quais são as forças que intervêm neste processo  
635 de prevenção de incêndios e analisar o que pode ser feito para minimizar. E se  
636 fizermos isto estamos a caminhar no sítio certo.” – Referiu o Senhor  
637 Deputado.-----  
638 Senhor Presidente, está no último ano de mandato. Para além das várias  
639 promessas que fez, há uma que lhe toca em particular, que é o Orçamento  
640 Participativo. Era partilhado por todas as forças políticas e todos defendiam  
641 este princípio de participação coletiva nas decisões, mas também na  
642 transparência do ato de gestão. Será que daqui a um ano vamos dizer “isto  
643 passou, era um sonho, não tem intenção de o concretizar?” – Concluiu o  
644 Senhor Deputado.-----  
645 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Pedro Maltez (PS) fazendo  
646 uma referência e ao mesmo tempo manifestar o seu descontentamento, pelo  
647 facto de naquele dia, ter encerrado o Balcão do BPI em Vila Nova de Tazem.  
648 É mais uma perda para a única vila no concelho de Gouveia. É mais um  
649 serviço que encerra, menos pessoas a deslocarem-se a Vila Nova de Tazem,  
650 menos movimento, mais uma preocupação para os idosos que têm que se  
651 deslocar a Gouveia ou a Seia para tratar de assuntos de ordem financeira.  
652 Mais uma medida economicista em prejuízo dos cidadãos e do interior. É para  
653 si triste ver o interior e o nosso concelho a definharem dia após dia, a perder a





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

654 sua atratividade, a não criar emprego, a não fixar jovens, a aumentar o número  
655 de placas a dizer “vende-se”. É caso para dizer que o interior, a seu ver, está à  
656 venda!-----

657 Manifestou o seu contentamento relativamente às obras que estão a decorrer  
658 nas casas de banho públicas de Vila Nova de Tazem. No entanto, e no  
659 seguimento das suas intervenções na Assembleia Municipal, há quase oito  
660 anos, lembrou que há moradores no Bairro da Habitação Social que ainda  
661 não têm casa de banho. Sabe que algumas habitações são pertença da Fábrica  
662 da Igreja, porém, também sabe que, com vontade e entendimento, se pode  
663 chegar a um acordo, da mesma forma que já se fizeram acordos e contratos no  
664 passado e se fazem no presente por forma a viabilizar a consecução de  
665 diferentes projetos.-----

666 Teve conhecimento da aprovação na reunião de Câmara do passado dia 23 de  
667 setembro, de um contrato de comodato a celebrar com a Junta de Freguesia de  
668 Vila Nova de Tazem que visa a cedência, por parte do Município, do prédio  
669 urbano onde outrora funcionava a pré-primária, pelo período de 30 anos.  
670 Pretendia saber se já existe algum projeto de dinamização do imóvel e qual  
671 será a finalidade do mesmo. A seu ver é sempre positivo dar uma nova vida  
672 aos espaços fechados ou devolutos.-----

673 Para finalizar, o Senhor Deputado referiu-se, ainda, ao evento da Vinal,  
674 fazendo referência a algumas palavras proferidas por si, em 17 de dezembro  
675 de 2015: *“A Vinal - Feira do Vinho e da Alambicada, a meu ver é, ou era, um  
676 dos eventos mais importantes do nosso concelho que conta com a  
677 participação de vitivinicultores da Região do Dão, dispõe de stands de  
678 artesanato regional, onde marcam presença algumas associações locais e  
679 restaurantes que têm como prato principal a famosa “alambicada” de Vila  
680 Nova de Tazem.*-----

681 *Temos aqui dois produtos de grande qualidade que podem marcar a  
682 diferença. É possível dizer “vou a Vila Nova de Tazem, ao concelho de  
683 Gouveia, para comer a alambicada, porque é apenas lá que se confeciona a  
684 iguaria”, ao contrário de muitos outros produtos.*-----

685 Nos últimos tempos sentiu-se preocupado com a evolução do evento e vem  
686 questionando o Senhor Presidente da Câmara acerca da data, da publicidade,  
687 do financiamento e em que moldes o mesmo se iria organizar. A resposta é de  
688 que tudo estava a ser devidamente organizado. Quando discutimos o  
689 Orçamento anterior e o questionou por que razão é que a Vinal não estava  
690 consignada, o Senhor Presidente respondeu que “não seria necessário, uma  
691 vez que a mesma seria financiada por um programa específico”. Pelo que  
692 sabe, este ano, não se realizou a Vinal, uma vez que não foi possível obter



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

693 financiamento por parte do Programa de que estava refém. A sua questão é a  
694 seguinte: “a Câmara não funciona com um Plano B? Coloca-se em causa todo  
695 o trabalho feito anteriormente e este ano simplesmente não se organizou a  
696 Vinal? Por que razão não se dotou o Orçamento com uma rubrica contendo  
697 um valor apenas indicativo, caso fosse necessário, ter ali um Plano B? Fazem-  
698 se tantas revisões e alterações ao Orçamento, pensa que teria sido possível.  
699 Porque é que o procedimento não é igual para todos os eventos? Por exemplo,  
700 em relação às Festas do Senhor do Calvário, já alguma vez se colocou em  
701 causa como o fez com a Vinal?” Ao longo das edições da Vinal, sempre  
702 considerou que o Município podia apoiar mais e melhor este evento, dando  
703 apenas como exemplo a publicidade, pois nunca viu a Vinal ser promovida  
704 nas Caixas Multibanco.-----

705 “Senhor Presidente, esta foi uma opção do Município, qualquer que seja a  
706 resposta que possa vir a dar, a meu ver, é inadmissível, pois colocou-se em  
707 causa todo o trabalho desenvolvido até aqui e hipotecou o seu futuro.  
708 Substituir o verdadeiro Projeto Vinal pela Festa do Vinho e da Alambicada,  
709 com um desfile de carros alegóricos, para mim, não é um mau menor, foi  
710 simplesmente uma lamentável opção!” – Referiu o Senhor Deputado.-----

711 Acrescentou, ainda, que é preciso olhar para os eventos que se organizam e  
712 nos quais se investe o dinheiro de todos, com o intuito de promover a nossa  
713 terra, as nossas gentes, os nossos produtos e a vinda de turistas e visitantes. Só  
714 assim é possível desenvolver o comércio local, a hotelaria e a restauração. Os  
715 eventos não devem servir para animar quem cá mora, pois não é isso que vai  
716 gerar riqueza, nem valor.-----

717 O Senhor Presidente respondeu-lhe que o Município estava a trabalhar por  
718 forma a criar um evento em grande, em outros moldes, com maior projeção.  
719 Faltam três meses para que o ano de 2016 termine e não lhe parece que o  
720 evento venha a ser organizado, muito menos, com a magnitude que  
721 evidenciou. Pelo menos a ideia com que ficou é que se estava a criar um  
722 evento em grande. Afinal o ano passou.-----

723 Neste momento, o que vai acontecer, é o adiamento da Vinal por mais um ano  
724 e depois promover o seu ressurgimento ou simplesmente se decidiu acabar  
725 com ela? – Perguntou.-----

726 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Fernando Silva (PS)  
727 retomando nesta sessão o tema das “acessibilidades” e da sua ligação à  
728 construção da Barragem de Girabolhos que, entretanto, teve alguns  
729 desenvolvimentos neste verão, os quais merecem da sua parte alguma  
730 referência:-----

731 *“OUTUNO DO NOSSO DESCONTENTAMENTO*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

732 *A acessibilidade direta e rápida às auto-estradas e à ferrovia do futuro*  
733 *perdeu-se!-----*  
734 *Não podemos deixar-nos convencer que umas compensaçõezinhas virão*  
735 *reparar o golpe desferido!”-----*  
736 *Em 27 de junho passado referi-me deste modo ao cancelamento da*  
737 *construção da Barragem de Girabolhos. Em anterior reunião da Assembleia*  
738 *Municipal exortei o Senhor Presidente da Câmara a levantar a voz e os*  
739 *ânimos para, em nome dos mais sérios interesses do concelho, não permitir*  
740 *que Gouveia fosse maltratada e a sua população aviltada como se fosse gente*  
741 *de segunda que não merece consideração!-----*  
742 *Pedi a todos: políticos, autarcas, partidos, deputados gouveenses na*  
743 *Assembleia da República que reagissem, que não deixassem cair os braços e*  
744 *exigissem (reclamássemos em conjunto) o respeito pela dignidade deste povo.*  
745 *Sabemos já, pela comunicação social, que o Município de Gouveia, como os*  
746 *de Seia, Nelas e Mangualde, acolheu a decisão de atribuírem umas migalhas*  
747 *para que a Santa Paz do Senhor não fosse perturbada!-----*  
748 *De todos os concelhos, o nosso foi aquele que de uma forma mais dura,*  
749 *extrema e definitiva foi atingido. Os outros não tinham postos em causa*  
750 *interesses vitais, como nós. É que, não havendo como chegar a um sítio em*  
751 *condições razoáveis e competitivas, não há desenvolvimento, criação de*  
752 *riqueza e investimento e a desertificação em ritmo acelerado será o horizonte*  
753 *desta bendita terra, no espaço de algumas décadas.-----*  
754 *Se Gouveia não constar do mapa da competitividade, desaparecerá ou será*  
755 *absorvida por outros que souberam tratar melhor da vida!-----*  
756 *Das posições públicas conhecidas, registo a do deputado gouveense Santinho*  
757 *Pacheco que apresentou um requerimento na Assembleia da República onde*  
758 *colocou algumas perguntas e considerou o projeto da Barragem “um sonho*  
759 *alimentado nos últimos anos” e considerou a decisão de cancelamento “um*  
760 *enorme revés nesta zona do país”.-----*  
761 *Obrigado, mas não chega! Gostava de ver dinamismo, entusiasmo e*  
762 *mobilização...-----*  
763 *As respostas do Ministério do Ambiente são generalidades inconsistentes e*  
764 *não convencem quem precisa de acessibilidades como de pão para a boca.*  
765 *Para nós, a sombria perspectiva de saber que só por engano no trajeto*  
766 *alguns turistas ou investidores encontrarão estas paragens, é o maior castigo*  
767 *que podem infligir a Gouveia!-----*  
768 *A solução que as autarquias e V.Ex.<sup>a</sup> aceitaram, as migalhas que nos*  
769 *distribuíram não são suficientes para nos calar, para silenciar a nossa*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

770 *dignidade e para nos tornar cúmplices de uma injustiça que condena o*  
771 *concelho a um atraso crónico e a um futuro sem esperança.-----*  
772 *Quem sucumbe com a oferta de um milhão e meio de euros, deixando cair a*  
773 *maior ambição estratégica de progresso para a cidade e para o concelho,*  
774 *não pode estar à altura dos anseios da população.-----*  
775 *A este propósito, queria perguntar-lhe, Senhor Presidente, se lhe ocorreu*  
776 *apresentar alguma contraproposta ao que lhe foi oferecido ou se apenas*  
777 *encolheu os ombros?-----*  
778 *Sim, porque o mínimo que seria de esperar de um autarca zeloso e diligente*  
779 *era que erguesse a voz da razão e da honra, predisposto para exigir um*  
780 *tratamento específico compensatório dos danos causados ao concelho e que*  
781 *nesse tratamento fosse ponderada a extensão e as consequências severas*  
782 *para o futuro deste concelho.--*  
783 *O que é do conhecimento público, até agora, é que, pobretes mas alegretes,*  
784 *tratámos foi de ver onde aplicar este milhão e meio, onde é que dá mais jeito*  
785 *e que buracos vamos tapar!-----*  
786 *Lamento que o município não tenha tido, pelo menos, discernimento para*  
787 *apresentar um projeto inovador, na área do ambiente, localizado na zona de*  
788 *intervenção da Barragem.*  
789 *Não questiono a importância da renovação do relvado do estádio do Farvão,*  
790 *nem qualquer outro investimento onde será vertido o dinheiro. Mas não teria*  
791 *sido possível elaborar um projeto cujo centro de intervenção fosse o*  
792 *importante curso de água com nascente junto às Duas Pontes, subindo para a*  
793 *Serra, na EN 232, e atravessa Aldeias, Moimenta da Serra, Rio Torto e*  
794 *Cativelos, desaguando no rio Mondego, a montante da Ponte Palhês, onde*  
795 *estaria situado o coração da albufeira? Não teria sido possível?-----*  
796 *Para quem conhece o leito desta ribeira e as suas margens, como será o caso*  
797 *de V.Ex.<sup>a</sup>, sabe que apresenta condições em biodiversidade e em beleza*  
798 *paisagística de extraordinária importância que a elegem com um recurso*  
799 *natural cujo aproveitamento turístico/ambiental deveria ser obrigatório.-----*  
800 *Claro que estamos longe da dimensão dos “Passadiços do Paiva” que a*  
801 *edição deste ano dos “World Travel Awards”, considerados os Óscares do*  
802 *Turismo a nível mundial, premiou como Projeto mais inovador da Europa.---*  
803 *O concelho tem que abrir-se a projetos audazes que primem pela inovação,*  
804 *se quiser afirmar-se como polo turístico atrativo. O aproveitamento dos*  
805 *recursos naturais é uma via de investimento evidente. A apresentação ao*  
806 *Ministério do Ambiente de um projeto de construção de Passadiços*  
807 *panorâmicos ao longo deste curso de água e a preparação de pontos*  
808 *previamente definidos para fruição ecológica e turística teria sido uma*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

809 *contrapartida sólida e amplamente justificada pela qual nos deveríamos ter*  
810 *batido.*-----  
811 *Tenho o vago pressentimento que o Senhor Presidente já deu o caso por*  
812 *encerrado, porque lutar é incómodo, porque o combate pode trazer*  
813 *inimizades, porque o conforto das festas dá satisfação maior e mais*  
814 *imediate.*-----  
815 *Mas não esqueçamos o grande poeta popular:*-----  
816 *“A razão mesmo vencida não deixa de ser razão!”*-----  
817 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Álvaro Prata (coligação  
818 PPD/PSD-CDS/PP) fazendo referência ao assunto que abordou na última  
819 sessão da Assembleia acerca do novo Brasão da Freguesia de Gouveia. Era  
820 para si uma questão de imperativo de consciência e não o poderia deixar de  
821 fazer, embora saiba que aquele não era provavelmente o órgão onde deveria  
822 colocar o tema, mas entendeu dessa forma. O seu “estado de alma” levou-o a  
823 decidir que não gostava objetivamente do Brasão. Criou uma expectativa,  
824 eventualmente uma expectativa exagerada e que ficou defraudada. Havia a  
825 possibilidade de um brasão completamente novo que refletisse a nova  
826 realidade da freguesia, bem como a realidade que este ano foi comemorado,  
827 relacionado com Fernão Botto Machado, pelo que os valores da República  
828 também poderiam estar presentes. Foi com base nisso que referiu o  
829 afastamento daquilo que há de religioso e do que é administrativo. Criou  
830 também a expectativa que, eventualmente, poderia surgir um brasão misto,  
831 com motivos religiosos e, provavelmente, com motivos mais administrativos  
832 ou civis, o que não aconteceu. É um Brasão essencialmente religioso. Embora  
833 não tenha objetivamente intervenção no processo, porém tornou-se para si  
834 uma questão de imperativo de consciência e daí ter feito a intervenção.-----  
835 De seguida, questionou acerca do ponto de situação do PEDU,  
836 particularmente, na Rua Cardeal Mendes Belo. Consta que haverá intervenção  
837 em termos de obra ainda este ano, mas que estará prevista para o mês de  
838 dezembro. Recorda a importância desta artéria da cidade em termos de  
839 comércio e aquilo que representa para a cidade e para os comerciantes.  
840 Deixou registada uma sugestão no sentido do projeto valorizar o Parque de  
841 Estacionamento na Rua da Cardia e, eventualmente, a Fonte, bem como a  
842 zona onde outrora existia uma palmeira, sugerindo a regulação dos lugares de  
843 estacionamento da referida rua.-----  
844 Salientou a sessão solene do Dia do Município, que lhe pareceu, dos últimos  
845 anos, um dia pleno de uma dignidade como já algum tempo não existia ou  
846 uma dignidade pouco usual.-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

847 Quanto às Festas do Senhor do Calvário, salientou a deslocalização do espaço  
848 de restauração, que lhe pareceu que terá sido apropriada. Em termos de  
849 Câmara Municipal não sabe se existe a mesma opinião ou qual foi a  
850 sensibilidade manifestada quer em termos de associações, quer em termos de  
851 clientes. Em relação aos “carrinhos de choque”, pensa que foi uma aposta  
852 ganha. Quanto à inexistência da discoteca não sabe avaliar, questionando  
853 sobre a conclusão, se será uma ideia a manter ou a reeditar.-----  
854 No final da época balnear, pretendia saber o ponto de situação da estrutura do  
855 Vale do Rossim, em que este ano nada de importante aconteceu. No entanto, o  
856 Senhor Presidente de Câmara terá informado acerca da realização de uma  
857 reunião que iria acontecer com responsáveis do Instituto de Conservação da  
858 Natureza, pelo que pretendia saber o ponto de situação.-----  
859 No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Fernando Silva (PS), que  
860 abordou a questão do Senhor Deputado Santinho Pacheco, na Assembleia da  
861 República, no essencial a mesma refere o seguinte “... gostaria de ver  
862 esclarecidas a opinião pública e os autarcas em particular, das razões  
863 técnicas e políticas que sustentaram a decisão de revisão do Plano Nacional  
864 de Barragens.” As perguntas eram as seguintes:-----  
865 “- quais as razões que levaram à anulação da construção da Barragem de  
866 Girabolhos?-----  
867 - qual a fundamentação dos estudos que sustentam a decisão?-----  
868 - A barragem será unicamente para produção hidroelétrica, sem usos  
869 secundários, ou poderá ser um espelho de água para fins turísticos e de  
870 lazer?-----  
871 - face aos investimentos já realizados pela Concessionária, que razões  
872 levaram à desistência do projeto e que condicionantes técnicas e financeiras  
873 as motivaram?-----  
874 - quais as contrapartidas que foram já negociadas com as Autarquias para  
875 compensar a não construção da barragem de Girabolhos?”-----  
876 A estas perguntas a respostas foram no essencial as seguintes:-----  
877 - “à luz do conhecimento actual, o cumprimento das metas definidas no  
878 Plano Nacional de Ação para a Energia Renovável e no Plano Nacional para  
879 as Alterações Climáticas deixou de estar dependente da execução deste  
880 aproveitamento.”-----  
881 - a não oneração do erário público.”-----  
882 Aqui, permitam-lhe o comentário de que tratando-se de um investimento  
883 privado de, aproximadamente, meio milhão de euros, fica sempre na dúvida  
884 em que é que o erário público iria ser onerado, sabendo que numa fase  
885 posterior competiria ao Estado a aquisição de energia. Qual a fundamentação



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

886 desse estudo que sustentou esta decisão? No essencial é um decréscimo do  
887 consumo. Se a Barragem teria ou não outros aproveitamentos, para além do  
888 aproveitamento elétrico, é mais ou menos dito que o fim único era a questão  
889 do aproveitamento elétrico, muito embora, não se colocasse de parte a  
890 possibilidade de outro aproveitamento com as necessárias autorizações.-----  
891 Face aos investimentos já realizados pela concessionária, que razões levaram  
892 à sua desistência? A concessionária desistiu, essencialmente, *“devido à*  
893 *evolução do mercado elétrico nos últimos anos e à evolução dos mercados*  
894 *financeiros. O cancelamento do acordo não terá quaisquer custos para o*  
895 *erário público. Assim, para o cancelamento do aproveitamento hidroelétrico*  
896 *de Girabolhos coube ao promotor prescindir da devolução da contrapartida*  
897 *financeira paga no valor de 35 milhões de euros, realizar as medidas*  
898 *compensatórias constantes da declaração do Impacto Ambiental, realizar*  
899 *obras para garantir a segurança daquilo que já foi feito e cada um dos*  
900 *Municípios será beneficiado com uma verba de 1,5 milhões de euros para*  
901 *efetuar um conjunto de obras.”*-----  
902 Tirando alguns dos aspectos da declaração do Senhor Deputado Fernando  
903 Silva (PS), há algumas considerações com as quais também não concorda,  
904 teria talvez uma apreciação melhor do documento que lhes foi apresentado.  
905 Salientou desde logo a questão de se chegar aqui e notar que as razões  
906 solicitadas foram razões técnicas e razões políticas. Existem todas as razões  
907 técnicas, não temos uma razão política. Não temos uma razão que diga por  
908 que é que se criou tanta expectativa nos quatro concelhos envolvidos e que  
909 nada vem agora justificar o abandono destas ideias. Partilha ainda outra  
910 questão relacionada com os cinco milhões de euros que o Estado recebeu,  
911 fruto da concessão da exploração que, na sua opinião, deveriam ser  
912 reinvestidos nos quatro concelhos. Lembra que era um investimento que se  
913 aproximava dos quinhentos milhões de euros e que deve ser defendido junto  
914 do poder central que, tal como em outras regiões do país, as quais viram em  
915 determinadas fases, nos últimos anos, investimentos projetados e por qualquer  
916 motivo foram cancelados, essas mesmas regiões foram compensadas de outra  
917 forma, pensa que faz todo o sentido solicitar esse tipo de investimentos.-----  
918 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Laura Costa (coligação  
919 PPD/PSD-CDS/PP) começando por realçar o investimento e a aposta do  
920 Município, no valor de 650 mil euros, na educação, nos transportes escolares,  
921 na alimentação e manuais escolares, tendo sido abrangidos 370 alunos, dos  
922 escalões A e B, apoiados com material escolar, incluindo manuais e cadernos  
923 de atividades. Realçou, neste âmbito, uma parceria estabelecida entre a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

924 Câmara Municipal e a Hidromondego que permitiu a entrega de dois veículos  
925 afetos aos transportes escolares.-----  
926 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Maria Açucena Carmo  
927 (CDU) iniciando a sua intervenção endereçando, em seu nome, um pedido de  
928 desculpas à Senhora Presidente da União de Freguesias de Figueiró e Freixo  
929 da Serra. Este pedido de desculpas era em seu nome e não em nome da CDU,  
930 tratou-se de um lapso cometido por si, pessoalmente, pelo facto de, na última  
931 sessão da Assembleia, deveria ter votado favoravelmente a proposta e  
932 absteve-se na votação. Não tendo que explicar politicamente as causas, não é  
933 uma questão política, mas pessoal, veio a esta Assembleia numa situação de  
934 constrangimento familiar, nem sequer deveria estar presente, e quando de  
935 facto se deparou com diversas chamadas telefónicas da sua mãe, ficou algo  
936 preocupada, o que originou esse ato.-----  
937 Abordou de seguida o tema dos incêndios florestais que fustigaram não só o  
938 nosso concelho, mas também um pouco por todo o país. Para além do calor,  
939 questionam-se muitas vezes sobre quais os interesses que estão por trás destes  
940 fenómenos. Sabemos que combater incêndios é preveni-los, é também  
941 perceber que os fardos de palha que vêm de Espanha são mais baratos do que  
942 aqueles que produzimos em Portugal e isso diz alguma coisa. É também  
943 entender que as nossas terras estão abandonadas e as terras abandonadas não é  
944 um problema que impeça os incêndios, mas é um tampão e uma barragem da  
945 sua propagação em alta escala.-----  
946 Cumprimentou todos os bombeiros e suas famílias, bem como a solidariedade  
947 dos povos. A CDU tem uma opinião em relação aos incêndios e pensam que é  
948 uma situação política séria que deve ser resolvida pelo Governo Central no  
949 sentido do planeamento florestal e da agricultura. Ouviu da parte da Polícia  
950 Judiciária os seguintes dados, com os quais ela própria se preocupou: 50%  
951 dos incendiários tinham doença mental, 35% raiva ou vingança, 10% fizeram  
952 uma fogueira ou fumaram um cigarro (negligência), 5% sofriam de  
953 psicomania (doença do incendiário). Excetuando os 10% (negligência),  
954 percebe que deste grupo que ultrapassa os 50% nenhum deles vai ser julgado  
955 pelos crimes cometidos. O que estará por trás disto tudo?-----  
956 O que aconteceu também aos média que durante um mês e meio preencheram  
957 os ecrãs televisivos de manhã à noite com imagens de incêndios, o que vai  
958 desencadear o “apetite” de quem mais gosta destas coisas.-----  
959 São assuntos que devem ser de facto pensados, pois não é nos próximos anos  
960 e de ânimo leve que estas situações se vão resolver.-----  
961 Foi com agrado que recebeu o convite para a visita do Senhor Presidente da  
962 República a Gouveia. Era de bom senso confirmar a presença, mas pareceu-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

963 lhe que houve alguma coisa que não correu bem nos protocolos, pelo que  
964 deve haver algum cuidado no futuro.-----

965 ----- Usou da palavra a Senhora Presidente da União de Freguesias de  
966 Figueiró da Serra e Freixo da Serra congratulando o Executivo pelo facto de  
967 ter imperado o bom senso e ter dado a mesma oportunidade às três ou quatro  
968 crianças do Jardim de Infância de Figueiró da Serra, ao ter permitido que o  
969 Jardim se mantivesse aberto, bem como às crianças de Melo e de Folgoso  
970 que se mantiveram também nas suas freguesias. São freguesias que distam  
971 cerca de meia hora de Folgoso e que por todos os motivos e mais alguns,  
972 pela idade, pela distância, pelas horas que iriam permanecer fora da sua  
973 residência, conseguiram em comum acordo manter aberto o Jardim de  
974 Infância, ao contrário da vontade de muitas pessoas. Quer, portanto, deixar  
975 uma palavra de agradecimento ao executivo por toda a colaboração mantida  
976 com a Junta de Freguesia no sentido de manter o Jardim de Infância de  
977 Figueiró da Serra aberto, independentemente do número de crianças que não  
978 são duas e meia, mas são três.-----

979 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia corroborando das  
980 palavras da Senhora Presidente de Junta, porém, lembrou ao executivo que  
981 houve uma deliberação do Conselho Municipal de Educação, no qual tem  
982 assento e pensa que não foram informados dessas alterações.-----

983 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Isabel Nascimento  
984 (coligação PPD-PSD/CDS-PP) esclarecendo que não se sentiu enganada com  
985 a resposta do Senhor Presidente naquela sessão. Provavelmente “estão a fazer  
986 uma tempestade num copo de água”, porque, afinal, aquilo que o Senhor  
987 Presidente disse, acabou por ser aquilo que o Senhor Deputado afirmou. O  
988 Senhor Deputado sabe imenso de ambiente, de ecologia, mas de facto acabou  
989 por dizer o mesmo, ou seja, houve um Despacho de Arquivamento proferido  
990 pelo Ministério Público face àquilo que o Senhor Deputado chama “Pedido de  
991 Esclarecimento” e que é uma Denúncia. O Ministério Público não trabalha  
992 com pedidos de esclarecimento, há uma suspeita, houve uma suspeita no  
993 exercício do dever de cidadania, como o Senhor Deputado disse, o Ministério  
994 Público, face a essa denúncia, abriu um Inquérito, investigou e em  
995 consequência arquivou, porque não foram recolhidos indícios suficientes.  
996 Houve um Despacho de Arquivamento. Tem a dizer, por último, que o Senhor  
997 Deputado também cometeu algumas imprecisões: chama “Pedido de  
998 Esclarecimento” a uma “Denúncia” e chama “Acordão” a um “Despacho de  
999 Arquivamento”.-----

1000 Quanto à visita do Senhor Presidente da República a Gouveia, também ela foi  
1001 barrada pelo referido funcionário.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1002 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo que  
1003 também tem uma opinião acerca desse assunto e quem está habituado a essa  
1004 terminologia dos Tribunais é diferente ao nível de interpretação.-----  
1005 No que diz respeito à visita do Senhor Presidente da República tem a dizer  
1006 que não se apercebeu, enquanto Presidente da Assembleia, que tivesse havido  
1007 esse impedimento da entrada dos Senhores Deputados e Presidentes de Junta  
1008 na Biblioteca, pelo que só tem a lamentar.-----

### 1009 **c) Direito de resposta do Presidente da Câmara ou de quem o substitua**

1010 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara começando por  
1011 responder ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da  
1012 Serra, dizendo que, de facto, pensa que não há ninguém que não reconheça a  
1013 postura democrática, de autarca e agora de Deputado de António José  
1014 Santinho Pacheco.-----

1015 Entretanto, no seio da Assembleia Municipal, vai realizar-se uma reunião no  
1016 sentido de preparação das comemorações dos 40 anos das primeiras eleições  
1017 livres e certamente que todos os autarcas que fazem parte destes 40 anos de  
1018 história merecem da parte de todos o reconhecimento pelo trabalho que  
1019 fizeram em prol do concelho e em prol da nossa democracia.-----

1020 Corroborava com o Senhor Presidente de Junta com o lamento que fez  
1021 relativamente ao facto dos membros desta Assembleia não serem muito  
1022 presentes nos diferentes eventos que se realizam, sejam eles promovidos pela  
1023 Câmara Municipal ou pela Junta de Freguesia. O Senhor Presidente e a Junta  
1024 de Freguesia de Vila Franca da Serra são um exemplo que muitas vezes tem  
1025 referido e elogiado pela dinâmica e pela postura sempre empreendedora na  
1026 promoção não só da freguesia, mas de todos os produtos e produtores que ali  
1027 queiram deslocar-se para vender e mostrar os seus produtos e dinamizar a  
1028 freguesia e ao mesmo tempo o concelho é dinamizado por esses eventos. Por  
1029 esse facto endereçou-lhe os parabéns e sempre que lhe for possível estará  
1030 presente.-----

1031 Porém, já não pode concordar com o lamento que fez em relação às obras que  
1032 diz que a Câmara Municipal não tem desenvolvido na sua freguesia. É de  
1033 opinião que a Câmara tem desenvolvido obras em todas as freguesias, umas  
1034 de maior dimensão e outras de menor dimensão. Como teve a oportunidade de  
1035 ouvir anteriormente, o Senhor Presidente da Freguesia de Gouveia,  
1036 reconheceu o facto de estarem a ser desenvolvidas obras na sua freguesia.  
1037 Ainda vão ser realizadas mais na cidade de Gouveia, pois são necessárias.  
1038 Também o Senhor Presidente da União de Freguesias de Moimenta da Serra e  
1039 Vinhó tem obras a decorrer na freguesia e não é da cor partidária da maioria  
1040 no Executivo, assim como na Freguesia de Nespereira, entre outras. O Senhor





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1041 Presidente de Junta sabe que não atua em função de “cores”, mas sim em  
1042 função daquilo que é necessário fazer e das possibilidades que temos para as  
1043 concretizar. E o Senhor Presidente sabe o quanto se tem debatido e foi a  
1044 primeira freguesia que indicou como sendo urgente para apresentar a  
1045 candidatura relacionada com o saneamento e a ETAR a qual vai ser objeto de  
1046 candidatura, sendo que, em meados de outubro, abrirá o Aviso. Em termos de  
1047 Revisão Orçamental foram inscritas as obras relacionadas com a área do  
1048 saneamento e abastecimento de água, porquanto são ações fundamentais para  
1049 a qualidade de vida de todos os gouveenses. Estão, portanto, a trabalhar para  
1050 que assim que seja lançado o Aviso se possa fazer as respetivas candidaturas,  
1051 pois Vila Franca da Serra merece que tenha finalmente uma ETAR em  
1052 condições e veja o seu problema resolvido.-----  
1053 ----- Em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia,  
1054 relativamente à referência que fez a Santinho Pacheco já se referiu.-----  
1055 Em relação às duas obras que estão a decorrer na Freguesia de Gouveia, são  
1056 de facto obras importantes. Quanto ao Caminho da ETAR, em relação ao qual  
1057 até surgiu um problema relacionado com a sua largura, tendo inclusive o  
1058 Senhor Presidente de Junta remetido um e-mail sobre esta questão, solicitou  
1059 ao Senhor Chefe de Divisão de Planeamento e Urbanismo que o contactasse  
1060 no sentido de lhe prestar o devido esclarecimento. A par desta obra, está  
1061 também a decorrer a do Caminho da Madre de Água que ligará Gouveia a  
1062 Vinhó, em que será toda ela alcatroada até ao empedrado, perto da Igreja  
1063 Matriz, o que permitirá aos habitantes de Vinhó alcançarem uma  
1064 acessibilidade mais rápida a Gouveia e vice-versa.-----  
1065 ----- Associou-se ao agradecimento e elogio que o Senhor Presidente da  
1066 Junta de Freguesia de Ribamondego endereçou aos soldados da paz e todos  
1067 quantos ajudaram no combate aos incêndios, que de facto atingiram grandes  
1068 dimensões. Manifestou a sua estranheza pelo facto de recentemente na  
1069 freguesia de Melo/Nabais, com o tempo fresco, por volta das seis da manhã,  
1070 ter começado a deflagrar um foco de incêndio.-----  
1071 Como a Senhora Deputada Maria Açucena Carmo (CDU) referiu, há uns que  
1072 chamam negócio que, supostamente, movimenta muitas centenas de milhões  
1073 de euros por ano. Outros haverá que o fazem pelas razões que mencionou.  
1074 Agora, é de facto um flagelo que existe e estes homens e mulheres que dão a  
1075 vida para os combater e proteger as vidas e os bens de cada um de nós,  
1076 merecem o nosso agradecimento e reconhecimento pelo trabalho que fazem  
1077 em prol de todos e não podemos deixar de frisar o apoio e reconhecimento  
1078 que nos merecem.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1079 ----- Em resposta ao Senhor Deputado José Santos Mota (PS), o Senhor  
1080 Presidente apresentou, igualmente, em nome da maioria no Executivo a  
1081 seguinte “Defesa da Honra”:------  
1082 *“Relativamente ao pessoal da ex-DLCG, em diversas Assembleias e reuniões*  
1083 *de Câmara, quer o Senhor Deputado José Santos Mota, quer o Senhor*  
1084 *Vereador Armando Almeida colocaram esta questão por diversas vezes.*  
1085 *Colocaram esta questão com toda a liberdade, nos termos que a quiseram*  
1086 *colocar e numa Ata, o Senhor Deputado José Santos Mota referiu o seguinte:*  
1087 *“...Senhor Presidente, o Senhor sabe que pode ser incriminado civil e*  
1088 *criminalmente por não cumprir a Lei. Pode ser incriminado, sabe disso não*  
1089 *sabe e eu espero que o seja, sinceramente.”-----*  
1090 *Aquilo que eu e os Senhores Vereadores quisemos foi uma coisa muito*  
1091 *simples: recebemos este Despacho do Ministério Público que usemos os*  
1092 *termos que o Senhor Deputado quiser usar a conclusão é óbvia. Os Senhores*  
1093 *Deputados que após meses, para além de colocarem as questões na Câmara e*  
1094 *na Assembleia, não estavam satisfeitos com os nossos esclarecimentos,*  
1095 *apesar de nós justificarmos, apesar de nós dizermos a quem recorremos, após*  
1096 *dizermos que o que fizemos, o fizemos acompanhados pelo Departamento*  
1097 *Jurídico da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do*  
1098 *Centro, ainda assim, com toda a legitimidade, os Senhores entenderam*  
1099 *colocar a questão ao Ministério Público.-----*  
1100 *Esta resposta do Ministério Público, com data de 27 de abril, chegou à*  
1101 *Câmara no dia 29 de abril. Tivemos Assembleia nesse dia, precisamente por*  
1102 *isso não deu conta deste assunto. Mas tenho a certeza que se ela fosse no*  
1103 *sentido da vossa pretensão, tenho a certeza que a primeira coisa que o*  
1104 *Senhor Deputado tinha feito era vangloriar-se do Parecer ou Despacho do*  
1105 *Ministério Público. Mas não fiz nada nas “costas” das pessoas e,*  
1106 *precisamente por isso, na primeira reunião de Câmara após receção desta*  
1107 *comunicação teve a oportunidade de informar a Câmara da resposta do*  
1108 *Ministério Público, não tendo o Senhor Vereador Armando Almeida referido*  
1109 *rigorosamente nada.-----*  
1110 *Não referiu no dia 12 de maio que já tinha recebi a informação e Despacho*  
1111 *do Ministério Público, reunião que referiu a questão e o Vereador Armando*  
1112 *Almeida nada disse, como nunca mais disse em nenhuma reunião. Portanto,*  
1113 *não há aqui nada nas costas de ninguém, informei a Câmara, consta na Ata*  
1114 *do dia 12 de maio.-----*  
1115 *Fomos sistematicamente visados quer na Câmara, quer na Assembleia*  
1116 *relativamente a este assunto. Aguardámos e andámos a aguardar que da*  
1117 *parte do Senhor Deputado e Senhor Vereador houvesse uma reação. Tiveram*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1118 *todas as oportunidades e tempo para fazerem referência da forma, modo e*  
1119 *conteúdo que quisessem que o Ministério Público tinha tomado aquela*  
1120 *decisão. Não fizemos nada nas “costas de ninguém”, foi tudo às claras, está*  
1121 *na Ata de 12 de maio de 2016.-----*  
1122 *Aquilo que fizemos, independentemente do Senhor Deputado estar presente*  
1123 *ou não, está na Ata da Assembleia “os eleitos do Partido Socialista nesta*  
1124 *Assembleia” – e quando falo nos eleitos, apesar do Senhor Deputado ser o*  
1125 *líder de bancada, a bancada está representada – e na Ata da Assembleia está*  
1126 *“os eleitos do PS na Assembleia” e por isso nada foi feito nas costas de*  
1127 *ninguém e aliás o Senhor Deputado não pode estar nessa reunião, mas a*  
1128 *Bancada defendeu-se relativamente à questão, defenderam a sua honra e a*  
1129 *honra da bancada e fazendo a defesa das intenções que moveram os eleitos*  
1130 *do Partido Socialista.-----*  
1131 *Portanto, não ouse dizer que foi “nas costas” porque não precisamos, não o*  
1132 *fazemos.-----*  
1133 *Passado este tempo todo, houve reuniões de Câmara, na Assembleia de junho*  
1134 *e não houve uma referência por parte de quem nos andou a acusar durante*  
1135 *meses de ilegalidades e a desejar que fosse civil e criminalmente*  
1136 *incriminado.-----*  
1137 *Nada mais temos a dizer e damos o assunto por encerrado, mas porque existe*  
1138 *um Despacho do Ministério Público a dizer que não encontraram indícios é*  
1139 *uma terminologia jurídica própria desse tipo de Despacho e em linguagem*  
1140 *popular significa aquilo que claramente o Ministério Público diz é que não*  
1141 *há indícios.-----*  
1142 *Lamenta que se não tivesse informado esta Assembleia, provavelmente o*  
1143 *Senhor Deputado José Santos Mota nada tinha a dizer que o Ministério*  
1144 *Público tinha dado aquele parecer.”-----*  
1145 *Respondendo às questões colocadas pelo Senhor Deputado, relativamente à*  
1146 *visita do Senhor Embaixador do Japão e a sua deslocação ao monumento de*  
1147 *homenagem a Fernão Botto Machado, de facto o Senhor Deputado José*  
1148 *Santos Mota (PS) abordou-o no sentido de ser feita essa visita. Esta questão e*  
1149 *a referência que tinha feito ao Senhor Embaixador da presença deste ilustre*  
1150 *gouveense na Embaixada do Japão, pelo facto de ser um gouveense que*  
1151 *esteve no Japão foi no sentido de contextualizar ainda mais a nossa ligação*  
1152 *que não é de agora.-----*  
1153 *Quanto ao Festival da Praça e a sua localização, foi de facto um evento que*  
1154 *correu muito bem e animou a cidade. Pensa que o Grupo de Teatro terá ficado*  
1155 *satisfeito com este evento. É uma questão do Grupo querer continuar e a*  
1156 *Câmara continuar a colaborar.-----*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

1157 Relativamente ao evento do “Go Romaria Cultural”, uma das suas grandes  
1158 vantagens e riquezas é que se tratava de um movimento de jovens da  
1159 comunidade. E isso sempre foi por nós valorizado, apoiado e incentivado e  
1160 continuará a ser. Os eventos que realizam são reconhecidos por todos de  
1161 grande mérito e enriquecedores, pela capacidade atrativa e mobilizadora que  
1162 tem e por isso o apoiámos e incentivámos desde o primeiro momento.-----  
1163 Agora, o “Go Romaria Cultural” nunca se apresentou e nunca foi colocado à  
1164 Câmara como uma organização de jovens. “O Orçamento é este, agora a  
1165 Câmara que pague”. Nunca foi assim. A Câmara foi solicitada a colaborar  
1166 logisticamente e em apoio financeiro. Apoiar, não pagar um orçamento.  
1167 Nunca foi o conceito do “Go Romaria Cultural” porque, se algum dia  
1168 acontecesse, o “Go Romaria Cultural” perde toda a sua genuinidade. Se tiver  
1169 alguma dependência económico-financeira será ele próprio condicionado a  
1170 quem o paga e não fazemos isso. Incentivamos a criatividade dos jovens que  
1171 muito bem o organizam, que se empenham, mas ajudamos, não financiamos e  
1172 nem nunca foi esse o conceito do “Go Romaria Cultural”. Sempre foi assim e  
1173 é assim que o encaramos. E a genuinidade do movimento dos jovens deve  
1174 continuar a ser assim, com as dificuldades que têm sempre em termos  
1175 financeiros, com o trabalho que fazem para encontrar apoios para a  
1176 organização dos seus eventos. Este ano, por razões que não conhece, ao que  
1177 lhe dizem, foi que ao nível do espetro que costuma ajudar e apoiar no  
1178 pagamento destas despesas não tiveram a contrapartida de apoio que  
1179 esperavam, alguns eventos não proporcionaram o encaixe financeiro que  
1180 estavam à espera e por isso não correu tão bem.-----  
1181 Foi atribuído o apoio que foi combinado com os jovens e foi cumprido.  
1182 Entretanto, deslocaram-se à Câmara a pedir ajuda, pois tinha corrido mal. A  
1183 Câmara não recusou em dar o auxílio, dentro daquilo que lhe foi possível e  
1184 nos termos que foi possível. Vamos ajudar esses jovens a liquidar as despesas  
1185 que tiveram, mas não somos obrigados, por mais que reconheçamos, porque  
1186 seríamos injustos com outras organizações.-----  
1187 O executivo manifestou aos jovens a disponibilidade para os ajudar ainda para  
1188 além daquilo com que os ajudaram e certamente mantem essa disponibilidade.  
1189 Não significa isso que não apoiemos com a intensidade, não reconheçamos a  
1190 valia daquilo que fizeram, antes pelo contrário, sempre incentivámos, seja  
1191 enquanto executivo, seja pessoalmente e sempre estiveram disponíveis para  
1192 ajudar e estiveram nos eventos sempre que possível a apoiá-los, incentivá-los  
1193 e ajudá-los e continuarão a fazer.-----  
1194 Reconhecidamente entende que este evento do “Go Romaria Cultural” é uma  
1195 “pedrada no charco” que a cidade de Gouveia faz ao país e por isso mesmo os



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1196 apoiamos, por ser organizado por jovens do concelho de Gouveia que se  
1197 empenham neste movimento, porque gostam da sua terra e querem promovê-  
1198 la e, portanto, não podíamos estar mais de acordo com isso. Aquilo que  
1199 sempre esteve presente na mente de todos foi que a Câmara teve sempre  
1200 intenção de ajudar, acertou o valor dessa ajuda e pagou. Agora, neste caso,  
1201 houve despesas acrescidas e as coisas correram mal, esperavam um  
1202 determinado retorno que não se verificou, esperavam determinados apoios  
1203 que não se verificaram. A Câmara com o apoio que se comprometeu pagou.  
1204 Entretanto os jovens, perante esta situação, dirigiram-se à Câmara a pedir  
1205 ajuda, porque estavam a ser pressionados com cartas remetidas por alguns  
1206 advogados dos grupos e com a Sociedade Portuguesa de Autores, entidade a  
1207 quem tem pedido alguma compreensão na resolução do problema e com isso  
1208 tem andado a ajudar, porque sempre reconheceu aquele movimento como  
1209 importante para Gouveia.-----  
1210 Para concluir, pensa que de facto a Câmara ajudou e estará sempre disponível  
1211 para ajudar.-----  
1212 De seguida, solicitou a devida autorização ao Senhor Presidente da Mesa no  
1213 sentido do Senhor Vereador responsável pelo Pelouro das Finanças prestar o  
1214 devido esclarecimento.-----  
1215 ----- Usou da palavra o Senhor Vereador Joaquim Lourenço que, em nome  
1216 da verdade, prestou o seguinte esclarecimento:-----  
1217 No 1.º ano de realização do “Go Romaria Cultural”, um grupo informal de  
1218 jovens, solicitou ao Município de Gouveia apenas o apoio logístico. Não  
1219 solicitou qualquer tipo de apoio financeiro, aliás, não sendo uma instituição,  
1220 não o podia fazer.-----  
1221 No 2.º ano de realização do “Go Romaria Cultural”, realizou-se uma reunião  
1222 no Município de Gouveia, onde solicitaram um apoio no valor de 2.000,00  
1223 euros para fazer pagamentos, liquidados, tardiamente, porque a constituição  
1224 da Associação demorou algum tempo.-----  
1225 No 3.º ano de realização do “Go Romaria Cultural”, antecipadamente, o  
1226 Senhor Vice Presidente e o Senhor Vereador Jorge Ferreira reuniram, em final  
1227 de maio, princípio de junho, com um grupo de jovens representantes do  
1228 movimento sobre o que pretendiam fazer. Foi aí que os incentivou a  
1229 associarem-se ao Centenário do Nascimento de Vergílio Ferreira. Ficaram de  
1230 ver de que forma isso poderia ser feito. Mais tarde, no mês de junho, reuniram  
1231 novamente com os jovens que propuseram a realização de um concurso de  
1232 cartoons, para o qual, solicitaram o valor de 1.000,00 euros para o prémio.  
1233 Para o Festival solicitaram um apoio de 3.000,00 euros. Procedimento igual





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1234 teve com o Grupo de Teatro Escola Velha para a realização do Festival da  
1235 Praça.-----

1236 Informou, ainda, que no dia 14 de julho foi presente a reunião de Câmara o  
1237 protocolo a celebrar com a Associação Go Romaria, Grupo Escola Velha e  
1238 AssociaSão Julião, este último destinado ao evento dos Tapiscos. No dia 15  
1239 de julho foram emitidas as ordens de pagamento, uma das associações veio  
1240 receber no próprio dia, as outras no dia seguinte. Em relação à Associação do  
1241 “Go Romaria Cultural”, no primeiro contacto com o Dr. Joel Correia, disse-  
1242 lhe que não podia vir receber, uma vez que um dos diretores se tinha demitido  
1243 e tinha o seu nome na conta bancária, pelo que ficaram a aguardar. Entretanto  
1244 faltava uma “Certidão de não Dívida à Segurança Social”. Isto decorreu, mas  
1245 o dinheiro estava disponível desde o dia 15 de julho na tesouraria do  
1246 Município para que esta Associação o pudesse levantar. Se não o vieram  
1247 receber foi por sua e exclusiva vontade e com justificações que foram dando  
1248 ao longo do tempo, pois fez questão este ano, sabendo das dificuldades que as  
1249 associações tinham neste campo, de poderem antecipar o valor para fazerem  
1250 face aos compromissos.-----

1251 Portanto, não é verdade aquilo que o Senhor Deputado José Santos Mota (PS)  
1252 afirma, pois a Câmara tratou do assunto atempadamente, disponibilizando o  
1253 valor do apoio. Se não levantaram, foi por razões que os próprios jovens terão  
1254 que justificar, não por culpa do Município.-----

1255 ----- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, para prestar o  
1256 devido esclarecimento acerca do impedimento da entrada dos Senhores  
1257 Deputados e Presidentes de Junta na Biblioteca Municipal, aquando a visita  
1258 do Senhor Presidente da República. Nenhum responsável da Autarquia deu  
1259 ordens para tal. Quem decidiu e deu instruções sobre quem podia aceder à  
1260 Biblioteca, dado ser um espaço confinado e limitado, foi o protocolo do  
1261 Senhor Presidente da República. Foram eles que impuseram as regras, caso  
1262 contrário não se realizaria a visita. Por razões de segurança a visita teria que  
1263 ser assim, pois não era comportável a permanência de muita gente, para além  
1264 de que o tempo de permanência do Senhor Presidente da Republica seria  
1265 breve e não haveria essa possibilidade. Portanto, eles selecionaram e disseram  
1266 quem poderia entrar e não mais do que isso. Não pretende com esta  
1267 justificação fugir a nenhuma responsabilidade, mas apenas informar por que  
1268 razão as coisas aconteceram assim. Não foi por vontade nossa, mas por  
1269 imposição do protocolo do Senhor Presidente da República, pois se fosse  
1270 vontade nossa ninguém seria “barrado”, pois nunca o fizemos e não era agora  
1271 que o iríamos fazer.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1272 Sobre a questão do terreno do Intermarché e o caminho que está associado,  
1273 informou que ainda naquela semana esteve reunido com um representante da  
1274 família e respetivo advogado para precisamente darem uma solução final ao  
1275 assunto. Espera que, muito em breve, possa apresentar essa solução que  
1276 resolverá todas estas questões do caminho.-----  
1277 Quanto à utilização do antigo Posto Médico, a mesma está definida pela  
1278 Autarquia. Como o Senhor Deputado sabe, existe um equipamento em  
1279 Gouveia que, felizmente, tem tido bastante procura pelo que deve continuar a  
1280 merecer o nosso estímulo e aposta, referindo-se ao Museu da Miniatura  
1281 Automóvel. Quando foi criado, já sabíamos que era pequeno, mas naquela  
1282 altura tinham apoio comunitário para fazer uma intervenção naquele espaço  
1283 ou aproveitávamos o momento ou aquele equipamento iria para outro  
1284 Município. Aliás, inicialmente foi proposto a outro Município, que não se  
1285 decidiu e portanto tivemos a possibilidade de o ter em Gouveia. Pode dizer  
1286 que hoje em dia existe mais dificuldade de espaço, estamos em “lista de  
1287 espera” para com pessoas que têm coleções para oferecer. São mais de  
1288 100.000 miniaturas oferecidas ao Museu e precisamos de um espaço para  
1289 expor, guardar e colocar a coleção bibliográfica. Existe uma revista  
1290 automóvel que nos ofereceu o seu acervo e não temos onde o colocar, mas  
1291 queremos tê-lo. Para além de colecionadores particulares que querem oferecer  
1292 as suas coleções, desde miniaturas, bibliografia associada a determinada  
1293 marca, até fatos, etc. Mas o espaço precisa de obras e é preciso apoio para as  
1294 fazer. Por agora não há apoio no Quadro Comunitário onde se possa encaixar  
1295 algum investimento pelo que terá que ser feito a expensas da Câmara  
1296 Municipal. Estamos a analisar se na proposta de Orçamento do próximo ano  
1297 se pode incluir alguma obra, pois era bom que se pudesse fazer a mudança.  
1298 Até porque, o actual espaço do Museu da Miniatura Automóvel há muito que  
1299 está destinado para a outra finalidade, para o património de Caldeira Cabral,  
1300 Pai da Arquitetura Paisagística Portuguesa, grande gouveense e português.  
1301 Queremos ter ali um espaço do seu acervo que se encontra próximo de um  
1302 espaço fantástico e de excelência de Gouveia, que os gouveenses não  
1303 utilizam, o Paixotão. Foi requalificado com um projeto elaborado por  
1304 familiares de Caldeira Cabral e por isso faz todo o sentido que aquele espaço  
1305 possa ser um espaço de referência deste ilustre Arquiteto.-----  
1306 Relativamente ao Jardim de Infância de Figueiró da Serra, foi solicitado à  
1307 DGeST que este espaço pudesse continuar em funcionamento e que  
1308 reconheceu dessa forma que seria importante que aquelas crianças pudessem  
1309 continuar próximas das suas famílias. Não sabe se são duas crianças e meia ou  
1310 três, o importante é que esteja aberto e a servir as crianças e as suas famílias.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1311 No que diz respeito à questão dos incêndios florestais, as suas causas são  
1312 várias e no nosso concelho, certamente, não são por razões económicas, ou  
1313 pelo menos e sobretudo, por razões económicas. Em Melo, os Bombeiros,  
1314 foram várias vezes chamados a apagar incêndios que estavam a eclodir um  
1315 deles à hora do almoço, mesmo por trás do quartel. Foi de propósito. No dia a  
1316 seguir, por volta das 6 horas da manhã, aproveitando um dia de muito vento,  
1317 voltou a haver outro na estrada de Melo, felizmente que se chegou a tempo e  
1318 o incêndio foi rapidamente extinto. As razões são muitas e estão todos  
1319 disponíveis para colaborar no sentido de tentar contrariar essas razões.-----  
1320 Relativamente às candidaturas que a Câmara apresentou, esclareceu que as  
1321 mesmas não foram chumbadas, duas delas foram aprovadas e vão começar a  
1322 ser executadas. Entretanto estão a aguardar pela resposta de mais duas, uma  
1323 delas, ainda continua “em análise”. São razões financeiras, mas espera que,  
1324 pelo menos, alguma delas possa vir de facto aprovada.-----  
1325 Em relação à questão do “Orçamento Participativo”, hoje em dia vemos  
1326 eclodir Orçamentos Participativos ou algo semelhante em todo o lado a  
1327 propósito de tudo e mais alguma coisa. Pensa que o próprio conceito de  
1328 “Orçamento Participativo”, hoje em dia, está a ser descaraterizado, não vale a  
1329 pena. Às vezes parece que brincam um pouco com o conceito e não queremos  
1330 isso. Queremos uma coisa séria. Para isso acompanhámos e analisámos a  
1331 evolução de alguns Orçamentos Participativos, verificámos o trabalho que dão  
1332 para que possam chegar até ao fim e para que efetivamente sejam  
1333 rigorosamente bem feitos. Queremos fazer de forma séria e isso exige que  
1334 dentro da própria Câmara haja pessoas que vão ficar dedicadas ao processo.  
1335 Na ânsia de todos participarem, acontece que no final há a decisão de que  
1336 vamos fazer aquela ação ou obra e depois não é cumprida. E estão a “matar”  
1337 aquilo que devia ser um bom instrumento de participação das comunidades,  
1338 sejam elas mais jovens ou menos jovens, mas está a ser descaraterizada.-----  
1339 Não sabe se para o ano vão ter Orçamento Participativo, ou não, apenas sabe  
1340 dizer que a nossa intenção é, de o fazer de forma séria e consciente, mobilizar  
1341 as pessoas pelos meios adequados para tal e não fingir e brincar aos  
1342 “Orçamentos Participativos”. Isso exige preparação, formação das pessoas  
1343 para o poderem acompanhar. Esteve em Portugal aquele que é considerado o  
1344 “pai” dos Orçamentos Participativos, explicou quais os procedimentos que  
1345 implicava um Orçamento Participativo para que o processo fosse feito  
1346 adequadamente. Seria um ano inteiro com pessoas dedicadas em grande parte  
1347 a este assunto e não podemos brincar, mas sim fazer de forma séria. Por isso,  
1348 não está em condições de dizer que para o ano vamos ter Orçamento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1349 Participativo, temos essa ambição, agora se o vamos ter ou não, neste  
1350 momento não pode dizer.-----

1351 ----- Em resposta ao Senhor Deputado Pedro Maltez (PS) acerca do  
1352 encerramento do Balcão do BPI, em Vila Nova de Tazem, lamenta também  
1353 esse facto. Ainda contactou determinadas pessoas com funções diretivas nessa  
1354 instituição bancária e aquilo que lhe foi dito foi que a decisão estava tomada.  
1355 Por uma questão de respeito para com os outros cerca de 20 balcões que na  
1356 mesma data iam encerrar, por razões económicas, tinham decidido. Lamenta  
1357 esta decisão, ficaram de facto mais pobres, mas nada podemos fazer e não  
1358 temos força para alterar uma decisão de uma entidade bancária privada.-----

1359 No que diz respeito às obras que referiu, estão a decorrer como foi  
1360 programado entre a Câmara e a Junta de Freguesia. É uma obra partilhada e  
1361 uma obra importante para a freguesia que há muito fazia falta e estamos a  
1362 cumprir.-----

1363 Em relação ao Bairro Social, no qual vivem pessoas com dificuldades  
1364 económicas, que todos lamentam, já ali fizeram algumas intervenções, mas a  
1365 propriedade dos imóveis é da Fábrica da Igreja. No âmbito da Regeneração  
1366 Urbana, que vai permitir uma intervenção profunda nas Habitações Sociais,  
1367 na Mata Rainha, também apresentámos essa situação, mesmo não sendo  
1368 propriedade da Câmara Municipal, mas sim da instituição, por se tratar de um  
1369 Bairro que se destina a apoiar pessoas com dificuldades, ambicionando que  
1370 também pudesse ser objeto de candidatura e de intervenção. Aquilo que lhes  
1371 disseram foi que este apoio se destinava apenas à Sede do Concelho. O  
1372 Regulamento Comunitário desse Programa assim o impunha. Espera que a tão  
1373 falada Reprogramação do Quadro Comunitário possa permitir fazer  
1374 intervenções desta natureza fora da sede do concelho e se assim for essa será  
1375 certamente uma das áreas reconhecida por todos e que necessita de ser  
1376 requalificada.-----

1377 Em relação à VINAL, como o Senhor Deputado sabe, pois esteve presente nas  
1378 reuniões com os produtores e portanto tem conhecimento direto, o modelo da  
1379 Vinal que existiu em Vila Nova de Tazem, e honra seja feita, muito se deve à  
1380 Senhora Deputada Laura Costa. Porém, é um modelo que aos produtores não  
1381 agrada, não os motiva. Por essa razão, temos tido reuniões com os produtores  
1382 por forma a se encontrar o modelo de evento que se mantenha com a  
1383 designação “Vinal”, que se continue a realizar em Vila Nova de Tazem, mas  
1384 que tenha a dimensão e a caracterização que vá de encontro aos produtores.  
1385 Hoje em dia, o setor vinícola será provavelmente o setor mais importante em  
1386 termos financeiros no concelho por aquilo que movimenta nas suas diferentes  
1387 atividades e fases ao longo do ano. Temos felizmente ótimos produtores,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1388 reconhecidos e premiados no país e internacionalmente. São produtores que  
1389 estão a exportar bem. São produtores com os quais a Câmara Municipal se  
1390 articula para os ajudar a promover e por isso mesmo este ano os levámos à  
1391 SISAB e para o ano voltarão com mais produtores a este certame. Foi uma  
1392 aposta que correu muito bem na opinião de todos os produtores, em que a  
1393 Câmara Municipal suportou todos os encargos dos produtores e das pessoas  
1394 dessas empresas que estiverem em Lisboa durante esses dias. Esses  
1395 produtores e empresas não tiveram despesas com a sua presença neste grande  
1396 evento, que contou com a presença de mais de 1600 compradores mundiais e  
1397 que para o ano se aguarda que venham a ser muitos mais.-----  
1398 Esse investimento é muito importante e são os produtores a dizerem que vale  
1399 a pena. Mas a Câmara não abdica da Vinal. Queremos fazê-la e vamos fazê-la  
1400 para o ano. No entanto, mais uma vez, infelizmente, esta programação do  
1401 Quadro Comunitário e dos seus conteúdos não se percebem, nem ninguém os  
1402 percebe. Já devíamos estar com o programa PROVERE que vai apoiar  
1403 algumas iniciativas onde se incluem os eventos. Já devíamos estar com esse  
1404 programa a funcionar, porém, ainda estamos a negociá-lo. Uma negociação  
1405 que não tem corrido bem, pois quando começaram a negociar este segundo  
1406 PROVERE disseram que o mesmo se destinava à promoção dos produtos  
1407 endógenos dos territórios. Agora, dizem que não se destina para este fim. Para  
1408 além disso, a verba agora é quase metade. Às vezes questionam-se para que é  
1409 que se fazem tantas reuniões. Podiam logo dizer que o dinheiro era aquele e  
1410 que não havia negociação e já estaríamos a fazer algo de produtivo com  
1411 aquele dinheiro. Mas tanto quanto sabem, o PROVERE está uma confusão e  
1412 ninguém se entende.-----  
1413 Mas, para o ano, a Câmara vai levar à SISAB doze produtores em diferentes  
1414 áreas. Para o ano, estamos já a trabalhar com a ajuda de uma entidade externa  
1415 à Câmara, mas que é bastante conhecida e com reputação na área de  
1416 organização de eventos para nos ajudar a organizar em Vila Nova de Tazem  
1417 um grande evento que traga gente de fora para o nosso território, para vir  
1418 visitar, provar e comprar os nossos produtos. Vai ser um evento que vai custar  
1419 50.000,00 euros e que é mais uma aposta. Se esse sector é um dos mais  
1420 importantes, senão o mais importante no concelho, merece que a Câmara lhe  
1421 dê essa atenção.-----  
1422 ----- À referência feita pelo Senhor Deputado Fernando Silva (PS) sobre as  
1423 acessibilidades, estava convencido que não se ia referir a este assunto, na  
1424 medida em que na ordem de trabalhos há um ponto da bancada do PS sobre as  
1425 acessibilidades. Porém, não vai deixar a oportunidade de o esclarecer uma vez  
1426 mais.-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1427 O Projeto da Construção da Barragem de Girabolhos é privado, resultante de  
1428 um concurso para a concessão de autorização e dos direitos para a concessão.  
1429 O Governo do PS, na altura, colocou esta obra a concurso e as empresas que  
1430 concorreram, neste caso a Endesa, teve que pagar 35 milhões de euros ao  
1431 Estado, acrescidos de mais uns milhões de euros relativos a cauções.-----  
1432 Essa barragem era importante por tudo. Lamenta que o Senhor Ministro do  
1433 Ambiente tenha brincado com a situação ao referir que a “barragem não era  
1434 para barquinhos” e a resposta que foi dada ao Deputado Santinho Pacheco é  
1435 do tipo de resposta da “treta”, resposta de quem não quer responder  
1436 verdadeiramente às questões e o Senhor Deputado Santinho Pacheco deve ter  
1437 ficado frustrado com a mesma, porque não vão ao cerne da questão.-----  
1438 O Governo entendeu do modo e do conteúdo aquilo que entendeu fazer.  
1439 Como disse, na altura, os quatro Municípios foram convocados para uma  
1440 reunião no Ministério do Ambiente e não sabiam ao que iam. A caminho da  
1441 sala foi-lhes dito que iam falar do Plano Nacional de Barragens e que a  
1442 Barragem de Girabolhos não ia avançar. Os quatro Presidentes de Câmara  
1443 tiveram para nem sequer estar presentes nessa reunião.-----  
1444 O Senhor Ministro apelou que seria importante a presença de todos e nessa  
1445 reunião expressaram aquilo que eram os nossos desagrados. Teve a  
1446 oportunidade de dizer a todas as pessoas que lá estavam, tal como teve a  
1447 oportunidade de dizer a alguns jornalistas quando o contataram que esta  
1448 barragem, para além da sua importância em termos de produção de energia  
1449 (uma energia ecologicamente limpa), um dos argumentos “ridículos” que  
1450 representa 0,002% foi a questão da “descarbonização”. A barragem não se faz  
1451 para que não se contribua para a descarbonização, pois com a sua construção,  
1452 a água provoca arrastamento de sedimentos que vão bater no paredão e  
1453 quando lá permanecem durante algum tempo produzem algum gás. Esse gás  
1454 que representa 0,002%, foi um dos fundamentos relevantes para desistir de  
1455 um investimento de 500 milhões de euros.-----  
1456 Na altura, para além de ter feito referência à gravidade que esta decisão tinha,  
1457 por causa da produção de energia, pois andamos a lutar para ficarmos cada  
1458 vez mais independentes de energias fósseis, eram os possíveis  
1459 aproveitamentos da albufeira. Não está expresso em lado nenhum que não  
1460 estavam autorizados outras utilizações. As quatro Câmaras estavam a  
1461 trabalhar para apresentar à APA uma proposta para o modelo de  
1462 aproveitamento da Barragem. É claro que não apresentaram perante esta  
1463 decisão. Era uma proposta onde estavam aproveitamentos desportivos, como,  
1464 por exemplo, provas de remo. O exemplo da Barragem da Aguireira que cada  
1465 vez mais tem aproveitamento turístico e náutico e, nesta Barragem, é com



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1466 barcos a motor com todas as poluições que podem haver. Uns podem outros  
1467 não podem. É o país que temos.-----

1468 Para além disso, esta Barragem era muito importante em termos das  
1469 acessibilidades. Esta Barragem iria permitir uma nova ligação de Mangualde  
1470 a Gouveia, uma ligação importante, iriam surgir vantagens fundamentais em  
1471 termos de segurança de circulação, bem-estar, comodidade e rapidez.-----

1472 O que é certo é que nada disto foi importante para o Governo ter em conta na  
1473 decisão que tomou. Nada disto lhe interessou. Aquilo que interessou ao  
1474 Governo foi fazer um negócio com a Endesa. Desde logo que lhe garantisse  
1475 uma coisa, que não tivesse que devolver os 35 milhões de euros e mais uns  
1476 milhões de cações que a Endesa pagou, porque o negócio verdadeiro da não  
1477 concretização da Barragem de Girabolhos só o Governo e a Endesa  
1478 verdadeiramente sabem. Pediu apoio aos Deputados do PSD na Assembleia  
1479 da República, do círculo da Guarda e eles solicitaram ao Ministério do  
1480 Ambientes informações concretas, nomeadamente, qual foi a verdadeira  
1481 negociação que existiu e a resposta foi zero. Dá para pensar que haverá  
1482 alguma coisa que se pretende que não fosse conhecida, pois se são pedidas  
1483 informações por Deputados da Assembleia da República ao Governo relativa  
1484 a uma decisão e não lhes é prestada, alguma coisa se passa.-----

1485 Deve dizer que não “baixou os braços”. No negócio que o Ministério fez com  
1486 a Endesa, o Ministério sabia que a única relação era entre o Estado e a  
1487 Endesa. Os Municípios não tinham qualquer relação com o negócio, nunca  
1488 fizeram parte do mesmo, e, por isso, não tinham direito a qualquer  
1489 indemnização. O Senhor Deputado considera “migalhas” o valor de 1,5  
1490 milhões de euros, eu também considero. O que seria justo seria, no mínimo,  
1491 aquilo com o que o Estado se enriqueceu à custa de um negócio de um  
1492 investimento que agora proibiu. Pelo menos esse dinheiro devia ser devolvido  
1493 em investimento nas áreas como as mais adequadas, seja em investimento  
1494 rodoviário, social, cultural, ou outro. Esse dinheiro tinha a ver com um  
1495 investimento num território que abrange quatro Municípios, porque senão o  
1496 Estado não tinha recebido esse dinheiro. A conclusão, mais uma a tirar, é que  
1497 o Estado enriqueceu à custa de um investimento para um determinado  
1498 território, agora decide proibi-lo e fica com o dinheiro.-----

1499 Era correto, no mínimo, e já o disse ao Senhor Ministro, Secretário de Estado  
1500 e Assessores do Senhor Ministro, aquilo que, no mínimo, o Ministério devia  
1501 ter feito foi, quando fechou o negócio com a Endesa, ter garantido  
1502 minimamente não que o Estado pagasse, mas, pelo menos, que tivesse  
1503 garantido que os quatro Municípios iriam receber alguma quantia que o  
1504 Ministério já pudesse chamar de compensação. No documento que o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1505 Ministério celebrou com a empresa está uma cláusula que diz, na  
1506 eventualidade de vir a haver algum montante mitigatório da não construção  
1507 nos territórios, a Endesa se comprometia a assumi-lo. Era fácil para a  
1508 empresa, assumi-lo, porque a empresa sabendo que não tinha obrigação  
1509 nenhuma de dar um tostão a qualquer destas quatro Câmaras, poderia dar um  
1510 milhão, como um euro ou um cêntimo. Este foi o negócio - aquilo que  
1511 sabemos - porque certamente existem mais coisas. A Endesa tem outras  
1512 instalações em Portugal que interessam ao Estado Português enquanto  
1513 estruturas produtivas de energia.-----

1514 Aquilo que foi feito pelos quatro Presidentes de Câmara, foi aquilo que lhes  
1515 foi permitido, esta é a verdade dos factos que pode ser comprovada. Todos  
1516 eles estão revoltados, ninguém ficou contente. Recorda-se que, numa das  
1517 primeiras Assembleias que se falou do assunto, o Senhor Presidente da  
1518 Freguesia de Gouveia referiu que haveria um valor de 10 milhões de euros e  
1519 sabe que era o valor que o Senhor Deputado Santinho Pacheco também tinha  
1520 em mente, mas não tinha qualquer sustentação e, por isso, até às últimas, foi  
1521 possível que a Endesa, porque assim entendeu, até aceitasse atribuir a cada  
1522 Município 1,5 milhões de euros e nada mais.-----

1523 Acha muito bem que todos lutem por essa acessibilidade, mas vale o que vale,  
1524 porque quem definiu e decidiu o que decidiu, que nos prejudicou, não acredita  
1525 que dê alguma coisa em compensação ou que faça algum trabalho mínimo  
1526 para obviar os efeitos nefastos da decisão tomada. Até por outra razão,  
1527 quando o Estado não tem dinheiro para requalificar minimamente a Estrada  
1528 Nacional 17, não acredita que tenha dinheiro para fazer uma ponte nova a  
1529 ligar dois concelhos e tenha dinheiro para fazer as acessibilidades necessárias  
1530 para essa nova ponte, porque se tivesse essa intenção, na negociação que fez  
1531 com a Endesa, tinha salvaguardado alguma coisa e não salvaguardou nada.

1532 É fácil dizer que “batalhamos”, “não batalhamos” ou que “encolhemos os  
1533 ombros”. Confessa que de certo modo, quando o Senhor Deputado refere isso,  
1534 se sente de alguma forma ofendido, pois sabe o quanto se empenhou, tal como  
1535 os outros Senhores Presidentes de Câmara. Mas quando chegamos a uma  
1536 situação em que não temos base nenhuma onde nos agarrar e estamos à mercê  
1537 daquilo que os outros decidem, é de facto uma situação complicada.-----

1538 Podemos fazer manifestações, ir a Lisboa, batalhar por estas acessibilidades,  
1539 acha que sim, podemos fazê-lo e devemos fazê-lo, mas acha que vale zero.  
1540 Mas em todo o caso é o primeiro a ir. Mas não acredita que valha a pena,  
1541 porque quem não quis no momento certo garantir alguma coisa a esses  
1542 territórios, é porque já não tem intenção de fazer coisa diferente daquela que  
1543 fez.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1544 ----- Em resposta ao Senhor Deputado Álvaro Prata (coligação PPD-  
1545 PSD/CDS-PP) em relação ao PEDU, a cidade de Gouveia, teve a  
1546 possibilidade de, no âmbito do Novo Quadro Comunitário, apresentar um  
1547 conjunto de requalificações que são por imposição dos Regulamentos  
1548 Comunitários, um conjunto de propostas apenas para a sede do concelho:  
1549 Requalificação da Fábrica dos Bellinos, Rua da Cardia, Mercado Municipal,  
1550 Bairro do Castelo, Habitação Social, na Mata Rainha e Central de  
1551 Camionagem. É apenas na cidade de Gouveia, não por vontade da Câmara  
1552 mas por imposição do Regulamento Comunitário. Quando fomos para a  
1553 negociação os valores a atribuir a Gouveia para esta Regeneração Urbana  
1554 eram 2 milhões de euros, não mais do que isso. Felizmente que as pessoas  
1555 foram conscienciosas e reconheceram que havia mérito nas propostas  
1556 apresentadas e, por isso mesmo, foi possível chegar a um valor de  
1557 6.200.000,00 euros. Como o Quadro Comunitário está todo ele atrasado,  
1558 também nesta área que é uma área fundamental para que desde logo o setor da  
1559 construção civil possa ajudar a recuperar a economia do país, o Governo  
1560 aprovou um mecanismo de aceleração. Esse mecanismo de aceleração diz que  
1561 aqueles que tenham estas intervenções podem beneficiar até ao fim de 2016,  
1562 se efetuarem no mínimo 15% de uma das intervenções que têm inscritas neste  
1563 Plano, de um reforço de mais 10% do valor total do Programa. Portanto  
1564 podemos até ao fim do ano efetuando, no mínimo, 15% destas obras,  
1565 beneficiar de mais 600.000,00 euros. Deste conjunto de obras estão a ser  
1566 concluídas as especialidades da Zona dos Bellinos, está a ser concluído o  
1567 projeto na especialidade e arquitetura do Mercado Municipal, está a ser  
1568 concluída a proposta do Projeto da Rua da Cardia. É esta artéria que vamos  
1569 dar prioridade por ser uma intervenção mais rápida de executar de modo a ir  
1570 beneficiar de mais 600.000,00 euros. Nesse sentido, vamos fazer com que esta  
1571 intervenção, atendendo a esta necessidade ou prioridade, mas atendendo  
1572 também à questão da época natalícia e pelo facto de ser uma rua acima de  
1573 tudo comercial, tudo faremos para que, pelo menos, na segunda quinzena de  
1574 dezembro, aquela rua esteja plenamente circulável e sem o mínimo de  
1575 constrangimentos, quer para os consumidores, quer para os comerciantes.-----  
1576 Relativamente às outras intervenções, estamos a ultimar os processos, para  
1577 abrir os respetivos procedimentos concursais para assim dar andamento aos  
1578 projetos e concurso.-----  
1579 No que diz respeito ao Vale do Rossim, pensa que finalmente houve um  
1580 membro de um Governo que teve a sensibilidade necessária para perceber que  
1581 aquele espaço é uma riqueza, mas que da forma como está não pode  
1582 continuar, porque está em “terra de ninguém”! Como sabem existe uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1583 entidade que está a efetuar a exploração daquele espaço, que não tem  
1584 qualquer título válido legal que lhe permita lá estar e, portanto, vai ser  
1585 notificada para se retirar do espaço. Pode adiantar que já foi feita a tentativa  
1586 de notificação, mas as cartas têm sido sistematicamente devolvidas, pelo que  
1587 o ICNF iria passar para notificação pessoal para que as coisas possam  
1588 avançar.-----

1589 Aquilo que disse à Senhora Secretária de Estado e o que os motivou a ir a essa  
1590 reunião foi, por um lado, as dificuldades e os constrangimentos que as pessoas  
1591 que utilizam o espaço transmitem, não têm casa de banho pública, como  
1592 também outro tipo de apoios a um espaço com aquelas características e que  
1593 existem em todos os lados. Por outro lado, o estado da estrada que ladeia a  
1594 albufeira, que o ICNF considera como “estrada florestal” que para esse fim  
1595 está perfeito, mas quem quiser dar-lhe outra utilidade estão disponíveis para  
1596 entregar por protocolo durante um período e essa entidade fará as obras.-----

1597 Perante este cenário e face àquilo que é o princípio, aquele espaço é um  
1598 espaço de reconhecido interesse e de valor ambiental, paisagístico e turístico.  
1599 Aquilo que transmitiu à Senhora Secretária de Estado foi que a Câmara  
1600 Municipal tem todo o interesse em ficar com a gestão do espaço, caso  
1601 contrário não haverá outra entidade. O Estado não o faz, os privados que lá  
1602 estão, para além de não terem título, também não o fazem. A Câmara  
1603 Municipal assume aquele espaço, em representação de todos os gouveenses,  
1604 como um espaço importante para o seu desenvolvimento, nomeadamente  
1605 turístico. A Câmara Municipal disponibiliza-se para assumir a sua gestão e  
1606 efetuar dentro de um prazo os investimentos necessários à requalificação do  
1607 espaço. Acha que é assim que é trabalhar para fazer alguma coisa, porque  
1608 aquilo que lá está, não é nada. É isso que estamos a fazer em articulação com  
1609 a Secretaria de Estado da Conservação da Natureza por forma a que,  
1610 finalmente, o espaço do Vale do Rossim possa ter alguma entidade a fazer  
1611 alguma coisa por ele.-----

1612 ----- Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Laura Costa  
1613 (coligação PPD/PSD-CDS/PP) como é óbvio, e a Senhora Deputada bem sabe  
1614 em virtude de outras funções que desempenhou, no que diz respeito ao  
1615 investimento do Município na educação e na cultura, é um investimento de  
1616 primordial importância e por isso todo esse investimento que fazemos e  
1617 continuamos a fazer. É uma aposta não só na nossa juventude e que  
1618 assumimos como prioritária e, por isso, daí também a nossa atenção e o facto  
1619 de termos incluído no Acordo com a Endesa a aquisição de duas viaturas  
1620 importantes para o transporte dos jovens estudantes e para as associações do  
1621 concelho.-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1622 ----- Em resposta à intervenção da Senhora Deputada Maria Açucena Carmo  
1623 (CDU) já fez referência ao assunto dos incêndios e endereçou o  
1624 agradecimento aos Bombeiros do concelho.-----

1625 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Maria Açucena Carmo (CDU)  
1626 referindo que devido ao avançar da hora, pensa que não há concentração e  
1627 atenção na sala, pelo que propõe que se deve rever a condição de realização  
1628 de uma reunião de assembleia àquela hora, é por demais sabido que as  
1629 pessoas às 24 horas já não têm capacidade de atenção.-----

1630 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Maltez (PS) questionando  
1631 novamente ao Senhor Presidente da Câmara, uma vez que não lhe respondeu,  
1632 acerca do contrato de comodato, aprovado em reunião de Câmara de  
1633 23/09/2016, com a Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem, que visa a  
1634 cedência por parte do Município de um prédio urbano onde outrora funcionou  
1635 a pré-primária, durante 30 anos. Pretendia saber se já existe algum projeto de  
1636 dinamização do imóvel e qual será a finalidade do mesmo. Considera que é  
1637 sempre positivo dar uma nova vida aos espaços fechados e devolutos.-----

1638 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Santos Mota (PS) referindo  
1639 que pretendia apenas vincar aquilo que disse relativamente à “Go Romaria  
1640 Cultural”. Trata-se de um movimento de jovens voluntários, que tiveram uma  
1641 iniciativa fabulosa, na diversidade e na quantidade. Foi confirmado pelo  
1642 Senhor Vice Presidente que de facto lhe foram atribuídos 3.000,00 euros,  
1643 conforme ele disse. No entanto, essa verba chegou tarde às mãos da comissão,  
1644 o que impediu uma divulgação desta iniciativa por todo o concelho. A  
1645 divulgação feita foi fundamentalmente através da internet, ou seja, podíamos  
1646 ter tido um maior movimento de pessoas do concelho, contudo tivemos de  
1647 facto uma afluência de jovens como já não via esta terra com tantos jovens há  
1648 muito tempo.-----

1649 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Fernando Silva (PS)  
1650 referindo que em relação ao tema das acessibilidades, o Senhor Presidente da  
1651 Câmara fez de facto uma longa dissertação acerca das culpas do Governo, do  
1652 Ministério, do Ministro e do Secretário de Estado. Isso não lhe interessa, pois  
1653 todos já sabem que a culpa não é nossa e nunca acusou o Senhor Presidente  
1654 da Câmara de cancelar a obra da Barragem, portanto, não tem que se  
1655 defender. Aqui ninguém o está a acusar. O que disse, e volta a repetir, é que a  
1656 posição do Senhor Presidente da Câmara é uma posição passiva e devemos ter  
1657 uma posição ativa. Cancelaram aquela obra e a mesma criava expectativa ao  
1658 povo de Gouveia e a Gouveia de ter aquilo por que sempre lutou e que nunca  
1659 conseguiu, que era colocar-se ao nível dos seus vizinhos no que diz respeito a  
1660 competitividade, lutar pelo seu desenvolvimento com uma acessibilidade às



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1661 auto-estradas. Cortaram-nos isso. E isso foi a facada maior que podiam dar a  
1662 Gouveia.-----

1663 O Senhor Presidente da Câmara falou na necessidade de se deslocarem a  
1664 Lisboa em manifestação. Sim, por que não? Se na comunicação social  
1665 surgisse que a Assembleia Municipal de Gouveia se deslocou ao Ministério a  
1666 reivindicar a ligação à A25 era algum mal? O que perdíamos? Um dia de  
1667 deslocação a Lisboa. O que ganhávamos? Ganhávamos a visibilidade,  
1668 ganhávamos a afirmação de que não abdicamos daquilo a que julgamos ter  
1669 direito, uma ligação à auto-estrada e ao resto do país, sobretudo às grandes  
1670 cidades. Era isso que ganhávamos e é por isso que luta.-----

1671 O Senhor Presidente da Câmara não precisa de consumir dez a quinze  
1672 minutos a dizer que não tem culpa, porque ele já sabe. Não precisa de  
1673 consumir meia hora a dizer que o Ministro nos fez esta maldade. Não precisa  
1674 de fazer isso, mas sim dizer que vamos juntar as nossas forças, debater ideias  
1675 e vamos até ao fim e não com a atitude que não acredita, pois isso é uma  
1676 atitude derrotista. Quando as pessoas vão para uma luta e dizem que não vão  
1677 conseguir, então não vale a pena. Quando entra em campo a acreditar que não  
1678 se ganha, então já está derrotado à partida.-----

1679 Tem a dizer, por último, que a sua intervenção não foi no sentido de se  
1680 adiantar ao ponto da agenda, mas sim porque focou um assunto que passou  
1681 despercebido ao Senhor Presidente e que considera importante. Mesmo que  
1682 não fosse possível alcançar esse objetivo de repor uma ligação à A25, havia  
1683 outros objectivos. Mas não temos que nos misturar com os outros, porque os  
1684 outros têm menos a perder do que nós, nós perdemos pontos vitais para  
1685 Gouveia e eles não. Não conseguimos a reposição da ligação, então apliquem  
1686 as verbas, até deu como exemplo os Passadiços do Paiva. Temos que  
1687 apresentar oferta turística válida e competitiva e por isso temos que exigir que  
1688 nos financiem determinado projeto. Era esse o sentido da intervenção.-----

1689 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Freguesia de Gouveia,  
1690 referindo que, na visita do Senhor Presidente da República, considera que não  
1691 foi propriamente “barrado” no sentido negativo que se atribui àquele termo.  
1692 Nada disso. Porém, notou que houve ali alguns impedimentos de entrar na  
1693 Biblioteca e que esses impedimentos não foram seletivos. No último encontro  
1694 na Biblioteca Municipal a propósito da sua inauguração, com a presença de  
1695 Lauro António, viu-se no filme exibido, de 1998, aquando a visita do  
1696 Presidente da República Mário Soares, que de facto havia muita mais gente na  
1697 rua e houve alguma preocupação protocolar em que teria que haver alguma  
1698 seletividade, porque o espaço é pequeno. Mas em 1998 a todos os Presidentes  
1699 de Junta, a todos os membros da Assembleia Municipal e Vereadores foi



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1700 permitida a entrada. Desta vez também entraram cerca de 50 pessoas e viu  
1701 quem entrou, havia gente que não tinha nada a ver nem com o universo  
1702 autárquico, nem com responsabilidades ligadas diretamente à comitiva do  
1703 Senhor Presidente da República. Pensa que houve aqui alguma coisa que  
1704 falhou. O critério adotado foi quantitativo, até 50 entram, a partir de 50 não  
1705 entrou mais ninguém. Esse foi rigorosamente o critério, se é que se pode  
1706 chamar "critério" para a entrada na Biblioteca a acompanhar a visita do  
1707 Senhor Presidente da República.-----  
1708 Disse depois que quando se congratula por melhorias, benefícios,  
1709 investimentos que dizem respeito direto à sua freguesia em concreto, assim  
1710 como em todo o concelho, obviamente que não tem relutância nenhuma em  
1711 chegar a este órgão e se congratular, porque pensa que interpreta o sentido  
1712 daqueles que o elegeram. E quando agora se congratula pela recelagem do  
1713 Caminho da ETAR ou pelo caminho da Madre de Água, não tenham dúvidas  
1714 que, no futuro, sempre que se concretizarem reivindicações suas e que já são  
1715 de há muito tempo, não terá pejo nenhum em se congratular pela sua  
1716 execução, como sejam os casos da pavimentação do Caminho do Jancão ou  
1717 pavimentação do Caminho do Azeveiro, pela recelagem da Urbanização da  
1718 Mata Rainha, pela pavimentação do Caminho da Borrachota e do Cervas, pela  
1719 reabilitação da Estrada do Curral do Negro, ou alargamento da Rua do  
1720 Formil; são reivindicações que andamos a reclamar há já muito tempo, ainda  
1721 dos tempos da agregada freguesia de São Pedro, e mais se congratulará se vir  
1722 concretizados alguns empreendimentos, equipamentos e ações que podem  
1723 constituir autênticas alavancas do nosso desenvolvimento, recordando a  
1724 recuperação da Cerca, a construção do Sintético, a remodelação do Mercado  
1725 Municipal, o Plano de Salvaguarda da Ribeira de Gouveia com a consequente  
1726 construção do pavilhão multiusos ou pavilhão de exposições, a Pousada da  
1727 Juventude, tudo isso serão investimentos pelos quais terá todo o gosto em se  
1728 congratular publicamente associando-se a essas benfeitorias.-----  
1729 Em relação à querela com o Senhor Deputado Álvaro Prata (coligação PPD-  
1730 PSD/CDS-PP) sobre o Brasão da Freguesia, já trocaram entretanto mais  
1731 impressões, a sós, pelo que fazendo jus à sua colagem a um gosto estético e  
1732 inusitado pelo eclesiástico e considerando estarem mais esclarecidas as partes,  
1733 vai ser piedoso e não se referirá mais à intervenção do seu interlocutor. -----  
1734 Em relação ao tema da Barragem de Girabolhos, recorda que se ler bem a ata  
1735 de abril da assembleia Municipal, aquilo que disse é perfeitamente claro e não  
1736 vale a pena levar isto para o campo partidário, com perguntas envolvendo os  
1737 Deputados na Assembleia da República do PSD ou os do PS, no sentido de  
1738 tentarem saber as razões da não concretização do projeto. Em abril também



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1739 levantou essa suspeição, pois acha muito estranho, depois de uma empresa ter  
1740 ganho um concurso ainda no tempo do "nefasto" Governo de José Sócrates,  
1741 em 2009, considerando que a rentabilização temporal de uma Barragem é no  
1742 mínimo de 15 anos, isto é, em 2016, neste momento a Barragem já devia estar  
1743 em fase de cruzeiro, e também lhe disse, em abril, que se houve alguém que  
1744 nunca concordou com a Barragem de Girabolhos foi precisamente o PSD, e  
1745 recordou as intervenções dos Deputados do PSD no Parlamento Europeu, o  
1746 que eles disseram acerca do Plano e da Barragem de Girabolhos, em concreto.  
1747 O que é que disse Moreira da Silva que acabou por ser o Ministro do  
1748 Ambiente do último Governo PSD, acerca desse Plano de Barragens. E  
1749 quando o Senhor Presidente da Câmara põe agora em questão o que estará por  
1750 detrás disto, recordemos uma coisa, o Presidente da Endesa, Eng.º Nuno  
1751 Ribeiro da Silva, foi Secretário de Estado da Energia, nos Governos do  
1752 Professor Cavaco Silva, portanto um militante do PSD. Quando não se  
1753 levantam questões, nem se põe em questão os 35 milhões de euros já pagos ao  
1754 Estado português pela ENDESA, quando ganharam o concurso, não se pondo  
1755 em questão a devolução do dinheiro das cauções, realmente é caso para  
1756 perguntar: estará alguma coisa por detrás disto?-----  
1757 Reitera aquilo que lhe disse em outubro, perdemos muito, que mais não fosse  
1758 pelos cerca de mil postos de trabalho que se criavam em fase de construção da  
1759 Barragem, que mais não fosse valer a pena por isso, independentemente das  
1760 acessibilidades que seriam melhoradas, sobretudo a ligação a Mangualde, etc.  
1761 Agora, nunca acreditou no aproveitamento turístico da Barragem, porque  
1762 quando o Senhor Ministro disse que aquela Barragem não era para  
1763 "barquinhos", ele foi mais explícito antes, quando disse que aquela Barragem,  
1764 no pico do seu funcionamento quando necessário, porque era para produção  
1765 elétrica, não seria uma Barragem tipo da do Vale do Rossim, esta barragem,  
1766 no pico de produção, numa hora, podia fazer baixar o seu caudal em cerca de  
1767 10 metros, o que inviabilizaria qualquer aproveitamento turístico,  
1768 nomeadamente, a referência aos tais "barquinhos".-----  
1769 Para finalizar, fez referência aos 500 Anos da Santa Casa da Misericórdia de  
1770 Gouveia, efeméride que, pensa, todos comungarão do seu significado e  
1771 importância. Está portanto de parabéns a Santa Casa e os seus provedores e  
1772 colaboradores.-----  
1773 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara respondendo ao  
1774 Senhor Deputado Pedro Maltez (PS) informando que de facto foi aprovado  
1775 um contrato de comodato com a Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem.  
1776 Não existe ainda nenhum projeto, no entanto, a Junta de Freguesia



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1777 providenciará a sua execução que terá que obedecer ao que está estipulado no  
1778 contrato de comodato.-----

1779 Respondendo ao Senhor Deputado José Santos Mota (PS), o Senhor Vice  
1780 Presidente foi claro na clarificação do assunto referente ao “Go Romaria  
1781 Cultural”. Desde o dia 15 de julho que o subsídio atribuído esteve sempre  
1782 disponível na tesouraria da Câmara Municipal para ser levantado, não o foi  
1783 por razões que têm que ver com a Associação, a Câmara não tem  
1784 responsabilidade nenhuma.-----

1785 Em resposta à intervenção do Senhor Deputado Fernando Silva (PS)  
1786 esclarecendo que ficaria ofendido se o Senhor Deputado pensasse que tanto  
1787 ele como os outros Presidentes de Câmara não se esforçaram neste assunto  
1788 das acessibilidades. Volta a frisar a sua importância que é fundamental que  
1789 mais não fosse por uma razão, independentemente da A25, pode não haver  
1790 dinheiro nos próximos anos para estradas ou grandes auto estradas, mas há  
1791 uma estrada que tem a certeza que vai ser feita que é a conclusão do IC12 e se  
1792 este país tiver governantes à altura uma das primeiras coisas que fazem é a  
1793 conclusão daquela estrada de vital importância para a circulação de todas  
1794 aquelas empresas que ali estão instaladas e que contribuem de forma tão  
1795 significativa para a riqueza deste país. Nessa altura esta estrada é importante  
1796 na medida em que a nossa placa giratória começa a ser Mangualde e não  
1797 precisamos de outros IC’s.-----

1798 Em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia, quando  
1799 fez referência à sua intervenção, congratulando-se pelo facto da Câmara estar  
1800 a realizar todas aquelas obras, tal como eram ambições da Junta de Freguesia  
1801 de Gouveia, também eram ambições desta Câmara e, portanto, estão a  
1802 cumprir-las. São obras que, felizmente, foi possível colocar no PEDU,  
1803 referindo-se à Zona dos Bellinos, Mercado Municipal, Bairro do Castelo,  
1804 Central de Camionagem e as suas acessibilidades, onde vai ficar instalado o  
1805 tal Parque para Caravanas que o Senhor Presidente de Junta já se referiu. Tal  
1806 como a questão da Mata Rainha que no PEDU está previsto um apoio para a  
1807 requalificação do edifício da habitação social e zona envolvente. A parte da  
1808 urbanização em si vai ser feita a expensas da Câmara, para resolução de  
1809 problemas dos passeios, escoamentos de águas pluviais, piso, sinalização,  
1810 passadeiras, tudo o que tenha a ver com a segurança e bem-estar das pessoas.  
1811 Relativamente à questão do caudal da Barragem de Girabolhos que baixaria  
1812 em cerca de 10 metros, a Barragem da Aguieira também tem essa questão e  
1813 nos seus períodos de funcionamento, de produção, não qualquer utilização  
1814 para outros fins ou atividade. Aquilo que se verifica é que à custa da  
1815 Barragem da Aguieira está a surgir um desenvolvimento turístico e hoteleiro





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1816 numa das encostas que dá para a Barragem e também na Barragem de  
1817 Girabolhos podíamos ter isso, como provas de canoagem ou vela, mas  
1818 infelizmente não vamos ter.-----

### 1819 **II – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”**

#### 1820 **Ponto 1 - Apreciação do Pedido de Suspensão do Mandato da Senhora** 1821 **Deputada Carla Sofia Garrido Amaral**

1822 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
1823 referindo que foi rececionado pelos serviços um pedido da Senhora Deputada  
1824 Carla Garrido (coligação PPD-PSD/CDS-PP) que, por motivos de saúde,  
1825 solicitou a suspensão de mandato, pelo período de 365 dias.-----

1826 Assim, deliberou a Assembleia Municipal, por unanimidade, aceitar o seu  
1827 pedido de suspensão de mandato apresentado pela Senhora Deputada Carla  
1828 Garrido (coligação PPD-PSD/CDS-PP), pelo período de 365 dias, nos termos  
1829 da alínea a) do n.º 3 do art.º 77.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

1830 Mais se deliberou autorizar a convocação e tomada de posse do eleito que se  
1831 encontra a seguir na respetiva lista, no período que medeia entre a presente e a  
1832 próxima sessão deste Órgão.-----

#### 1833 **Ponto 2 - Discussão e Votação da Proposta da 4.ª Revisão ao Orçamento e** 1834 **às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Gouveia** 1835 **do ano de 2016**

1836 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
1837 concedendo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentação da  
1838 proposta.-----

1839 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que as grandes razões  
1840 desta Revisão prendem-se sobretudo com rubricas que inicialmente estavam  
1841 sem verba e que agora se contemplaram. São principalmente verbas  
1842 relacionadas com transferências para a Comunidade Intermunicipal destinadas  
1843 ao desenvolvimento de ações transversais. Por outro lado, foi incluída a  
1844 rubrica “Plano de Combate ao Insucesso Escolar”, pois o concelho de  
1845 Gouveia, no Pacto da CIM, tem previsto, até ao momento, 1.011.000,00 euros  
1846 para os próximos três anos e, portanto, espera que, finalmente, dentro em  
1847 breve, possa ser publicado um 1.º Aviso para que se coloque em prática esta  
1848 verba e as respetivas ações que estão contempladas.-----

1849 Nesta Revisão foi incluído um conjunto de obras que têm que ver sobretudo  
1850 com o saneamento básico, as ETAR’s de Figueiró da Serra, Vila Franca da  
1851 Serra e Vila Cortês da Serra, bem como obras relacionadas com ampliações  
1852 de redes na zona das Continas até à Zona Industrial, algumas urbanizações na  
1853 freguesia de Cativeiros e também a construção de uma estação elevatória em  
1854 Moimenta da Serra, pois, ainda recentemente o Senhor Secretário de Estado



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1855 do Ambiente lhes transmitiu em Gouveia que contam que em finais de  
1856 outubro possa sair o Aviso para apresentação de candidatura das ETAR's e  
1857 assim espera ter tudo pronto para a abertura dos respetivos procedimentos  
1858 concursais para que no princípio de 2017 se possa avançar com as obras.-----  
1859 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as  
1860 inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----  
1861 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia Maria Açucena Carmo  
1862 (CDU) referindo que esta 4.<sup>a</sup> Revisão tem rubricas com as quais não  
1863 concorda, nomeadamente, com a atribuição de competências dos Ministérios  
1864 para os Municípios, a qual se tem que fazer acompanhar da respetiva  
1865 atribuição de verbas. Encontra-se inscrito um montante de 1.010.000,00 euros  
1866 destinado ao “Insucesso Escolar”, que é de entendimento que é uma matéria  
1867 que compete ao Ministério da Educação. Caminhamos nesse sentido para a  
1868 municipalização de serviços e a CDU não concorda. No entanto, por existem  
1869 outras rubricas com as quais concordam, o seu voto é de abstenção, não  
1870 obstante discordar destas transferências de competências dos Ministérios para  
1871 os Municípios.-----  
1872 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Santos Mota (PS) chamando a  
1873 atenção para a necessidade deste tipo de documentos deverem ser  
1874 acompanhados de explicações, no entanto, as informações dadas pelo Senhor  
1875 Presidente da Câmara foram minimamente suficientes, pelo que a Bancada do  
1876 PS votará favoravelmente.-----  
1877 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Álvaro Prata (coligação PPD-  
1878 PSD/CDS-PP) referindo que em relação à ETAR de Figueiró da Serra,  
1879 verifica-se uma alteração da dotação de 15.500,00 euros que são distribuídos  
1880 de 11.500,00 euros para a CIM e 4.000 para o Caminho da ETAR de Gouveia,  
1881 no entanto, esta obra não tem financiamento assegurado em 2017/2018/2019,  
1882 pelo que necessitava de esclarecimento.-----  
1883 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia  
1884 referindo-se ao Caminho da ETAR ou Caminho da Portela, que estava inscrito  
1885 com 75.000,00 euros e, agora, com um reforço de mais de 4.000,00 euros,  
1886 perguntou se este aumento é para manter as dimensões da pavimentação a  
1887 toda a largura da sua plataforma.-----  
1888 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara respondendo à  
1889 Senhora Deputada Maria Açucena Carmo (CDU) quanto ao facto de  
1890 considerar que estas ações da educação são competência do Estado. Aquilo  
1891 que acontece é que hoje em dia os Municípios já têm muitas competências e  
1892 fazem muito trabalho nas áreas que eram do Governo. São eles que assumem  
1893 cada vez mais as responsabilidades em vez do Estado, quer seja ao nível da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1894 educação, como a nível social e da cultura. Neste caso, a CIM estabeleceu um  
1895 documento, a sua Matriz, o seu Pacto e, nesse Pacto, há áreas de diferentes  
1896 naturezas e, neste caso, do Plano de Insucesso Escolar vão ser os Municípios  
1897 com a verba que foi possível negociar com a CCDRC para esta área, no valor  
1898 de 7.000.000,00 euros para, sendo que o de Gouveia ficou contemplado com  
1899 1.000.000,00 euros, que se destinam a desenvolver um conjunto de ações que  
1900 são imateriais e materiais. Por exemplo, estão a aguardar que a CCDRC os  
1901 esclareça de uma vez por todas se é permitido, em parceria com o  
1902 Agrupamento, ajudar a resolver o problema de um Setor da Escola onde  
1903 funcionam as áreas da robótica que necessita de obras e de aquisição de novo  
1904 equipamento. Na Escola Secundária ainda existe o problema do amianto, em  
1905 relação ao qual o Governo anunciou recentemente que iria colocar em prática  
1906 um Plano para o retirar, esperando de facto que esta Escola seja abrangida.  
1907 Em resposta ao Senhor Deputado Álvaro Prata (coligação PPD-PSD/CDS-PP)  
1908 informou que aquele Mapa refere-se apenas a esta 4.<sup>a</sup> Revisão Orçamental e  
1909 por isso mesmo apenas estão as modificações resultantes desta revisão. O  
1910 valor destinado à ETAR de Figueiró da Serra está perfeitamente acautelado e  
1911 está na 3.<sup>a</sup> Revisão Orçamental consagrado, para 2017, 300.000,00 euros.  
1912 Em resposta à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de  
1913 Gouveia, o valor que referiu para o Caminho da ETAR é o valor que o Senhor  
1914 Chefe de Divisão de Planeamento informou que é o adequado para realizar o  
1915 trabalho necessário na plataforma da estrada e tem conhecimento que o  
1916 Senhor Chefe de Divisão já prestou os esclarecimentos necessários ao Senhor  
1917 Presidente de Junta a este propósito.-----  
1918 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,  
1919 colocando à votação a “**Proposta da 4.<sup>a</sup> Revisão ao Orçamento e às**  
1920 **Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Gouveia do ano de**  
1921 **2016**”, tendo sido o documento aprovado, por maioria, com vinte e nove (29)  
1922 votos a favor e três (3) abstenções, por parte da Senhora Presidente da Junta  
1923 de Freguesia de São Paio, da Senhora Deputada Maria Açucena Carmo  
1924 (CDU) e do Senhor Deputado António Cabral (PS), nos termos da alínea a) o  
1925 n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----  
1926 **Ponto 3 - Lançamento de Derrama a aplicar sobre o lucro tributável**  
1927 **sujeito e não isento de impostos sobre o rendimento das pessoas**  
1928 **coletivas do exercício de 2016 a liquidar em 2017**  
1929 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
1930 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem  
1931 de trabalhos.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1932 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que na proposta da  
1933 Derrama há dois escalões, o 1.º destinado às empresas com um volume de  
1934 negócios mais elevado, em que se propõe a redução para 1%. O 2.º escalão  
1935 para pequenos negócios que a Lei define até 150.000,00 euros, propõe-se a  
1936 isenção total. Estão acautelados os pequenos empresários e comerciantes e  
1937 desta forma estamos a ajudar a promover estas empresas para que possam  
1938 desenvolver ainda mais os seus negócios.-----  
1939 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as  
1940 inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----  
1941 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Santos Mota (PS) registando  
1942 com agrado que ao fim de tantos anos o Município tivesse refletido sobre a  
1943 necessidade de baixar quer a Derrama quer, no ponto a seguir, o IMI.  
1944 Entendem que ao nível da Derrama, a redução ainda podia ir mais longe.  
1945 Propõem uma redução de 1,5% para 1%, o que já é alguma coisa, mas podiam  
1946 ir mais longe. Muitos municípios do país isentam e prescindem desta receita.  
1947 Sugeriu que podiam ter ido mais além na tentativa de isentar todas as  
1948 empresas novas ou mesmo que não fossem novas, aquelas que viessem a criar  
1949 dois ou três postos de trabalho. É um incentivo à criação de postos de  
1950 trabalho. Fica a sugestão para que no próximo ano todas as empresas novas ou  
1951 aquelas que criem dois ou três postos de trabalho possam vir a ser isentadas  
1952 deste imposto.-----  
1953 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Álvaro Prata (coligação PPD-  
1954 PSD/CDS-PP) salientando a isenção de derrama para empresas com volume  
1955 de negócios inferiores a 150.000,00 euros. Finalmente houve um executivo  
1956 com sensibilidade para compreender que empresas com exercícios de valores  
1957 inferiores a 150.000,00 euros, ou seja, praticamente todas as empresas, desde  
1958 logo são taxadas em sede de IRC. A derrama mais não era do que um imposto  
1959 sobre os lucros tão difíceis de conseguir nos dias de hoje, quer pela situação  
1960 do país, quer pela situação do concelho. Deixava já o desafio de que esta  
1961 exceção comece a ser a regra.-----  
1962 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Maria Açucena Carmo (CDU)  
1963 referindo que a CDU é de opinião de que as novas empresas ou uma empresa  
1964 que venha a instalar-se no concelho deve ficar isenta de impostos.-----  
1965 ----- Não se verificando mais nenhuma intervenção por parte dos Senhores  
1966 Deputados, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a **“Proposta de  
1967 Lançamento de Derrama a aplicar sobre o lucro tributável sujeito e não  
1968 isento de impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas do exercício  
1969 de 2016 a liquidar em 2017”**, que a seguir se reproduz, tendo sido a mesma  
1970 aprovada, por maioria, com trinta e um (31) votos a favor e uma (1)



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

1971 abstenção, por parte da Senhora Deputada Maria Açucena Carmo (CDU), nos  
1972 termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de  
1973 setembro:-----

1974

### **“PROPOSTA**

1975

***Lançamento de Derrama a aplicar sobre o lucro tributável sujeito e não isento de impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas do exercício de 2016 a liquidar em 2017***

1976

1977

1978

### **Considerando:**

1979

1980

1981

1982

1983

1984

1985

1986

1987

1988

1989

1990

1991

1992

1993

1994

1995

1996

1997

1998

1999

2000

2001

2002

2003

2004

2005

2006

2007

**Assim:**

- *O disposto na alínea c) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, vulgarmente designada Lei das Finanças Locais, doravante RFALEI), que consagra o produto da cobrança da derrama como uma das receitas municipais;*
- *O disposto no n.º 1 do artigo 18º do mesmo diploma, segundo o qual “os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território”;*
- *Que, nos termos do n.º 10 do artigo 18º do RFALEI, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, “deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os (euro) 150 000”;*
- *Que, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos do artigo 16º do RFALEI, conceder isenções totais ou parciais, relativamente a impostos e outros tributos próprios, fixando o âmbito da isenção;*
- *Que, as deliberações referidas devem ser comunicadas, por via eletrónica, à Autoridade Tributária até ao dia 31 de dezembro do ano anterior ao da cobrança por parte dos serviços competentes do Estado, sob pena de não haver lugar à cobrança, cfr. n.º 15 do artigo 18º da RFALEI;*





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 2008 • *Considerando essencial manter o apoio municipal à atividade*  
2009 *económica, bem como a promoção de novos incentivos ao investimento*  
2010 *e à consequentemente criação de novos postos de trabalho;*
- 2011 • *Considerando que é objetivo do Município uma participação solidária*  
2012 *no desenvolvimento concelhio e tendo em conta a evolução da receita*  
2013 *arrecadada e a necessidade de manter uma política fiscal equilibrada;*
- 2014 • *Considerando, também, que é possível manter uma diferenciação*  
2015 *positiva para as PME's do concelho, favorecendo o seu crescimento,*  
2016 *bem como a sua competitividade.*

2017 ***Propõe-se, assim, a esse ilustre órgão deliberativo, ao abrigo da alínea d),***  
2018 ***do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º,***  
2019 ***ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberação no***  
2020 ***sentido de:***

2021 *a) A fixação da taxa de derrama a cobrar no ano de 2017, de 1% sobre o*  
2022 *lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das*  
2023 *peças coletivas;*

2024 *b) Isentar da derrama todos os sujeitos passivos com sede social ou*  
2025 *domicílio fiscal no concelho de Gouveia, cujo volume de negócios, no*  
2026 *período anterior, não ultrapasse os € 150.000,00;”*

### 2027 **Ponto 4 - Discussão e votação da Proposta de Fixação do IMI – Imposto**

### 2028 **Municipal sobre Imóveis para o ano de 2017**

2029 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
2030 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem  
2031 de trabalhos.-----

2032 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que se propõe uma  
2033 redução de 0,38% para 0,37%, e ainda com o benefício ao nível do agregado  
2034 familiar de 1 descendente – 20 euros, 2 descendentes – 40 euros e 3 ou mais  
2035 descendentes - 70 euros e, desta forma, permitir que este imposto possa  
2036 também ser um fio indutor de um maior investimento no setor imobiliário e  
2037 não afetar tanto as famílias com menores rendimentos.-----

2038 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as  
2039 inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----

2040 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Santos Mota (PS) referindo  
2041 que, mais uma vez, as receitas que o PS apontou ao longo do tempo de que  
2042 iriam ser superiores a 150.000,00 euros, confirmou-se. Baixar mais uma  
2043 centésima é positivo, pensamos que muitos dos municípios reduzem para  
2044 0,3%, mas a redução para 0,37% já é benéfico. Assim, votam favoravelmente  
2045 pois é um passo importante, não é o desejável, mas continuaremos a fazer  
2046 para que continue a baixar.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2047 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Álvaro Prata (coligação PPD-  
2048 PSD/CDS-PP) chamando a atenção para uma situação que se prende com os  
2049 prédios devolutos e em mau estado, que são penalizados. Começa a ver com  
2050 alguma preocupação, em termos da cidade, que penalizar não resolve esta  
2051 situação, pois existem cada vez mais edifícios com placas “vende-se”. A  
2052 situação não permite as transacções, a maior parte dos edifícios não se  
2053 vendem. O Estado também abandonou os Programas de apoio para a  
2054 recuperação de imóveis. Não sabe se um concelho como o nosso terá  
2055 capacidade para isso, mas parece que se adivinham nos próximos anos  
2056 algumas situações difíceis, pelo que se deveria começar a pensar em definir  
2057 algumas linhas estratégicas para se começar a combater esta questão dos  
2058 prédios devolutos que, quanto a si, serão a breve trecho um problema de  
2059 difícil resolução.-----

2060 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Maria Açucena Carmo (CDU)  
2061 referindo que a CDU é clara em defender que a redução do IMI deve ser para  
2062 todos e não apenas para agregados familiares com filhos a cargo, porque  
2063 temos um prédio avaliado de igual modo tenham filhos ou não Quanto à  
2064 degradação dos prédios, muitas vezes tem que ver com heranças, são prédios  
2065 antigos, muitos deles degradados que não se conseguem vender, e é aplicada a  
2066 majoração de 30%. Se for no litoral, os prédios vendem-se, mas neste  
2067 concelho não se vendem, nem alugam e pode ser uma situação complicada  
2068 para este concelho, pois o que é que os herdeiros que não podem pagar aquela  
2069 majoração vão fazer? Vão entregar o imóvel às Finanças? Entregar à Câmara?  
2070 – Questionou.-----

2071 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Isabel Nascimento (coligação  
2072 PPD-PSD/CDS-PP) referindo que de facto é importante reduzir a taxa, assim  
2073 como é importante que a Câmara tenha aderido ao índice do quociente  
2074 familiar e ter esta redução em função da composição do agregado familiar. Se  
2075 baixar a taxa é um passo importante que a Autarquia está a fazer, já não será  
2076 tão desejável o agravamento do IMI, através da subida do valor patrimonial  
2077 tributário dos imóveis, baseados em critérios como a exposição solar ou as  
2078 vistas. Pensa que será mais certo e mais abrangente este caminho do que esse  
2079 de subir o valor patrimonial, assim como fazer subir o valor patrimonial em  
2080 pacote, ou seja, em vez de se avaliar o imóvel “per si”, ser em pacote por ter  
2081 um valor patrimonial superior a x, imóveis que podem ter sido adquiridos  
2082 para investimento, para 2.ª habitação e também por vias de heranças e nesse  
2083 caso sim gerando-se situações profundamente injustas. Pensa que será muito  
2084 mais claro e abrangente e muito mais justo este caminho fazendo baixar o IMI  
2085 desta forma.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2086 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente respondendo ao Senhor Deputado  
2087 José Santos Mota (PS) dizendo que não começaram agora a efetuar esta  
2088 redução, já se vem fazendo a algum tempo, porque têm conseguido que as  
2089 próprias finanças da Câmara tenham evoluído favoravelmente o que permitiu  
2090 atingir este objetivo.-----

2091 Em relação ao valor do IMI arrecadado para este ano, neste momento, ainda  
2092 só vão em 71% desse valor. Estão a propor uma redução, porque entendem  
2093 ser necessária para de alguma forma estimular o mercado imobiliário.-----

2094 Quer, ainda, dizer que não confundiu as taxas de IMI e depois a sua agravação  
2095 para os prédios degradados com os apoios e estímulos de ordem fiscal à  
2096 recuperação desses imóveis, porque esses também estão consagrados no  
2097 âmbito da Regeneração Urbana. Quem pretender a requalificar prédios  
2098 urbanos degradados tem um conjunto de incentivos que passam pelo IMI,  
2099 IVA, IMT, etc, com taxas mais reduzidas. Isso é também para sensibilizar e  
2100 apoiar aquelas que fizerem essa requalificação.-----

2101 Os prédios degradados é um contraponto, pois como os Senhores Deputados  
2102 dizem, não é penalizando que se estimula, mas também é com estímulos de  
2103 ordem fiscal para que os proprietários possam efetuar essas requalificações no  
2104 âmbito do PEDU.-----

2105 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que,  
2106 após as explicações do Senhor Presidente da Câmara e as intervenções dos  
2107 Senhores Deputados, colocou à votação “**Proposta de Fixação do IMI -  
2108 Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2017**”, que a seguir se  
2109 reproduz, tendo sido a mesma aprovada, por maioria, com trinta e um (31)  
2110 votos a favor e uma (1) abstenção, por parte da Senhora Deputada Maria  
2111 Açucena Carmo (CDU), nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei  
2112 n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

### **“PROPOSTA**

#### ***IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis***

2115 *Considerando:*

- 2116 • *O disposto no artigo 112º do Anexo I ao Decreto-lei n.º 287/2003, de*  
2117 *12 de novembro (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis –*  
2118 *C.I.M.I.), com a mais recente alteração introduzida pela Lei n.º 7/2016,*  
2119 *de 30 de março, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de*  
2120 *2016;*
- 2121 • *Que importa, por força da referida disposição legal, definir a taxa do*  
2122 *Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.);*
- 2123 • *Que compete à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na*  
2124 *alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 2125            *setembro, “fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal*  
2126            *sobre imóveis”, sob proposta da Câmara Municipal;*
- 2127            • *O disposto no artigo 112º-A do Anexo I ao Decreto-lei n.º 287/2003, de*  
2128            *12 de novembro (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis –*  
2129            *C.I.M.I.), aditado pelo artigo 162º da Lei n.º 7/2016, de 30 de março,*  
2130            *que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2016;*
- 2131            • *Que por deliberação da Assembleia Municipal, podem os Municípios*  
2132            *“fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que*  
2133            *vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte*  
2134            *de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do*  
2135            *sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente*  
2136            *afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos*  
2137            *do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar”, cfr. n.º 1*  
2138            *do artigo 112º-A do C.I.M.I.;*

- 2139            • *A aposta deste executivo no apoio às famílias e incentivo à natalidade;*  
2140            ***Propõem-se que, ao abrigo do disposto nas alíneas b), c) e d), do n.º 1 do***  
2141            ***art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea ccc)***  
2142            ***do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I do citado diploma legal, a Assembleia***  
2143            ***Municipal delibere o seguinte:***

- 2144            1. *Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do mesmo diploma, a*  
2145            *definição das seguintes taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis para*  
2146            *2017, a saber:*

<b><i>Prédios Rústicos (valor fixo de 0,8%, cfr. al. a) do n.º 1 do artigo 112º do C.I.M.I.)</i></b>	<b><i>Prédios Urbanos (0,3% a 0,45%, cfr. al. c) do n.º 1 do artigo 112º do C.I.M.I.)</i></b>
<b><i>0,8%</i></b>	<b><i>0,37%</i></b>

- 2147            2. *Nos termos e para os efeitos do n.º 8 do art.º 112º do mesmo diploma*  
2148            ***fixar a majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos***  
2149            *degradados, que tenham pendentes notificações municipais de*  
2150            *intimação ao abrigo do nº2 do art.º 89º do Decreto-Lei nº 555/99 de 16*  
2151            *de Dezembro para a realização de obras, de modo a colmatar más*  
2152            *condições de segurança e salubridade, enquanto durar a situação ou*  
2153            *não forem executadas as obras intimadas;*
- 2154            3. *Nos termos do n.º 3 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal*  
2155            *sobre os Imóveis, na redação dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de*  
2156            ***dezembro, elevar para o triplo a taxa prevista na alínea c), nos casos***  
2157            *de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de*  
2158            *prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas os prédios*  
2159            *como tal definidos em diploma próprio;*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

2160 4. Nos termos n.º 1 do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal  
2161 sobre Imóveis, a redução levando em consideração o número de  
2162 dependentes a cargo, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

2163

2164 **Ponto 5 – Discussão e votação da Proposta relativa à Participação**  
2165 **Variável do Município no IRS - Imposto sobre o Rendimento**  
2166 **das Pessoas Singulares**

2167 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
2168 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar o ponto da ordem de  
2169 trabalhos.-----

2170 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que o Município pode  
2171 em cada ano ter direito a uma percentagem variável até 5% do IRS dos  
2172 sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Gouveia. Apresenta  
2173 uma proposta no sentido dessa participação. O Município podia abdicar dessa  
2174 percentagem, mas a proposta de não abdicar na possibilidade que nos é  
2175 conferida de participar na cobrança deste imposto, pois ainda anteriormente se  
2176 falava em investimentos, em apoios na educação, apoios sociais, que são  
2177 pagos com estas receitas que queremos continuar a apoiar.-----

2178 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as  
2179 inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----

2180 ----- Usou da palavra o membro da Assembleia José Santos Mota (PS)  
2181 referindo que a Bancada do PS é de opinião que as famílias já estão de  
2182 alguma forma sobrecarregadas com impostos. O Senhor Presidente disse que  
2183 havia a possibilidade de abdicar do todo ou de parte destes 5% de IRS.  
2184 Entendem que devia dar um sinal nesse sentido, não o deu, como tal o sentido  
2185 de voto da bancada do PS é contra.-----

2186 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que esta proposta não  
2187 penaliza nenhuma família gouveense com baixos rendimentos, essas famílias  
2188 não são em momento algum afetadas com esta proposta. São aqueles que  
2189 auferem mais rendimentos que são chamados a contribuir e face ao destino a  
2190 que o dinheiro se destina pensa que é fundamental.-----

2191 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
2192 colocando à votação a “**Proposta relativa à Participação Variável do**  
2193 **Município de Gouveia no IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2194 **Singulares**”, tendo sido a mesma aprovada, por maioria, com vinte e dois  
2195 (22) votos a favor, oito (8) votos contra e duas (2) abstenções, nos termos do  
2196 art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:-----

2197

### **PROPOSTA**

2198

#### ***Participação Variável do Município no IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares***

2199

2200

- *Considerando que a Lei das Finanças Locais, Lei 73/2013, de 3 de setembro, consigna que os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS.*

2201

2202

2203

2204

2205

2206

2207

- *Considerando que o mesmo normativo determina que a participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem do IRS pretendida pelo Município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva Câmara Municipal à Autoridade Tributária e Aduaneira, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.*

2208

2209

2210

2211

2212

2213

- *Considerando que a ausência de deliberação a que se refere o número anterior ou a receção da comunicação para além do prazo aí estabelecido, equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte dos municípios.*

2214

2215

2216

2217

- *Considerando a necessidade de manter o equilíbrio orçamental a par do investimento e fomento dos apoios sociais, culturais e desportivos;*

2218

2219

- *Considerando a execução dos projetos contratualizados pelo Município de Gouveia no âmbito do Portugal 2020, que ultrapassam os 7 milhões de euros e a necessidades de equilíbrio orçamental para a realização dos investimentos;*

2220

2221

2222

2223

- *Considerando o quadro, cada vez mais alargado, de atribuições e competências dos municípios e o impacto das mesmas no aumento dos encargos a suportar;*

2224

2225

2226

*Proponho à Assembleia Municipal de Gouveia que, nos termos do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, delibere o seguinte:*

2227

2228

- *A manutenção de 5% da parcela adicional do IRS, a pagar pelos contribuintes com domicílio fiscal no concelho de Gouveia, respeitante aos rendimentos auferidos durante o ano imediatamente anterior.”*

2229

2230

2231

**Ponto 6 – Discussão e votação da Proposta de Fixação da TMDP – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2017**

2232



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

2233 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
2234 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar o ponto da ordem de  
2235 trabalhos.-----

2236 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que se trata de uma taxa  
2237 que é cobrada pelas empresas que possuem equipamentos que usam os  
2238 territórios do município, com a proposta de 0,25%, valor diminuto e que tem  
2239 pouco impacto nas pessoas.-----

2240 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as  
2241 inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----

2242 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Santos Mota (PS) referindo  
2243 que não faz sentido este imposto ser pago pelos munícipes. Quem o deve  
2244 pagar são as empresas que utilizam esses espaços e como diz o Senhor  
2245 Presidente sendo uma verba tão residual, a Bancada do PS vota a favor.-----

2246 ----- Não se verificando nenhuma intervenção por parte dos Senhores  
2247 Deputados, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a “**Proposta de**  
2248 **Fixação da TMDP - Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano**  
2249 **de 2017**”, tendo sido a mesma aprovada, por unanimidade, nos termos das  
2250 alíneas b) e c) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

### “PROPOSTA

#### *TMDP – Taxa Municipal de Direitos de Passagem*

#### **Considerando:**

- 2254 • *Que, de acordo com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21*  
2255 *de maio e da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, a TMDP é determinada*  
2256 *com base na aplicação de um percentual sobre cada factura dos*  
2257 *clientes finais de comunicações electrónicas acessíveis ao público, em*  
2258 *local fixo;*
- 2259 • *Que, o valor da TMDP cobrada é entregue aos municípios pelos*  
2260 *encargos relativos à utilização do solo ou subsolo para a passagem das*  
2261 *infra-estruturas necessárias à prestação do serviço e que a mesma é*  
2262 *fixado anualmente por cada município;*
- 2263 • *Que, tem sido política dos Órgãos do Município de Gouveia fixar as*  
2264 *taxas tendo em atenção o equilíbrio orçamental do Município e a*  
2265 *moderação necessária face ao contributo dos munícipes;*

#### **Propõe-se que:**

2267 A Assembleia Municipal de Gouveia delibere ao abrigo das alíneas b) e c) do  
2268 n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte:

- 2269 • *Manter, no ano 2017, a TMDP – Taxa Municipal de Direitos de*  
2270 *Passagem em 0,25%, nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2271 *123/2009, de 21 de maio e art.º 106º da Lei n.º 5/2004, de 10 de*  
2272 *Fevereiro.”*

2273 **PONTO 7. Discussão e Votação da Proposta de Minuta de Contrato**  
2274 **Interadministrativo de Delegação e Partilha de Competências**  
2275 **do Município de Gouveia na CIM-BSE, relacionadas com o**  
2276 **Serviço Público de Transporte de Passageiros de abrangência**  
2277 **Municipal**

2278 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
2279 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar o ponto da ordem de  
2280 trabalhos.-----

2281 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que com a publicação da  
2282 Lei n.º 52/2015, que veio alterar o “Regime de Regulação de Transportes de  
2283 Passageiros”, foram aprovadas um conjunto de competências que passam para  
2284 as Câmaras Municipais. No âmbito da CIM, o seu Conselho Executivo  
2285 entendeu que, perante este conjunto de atribuições de competências, e ao  
2286 mesmo tempo de exigências colocadas em termos técnicos, as Câmaras  
2287 Municipais não estavam capacitadas para o fazer. Então entendeu o Conselho  
2288 Executivo da CIM que a melhor forma - até porque há autocarros que  
2289 ultrapassam os limites territoriais de alguns concelhos - era que este trabalho,  
2290 estas competências, fossem delegados pelos Municípios na CIM para que  
2291 passasse a ser esta a entidade reguladora em termos rodoviários e passasse a  
2292 ser ela a interlocutora direta com o IMT, elaborando os estudos e fornecendo  
2293 os dados e relacionando-se diretamente com as empresas de transporte de  
2294 passageiros.-----

2295 Na cláusula 2.ª, do Ponto 3 são excluídos os transportes de passageiros  
2296 urbanos. No caso de Gouveia, o “Estrelinhas” que continua a ser gerido pela  
2297 Câmara Municipal.-----

2298 É no fundo uma tentativa de, por um lado, ganhar escala na área dos  
2299 transportes coletivos e, por outro lado, ter uma outra capacidade de  
2300 fornecimento de dados para o IMT e cumprirem com essas obrigações que a  
2301 Lei impõe, caso contrário as Câmaras Municipais, não tendo capacidade para  
2302 tal, teriam que ser elas a consultar empresas para elaborar e fornecer este  
2303 trabalho.-----

2304 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as  
2305 inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----

2306 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Maria Açucena Carmo (CDU)  
2307 referindo que, mais uma vez, a breve prazo, as competências dos Municípios  
2308 englobará tudo. As competências que cabem ao Governo terminam. Isto é de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

2309 de facto a descentralização, que não estaria mal se houvesse outro tipo de  
2310 política, agora desta forma a CDU não concorda e por isso vota contra.-----  
2311 ----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a **Proposta**  
2312 **de Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação e Partilha de**  
2313 **Competências do Município de Gouveia na CIM-BSE, relacionadas com**  
2314 **o Serviço Público de Transporte de Passageiros de abrangência**  
2315 **Municipal**, tendo sido deliberado o seguinte:-----  
2316 **“Considerando que:**  
2317 *1. A Lei 52/2015 de 9 de junho que aprova o novo Regime Jurídico do*  
2318 *Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), enquadra-se numa*  
2319 *perspetiva de mudança de paradigma, no que aos transportes públicos diz*  
2320 *respeito;*  
2321 *De facto, esta regulamentação vem ditar novas regras de controlo,*  
2322 *monitorização, fiscalização, regulação, gestão e obrigação de reporte de*  
2323 *informação ao IMT, às potenciais entidades gestoras, responsabilidade e*  
2324 *competência que, ao nível da circunscrição municipal, são vertidas nos*  
2325 *Municípios.*  
2326 *2. O cumprimento das obrigações inerentes ao desempenho destas funções e*  
2327 *desenvolvimento das correspondentes competências, impõem um esforço de*  
2328 *coordenação e acompanhamento em tempo real e em ação contínua que*  
2329 *implicaria um ajustamento organizativo e reforço dos serviços a associar a*  
2330 *esta incumbência. Neste contexto, é constatável que o Município de Gouveia*  
2331 *não possui atualmente os meios técnicos que garantam resposta ao*  
2332 *cumprimento dos objetivos estratégicos impostos pelo sistema de mobilidade,*  
2333 *considerando o planeamento, organização, operação, fiscalização,*  
2334 *investimento eventual, divulgação e, genericamente, o desenvolvimento*  
2335 *sustentado do serviço público de transporte de passageiros, por modo*  
2336 *rodoviário;*  
2337 *3. É incontornável a aceitação do princípio de otimização do sistema, quando*  
2338 *equacionado e gerido numa escala territorial alargada ao domínio regional*  
2339 *ou superior. Neste enquadramento, a melhoria da oferta de transporte,*  
2340 *associada à maximização da mobilidade dos cidadãos, passa pela alteração*  
2341 *profunda dos atuais modelos de gestão, no sentido da sua abrangência ao*  
2342 *domínio partilhado por conjuntos de municípios com interesses comuns,*  
2343 *associados à contiguidade, proximidade, interesses socioeconómicos, oferta*  
2344 *de serviços e demais sinergias que fundamentam esta partilha. O domínio*  
2345 *natural desta conjugação espelha-se na função e objeto das Comunidades*  
2346 *Intermunicipais que poderão assumir regionalmente esta competência, desde*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2347 *que disponham da correspondente e legal delegação, atribuída pelos*  
2348 *municípios;*

2349 *4. Neste contexto, a delegação de competências na CIM-BSE por parte dos*  
2350 *municípios permitirá angariar dimensão e escala ao sistema, promovendo*  
2351 *eficácia no desenho das redes, a garantia da intermodalidade, para além da*  
2352 *otimização da relação custo/benefício, tendo em consideração a resposta às*  
2353 *necessidades de mobilidade local e regional, a gestão equilibrada dos*  
2354 *recursos disponíveis e a prossecução dos princípios de equidade e coesão*  
2355 *territorial, num enquadramento favorável de escala intermunicipal.*

2356 *Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, e tendo como objeto*  
2357 *a delegação e partilha de competências do Município de Gouveia na CIM-*  
2358 *BSE, relacionadas com o serviço público de transporte de passageiros de*  
2359 *abrangência municipal, delibera a Assembleia Municipal, por maioria, com*  
2360 *trinta e um (31) votos a favor e um (1) voto contra, por parte da Senhora*  
2361 *Deputada Maria Açucena Carmo (CDU), nos termos do disposto na alínea*  
2362 *k) n.º 1 do art. 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte:*

2363 *a) Aprovar a minuta do contrato interadministrativo de delegação de*  
2364 *competências, a outorgar nos termos previstos nos artigos 6.º, n.º 2 e*  
2365 *10.º do Regime Jurídico do Sistema Público de Transporte de*  
2366 *Passageiros, conjugado com o disposto nos artigos 116.º a 123.º e*  
2367 *128.º a 130.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua*  
2368 *atual redação, que aprovou o regime jurídico das autarquias locais,*  
2369 *aprovou o estatuto das entidades intermunicipais, estabeleceu o regime*  
2370 *jurídico da transferência de competências do Estado para as*  
2371 *autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprovou o*  
2372 *regime jurídico do associativismo autárquico;*

2373 *b) Legitimar o Presidente da Autarquia para, em nome da Autarquia,*  
2374 *proceder à outorga do referido documento.”*

2375 **PONTO 8. Discussão e Votação da Proposta de Suspensão Parcial do**  
2376 **PDM aplicável aos terrenos da Associação Humanitária dos**  
2377 **Bombeiros Voluntários de Melo e o consequente**  
2378 **estabelecimento de medidas preventivas, nos termos da alínea**  
2379 **b) do n.º 1, n.º 3 e n.º 7 do art.º 126.º do D.L. 380/99, de 22 de**  
2380 **setembro**

2381 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
2382 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar o ponto da ordem de  
2383 trabalhos.-----

2384 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que é de opinião que a  
2385 informação enviada é bastante clara e vai permitir que a Associação





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2386 Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melo, que precisam de efetuar  
2387 uma ampliação do seu Quartel, possam ter algum apoio financeiro a uma  
2388 candidatura que o Governo já abriu e que, em outubro, vai voltar a abrir numa  
2389 2.<sup>a</sup> fase. Pretende-se, portanto, que a Assembleia autorize a suspensão parcial  
2390 do PDM naquela zona onde se encontra instalado o Quartel para que os  
2391 constrangimentos verificados face ao PDM se ultrapassem e o edifício possa  
2392 ser ampliado de acordo com as necessidades desta Associação, cumprindo  
2393 desde logo toda a legislação inerente.-----  
2394 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
2395 declarando abertas as inscrições.-----  
2396 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Santos Mota (PS) referindo  
2397 que ao ler a proposta ficou com algumas dúvidas. De facto não foi pacífico  
2398 encontrar uma solução para a resolução deste problema. Primeiro pela  
2399 localização, pensaram numa nova solução e pensaram numa nova solução  
2400 porque a localização do atual Quartel situa-se a escassos metros de património  
2401 classificado, o Paço de Melo e a volumetria do próprio Quartel de Bombeiros  
2402 pode, se de tal forma exagerada, comprometer a classificação daquele  
2403 património.-----  
2404 Deste modo, questionou ao Senhor Presidente da Câmara, se garante, se estão  
2405 salvaguardados os impactos ambientais no que concerne à volumetria deste  
2406 equipamento e que não põe em causa a classificação do Paço de Melo.-----  
2407 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que qualquer projeto  
2408 naquela área, pela proximidade ao Paço de Melo, tem que ter o parecer prévio  
2409 e aprovação do IGESPAR.-----  
2410 ----- Após a explicação do Senhor Presidente da Câmara e a intervenção do  
2411 Senhor Deputado José Santos Mota (PS), o Senhor Presidente da Mesa  
2412 colocou à votação a **Proposta de Suspensão Parcial do PDM aplicável aos**  
2413 **terrenos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melo**  
2414 **e o conseqüente estabelecimento de medidas preventivas, nos termos da**  
2415 **alínea b) do n.º 1, n.º 3 e n.º 7 do art.º 126.º do D.L. 380/99, de 22 de**  
2416 **setembro**, tendo sido deliberado o seguinte:-----  
2417 *“Tendo como fundamento a necessidade da suspensão parcial do PDM de*  
2418 *Gouveia em vigor, em circunstâncias excepcionais, que se repercutem no*  
2419 *ordenamento do território, pondo em causa a prossecução do interesse*  
2420 *público, especificamente, a adequação do enquadramento de edificabilidade*  
2421 *de equipamento que contribui significativamente para a salvaguarda de*  
2422 *ações de proteção civil concelhias, por força da incompatibilidade da sua*  
2423 *concretização pelas opções estabelecidas naquele instrumento de gestão*  
2424 *territorial, vinculativos dos particulares para a mesma área.*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

2425 *Tendo em consideração, concretamente, que são ajustados pontualmente*  
2426 *indicadores urbanísticos no sentido de enquadrar a possibilidade de ampliar*  
2427 *o edifício sede da Associação Humanitária dos Bombeiros de Melo por*  
2428 *forma a garantir-lhe os espaços e condições de utilização adequados ao bom*  
2429 *desempenho das funções operacionais e Associativas.*

2430 *Considerando que foi ainda possível verificar a impossibilidade de*  
2431 *alternativas de localização viáveis.*

2432 *Considerando, ainda, que a eventual presente suspensão parcial do PDM de*  
2433 *Gouveia incidirá, concretamente, nas disposições contidas na alínea c) do n.º*  
2434 *2 do artigo 52.º e no n.º 3 do artigo 14.º do respetivo regulamento, pelo prazo*  
2435 *de dois anos conforme o estipulado no n.º 1 do artigo 141.º do RJIGT a*  
2436 *contar da data da sua publicação no Diário da República, caducando*  
2437 *quando deixarem de vigorar as medidas preventivas nos casos legalmente*  
2438 *previstos no n.º 3 do artigo 141.º do RJIGT, na área de 0,109 ha, localizada*  
2439 *na freguesia de Melo.*

2440 *Delibera a Assembleia Municipal, por unanimidade, em cumprimento do*  
2441 *disposto no n.º 2 e n.º 3 do artigo 192.º do RJIGT, o seguinte:*

2442 *1) Autorizar a suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Gouveia,*  
2443 *concretamente, das disposições contidas alínea c) do n.º 2 do artigo 52.º no n.º*  
2444 *3 do artigo 14.º do respetivo regulamento, pelo prazo de dois anos a contar*  
2445 *da data da sua publicação no Diário da República, caducando quando*  
2446 *deixarem de vigorar as medidas preventivas nos casos legalmente previstos*  
2447 *no n.º 3 do artigo 141.º do RJIGT, na área delimitada no extrato da Planta*  
2448 *de Ordenamento que se encontra disponível na página da Internet desta*  
2449 *Câmara e nas plantas disponíveis na Divisão de Planeamento, Urbanismo e*  
2450 *Desenvolvimento Municipal desta mesma Câmara Municipal (Planta de*  
2451 *Ordenamento, escala 1/25 000).*

2452 *2) Proceder à aprovação e publicitação do texto das medidas preventivas a*  
2453 *vigorar pelo mesmo prazo, para a mesma área.”*

2454 **PONTO 9. Discussão e Votação da Proposta relativamente à Contratação**  
2455 **de Fornecimento de Energia Elétrica em Mercado**  
2456 **Liberalizado**

2457 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
2458 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar o ponto da ordem de  
2459 trabalhos.-----

2460 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que o Município de  
2461 Gouveia são conduzidos e obrigados a ir para o mercado liberalizado de  
2462 fornecimento de energia. Nessa medida, sendo o Município de Gouveia  
2463 associado de uma Agência que já desenvolveu trabalho nesta área e,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2464 nomeadamente, na contratação e possíveis formas de poupança energética,  
2465 aquilo que se pretende é permitir que, através da ENERAREA, o Município  
2466 de Gouveia participe, juntamente com outros Municípios, no concurso  
2467 público internacional para a compra de energia a preço nomeadamente mais  
2468 baixo do que aquele que tem hoje. Tem a ver com a escala que o concurso  
2469 tem com o conjunto de Municípios, quatro a cinco Municípios. Um concurso  
2470 que é obrigatoriamente internacional, que permite obter o fornecimento de  
2471 energia para estes concelhos a preço muito inferior do que aquele que hoje  
2472 temos, pelo menos 10%.-----

2473 E para isso é necessário que tanto a Câmara Municipal como a Assembleia  
2474 Municipal autorize desde logo que o Município participe neste concurso e que  
2475 a ENERAREA possa, enquanto Agência, ser ela a entidade promotora do  
2476 concurso público internacional. No final do procedimento, e verificando-se  
2477 que se alcançou aquilo que se pretende, as entidades adjudicantes serão cada  
2478 um dos Municípios que fazem parte deste concurso público internacional. É  
2479 um concurso que através de uma Associada destes Municípios é lançado este  
2480 procedimento tendente a alcançar uma poupança do custo energético.-----

2481 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia declarando abertas  
2482 as inscrições para os membros que pretendessem intervir, não se verificando  
2483 nenhuma inscrição.-----

2484 ----- Após as explicações do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor  
2485 Presidente da Mesa colocou à votação a **Proposta relativamente à**  
2486 **Contratação de Fornecimento de Energia Elétrica em Mercado**  
2487 **Liberalizado**, tendo sido deliberado o seguinte:-----

2488 “Considerando que:

2489 1. *Face à legislação em vigor torna-se necessária a contratação, em*  
2490 *mercado liberalizado, do fornecimento de energia eléctrica em Baixa*  
2491 *Tensão Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) para as diversas*  
2492 *instalações de consumo do Município de Gouveia (incluindo as*  
2493 *instalações Iluminação Pública), identificadas no Anexo I ao Caderno de*  
2494 *Encargos do procedimento aquisitivo que ora se vai propor seja*  
2495 *aprovado, pelo prazo de 3 (três) anos – 36 meses, distribuídos pelos anos*  
2496 *cívís de 2017,2018,2019 e 2020;*

2497 2. *Os restantes 16 municípios pertencentes à área de atuação da Agência de*  
2498 *Energia e Ambiente do Interior (ENERAREA) manifestaram, numa*  
2499 *reunião de Conselho de Administração, que a referida necessidade da*  
2500 *aquisição de energia eléctrica em Média Tensão (MT), Baixa Tensão*  
2501 *Especial (BTE) e Baixa Tensão Normal (BTN) lhes era comum e tinham*  
2502 *interesse em integrar um procedimento comum;*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

- 2503 3. *Algumas outras entidades do perímetro autárquico manifestaram também*  
2504 *o interesse em integrar este procedimento;*
- 2505 4. *Se afigura possível, e vantajoso, o lançamento de um único concurso com*  
2506 *vista à celebração de um único contrato de aquisição de energia, foi*  
2507 *elaborada uma minuta de protocolo para a constituição de um*  
2508 *agrupamento das dezoito entidades adjudicantes interessadas, à luz do*  
2509 *disposto no artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo*  
2510 *Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, relevando do protocolo a*  
2511 *designação da ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do*  
2512 *Interior como representante de tal agrupamento, para efeitos de condução*  
2513 *do procedimento de formação do contrato (minuta de protocolo em*  
2514 *anexo);*
- 2515 5. *A referida minuta de protocolo, foi já aprovada pela ENERAREA –*  
2516 *Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior, e contém, em anexo,*  
2517 *as minutas das peças do procedimento aquisitivo (programa do concurso*  
2518 *e caderno de encargos), as quais refletem os termos do protocolo a*  
2519 *celebrar;*
- 2520 6. *Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo*  
2521 *18.º do Código dos Contratos Públicos) bem como do valor máximo do*  
2522 *benefício económico que pode ser obtido pela(s) entidade(s)*  
2523 *adjudicatária(s) com a execução dos contratos a celebrar, se mostrou*  
2524 *adequado adotar o procedimento do tipo concurso público, com*  
2525 *publicação do anúncio no Diário da República e no Jornal Oficial da*  
2526 *União Europeia, tudo em conformidade, designadamente, com o previsto*  
2527 *no artigo 16.º n.º 1, alínea b), artigos 17.º, 18.º e 20.º n.º 1, alínea b),*  
2528 *todos do Código dos Contratos Públicos*
- 2529 7. *No que ao Município de Gouveia diz respeito, o órgão competente para*  
2530 *contratar, autorizar a despesa, escolher o procedimento, aprovar os*  
2531 *documentos pré-contratuais, aprovar a minuta de contrato, bem como*  
2532 *para quaisquer outros atos inerentes ao procedimento aquisitivo em*  
2533 *apreço é a **Câmara Municipal**, uma vez que se estima que, tendo em conta*  
2534 *os consumos e valores atuais do mercado, com a execução de todas as*  
2535 *prestações relativas ao Município de Gouveia que constituem o objeto do*  
2536 *contrato, o preço contratual a pagar pelo Município **referente às***  
2537 ***componentes de Energia Ativa do Mercado Liberalizado**, possa ser na*  
2538 *ordem dos **2.010.000,00 € (repartidos pelo valor de 502.500,00 € no ano***  
2539 ***2017, 670.000,00 € no ano 2018, 670.000,00 € no ano 2019 e 167.500,00***  
2540 ***€ no ano 2020) e incluindo IVA e incluindo as parcelas relativas a outras***  
2541 *componentes taxadas nos termos da legislação e regulamentação*





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

- 2542 aplicáveis, nomeadamente as tarifas relativas às parcelas das  
2543 Componentes de Acesso às Redes, fixadas pela Entidade Reguladora dos  
2544 Serviços Energéticos (ERSE), tais como as tarifas de potência (incluindo  
2545 potência contratada e em horas de ponta), de energia activa (incluindo  
2546 tarifas simples, horas de ponta, cheias, fora de vazio, vazio normal e super  
2547 vazio) e de energia reactiva fornecida e recebida das instalações em Baixa  
2548 Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, e ainda as taxas de radiodifusão  
2549 e o imposto especial sobre o consumo de electricidade, acrescendo-se  
2550 igualmente os respetivos IVAs às taxas legais em vigor.
- 2551 8. O encargo total com o contrato (com todas as componentes referidas no  
2552 ponto anterior) estima-se em **2.010.000,00 € (repartidos pelo valor de**  
2553 **502.500,00 € no ano 2017, 670.000,00 € no ano 2018, 670.000,00 € no**  
2554 **ano 2019 e 167.500,00 € no ano 2020) e incluindo IVA**, cujos encargos  
2555 terão reflexos no próximo ano económico, acautelando-se o montante do  
2556 contrato a celebrar em sede de elaboração dos documentos previsionais  
2557 para execução nos anos 2017 (parcial), 2018, 2019 e 2020 (parcial).
- 2558 9. De acordo com o previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º  
2559 8/2012, de 21 de fevereiro, é necessário obter da Assembleia Municipal a  
2560 autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais  
2561 inerentes ao contrato a celebrar, compromissos plurianuais esses a  
2562 autorizar em valor correspondente ao dos encargos de 2017 (parcial),  
2563 2018, 2019 e 2020 (parcial) e que se estimam, como referido, no valor de  
2564 **2.010.000,00 €;**
- 2565 10. Do tipo de procedimento em causa decorrem, legalmente previstas, regras  
2566 que determinam prazos relativamente longos, designadamente, o prazo  
2567 para efeitos de apresentação de proposta dever ser no mínimo 47 dias, a  
2568 que acresce o facto de o procedimento ser desenvolvido sob a fórmula de  
2569 agrupamento de entidades adjudicantes e ainda o facto de qualquer  
2570 procedimento aquisitivo encerrar potenciais vicissitudes suscetíveis de  
2571 levar ao protelamento da celebração do contrato na data pretendida, se  
2572 mostra adequado propor à Câmara Municipal autorização para que se  
2573 proceda à publicitação do concurso público através do respetivo anúncio  
2574 no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, logo após  
2575 a aprovação desta proposta.
- 2576 **Nestes termos, delibera a Assembleia Municipal, por unanimidade, o**  
2577 **seguinte:**
- 2578 a. **Proceder à aprovação da minuta do protocolo a ser celebrado entre a**  
2579 **ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior e os**  
2580 **Municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

2581 *de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Gouveia, Guarda,*  
2582 *Manteigas, Mêda, Penamacor, Pinhel, Sabugal, Seia, Trancoso e a AMCB*  
2583 *– Associação de Municípios da Cova da Beira, que consta em anexo,*  
2584 *podendo estar representada no protocolo a totalidade ou parte dos*  
2585 *municípios associados, e que visa o estabelecimento de regras para*  
2586 *constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes para*  
2587 *lançamento de procedimento aquisitivo e subsequente celebração de*  
2588 *contrato(s) em ordem à aquisição de energia elétrica em Média Tensão,*  
2589 *Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, para as diversas*  
2590 *instalações das entidades subscritoras;*

2591 *b. **Autorizar o início e tipo de procedimento que ocorrerá sob a forma de***  
2592 ***concurso público**, com publicitação no Diário da República e no Jornal*  
2593 *Oficial da União Europeia, em conformidade, designadamente, com o*  
2594 *previsto no artigo 16.º n.º 1, alínea b), artigos 17.º, 18.º e 20.º, n.º 1,*  
2595 *alínea b), todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).*

2596 *c. **Designar a ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do***  
2597 ***Interior como representante do Agrupamento delegando-lhe as***  
2598 *competências necessárias para promover e praticar todos os actos e*  
2599 *procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso, nos*  
2600 *termos do previsto nas cláusulas 4ª e 8ª do Protocolo acima referido.*

2601 *d. **Proceder, ainda, à aprovação da autorização prévia para a assunção dos***  
2602 ***compromissos plurianuais inerentes ao(s) contrato(s) a celebrar, de***  
2603 *acordo com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012,*  
2604 *de 21 de fevereiro, compromissos plurianuais esses a autorizar em valor*  
2605 *correspondente ao dos encargos de 2017 (parcial), 2018, 2019 e 2020*  
2606 *(parcial) e que se estimam no valor **2.010.000,00 € (repartidos pelo valor***  
2607 ***de 502.500,00 € no ano 2017, 670.000,00 € no ano 2018, 670.000,00 € no***  
2608 ***ano 2019 e 167.500,00 € no ano 2020) e incluindo IVA.***

2609 **PONTO 10. Discussão e Votação da Proposta de Adesão do Município de**  
2610 **Gouveia à Associação Geopark Estrela, bem como a**  
2611 **aprovação dos respetivos Estatutos**

2612 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
2613 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar o ponto da ordem de  
2614 trabalhos.-----

2615 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que existe um conjunto  
2616 de Municípios juntamente com o Politécnico da Guarda e a UBI que lançaram  
2617 o projeto da constituição do Geopark. É um processo que vai levar o seu  
2618 tempo, estão a ser dados os primeiros passos e, para isso, submete-se a este



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2619 Órgão a proposta de adesão do Município de Gouveia e os respetivos  
2620 Estatutos.-----  
2621 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as  
2622 inscrições.-----  
2623 ----- Não se verificando nenhuma intervenção por parte dos Senhores  
2624 Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação  
2625 a **Proposta de Adesão do Município de Gouveia à Associação Geopark**  
2626 **Estrela**, tendo sido aprovada, por unanimidade, ao abrigo do n.º 1 do artigo  
2627 108.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como **proceder à**  
2628 **aprovação dos respetivos Estatutos**, legitimando, ainda, o Senhor Presidente  
2629 da Autarquia, para em nome desta, proceder à formalização da adesão, nos  
2630 termos do n.º 2 do artigo 108.º do referido diploma legal.-----  
2631 **PONTO 11. Discussão e votação da Proposta de Alteração ao**  
2632 **“Regulamento da Residência para Estudantes de Gouveia”**  
2633 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
2634 autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar o ponto da ordem de  
2635 trabalhos.-----  
2636 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que se pretende por um  
2637 lado uma atualização ao próprio Regulamento, bem como estabelecer um  
2638 conjunto de normas de responsabilização dos jovens que utilizam esta  
2639 estrutura. A título de exemplo, pode verificar-se no art.º 6.º, cc), a inclusão de  
2640 uma caução/depósito até 50,00 euros que pretende responsabilizar os jovens  
2641 que frequentam aquela casa para que quando se retiram a deixem nas  
2642 condições que encontraram, pois, por vezes, há roupas que desaparecem,  
2643 chaves, entre outros bens.-----  
2644 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as  
2645 inscrições, não se verificando nenhuma intervenção.-----  
2646 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que,  
2647 após as explicações do Senhor Presidente, colocou à votação a **Proposta de**  
2648 **Alteração ao “Regulamento da Residência para Estudantes de Gouveia”**,  
2649 tendo sido a mesma aprovada, por unanimidade, nos termos do disposto na  
2650 alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----  
2651 **Ponto 12 - Discussão e Votação da Proposta apresentada pelo Grupo**  
2652 **Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal**  
2653 **de Gouveia: “Acesso à Autoestrada A25”**  
2654 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
2655 autorizando o Senhor deputado José Santos Mota (PS) a apresentar o ponto da  
2656 ordem de trabalhos.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

2657 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Santos Mota (PS) referindo  
2658 que esta proposta insere-se nas mais diversas manifestações que têm vindo a  
2659 público pela necessidade de ligação de Gouveia à A25. De certo modo  
2660 “sonharam” que a barragem lhes iria resolver o problema, porém, o problema  
2661 mantem-se - o acesso à A25. Pensa que é uma proposta pacífica, estando  
2662 abertos a que sejam feitas outras alterações, correcções ou incluir nomes. O  
2663 que lhes interessa é criar um pequeno movimento que leve representantes de  
2664 Gouveia aos diversos Ministérios para sensibilizá-los para esta necessidade e,  
2665 eventualmente, até que esta proposta possa descer à Comissão de  
2666 Especialidade onde se possa encontrar uma proposta mais consensual, se esse  
2667 for o entendimento desta Assembleia.-----

2668 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as  
2669 inscrições.-----

2670 ----- Usou da palavra a Senhora Deputada Maria Açucena Carmo (CDU)  
2671 referindo que concorda com a proposta apresentada, pois ela faz todo o  
2672 sentido. Acrescentou que a mesma deveria preconizar também a defesa da  
2673 isenção do pagamento de portagens dos residentes e dos trabalhadores,  
2674 sugerindo ao PS e Assembleia, já que no dia a seguir estava em Gouveia o  
2675 Deputado do PCP no Parlamento Europeu, às 17 horas, na Praça de São  
2676 Pedro, convidando todos a estarem presentes e que esta proposta seja  
2677 apresentada ao Deputado no Parlamento Europeu.-----

2678 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Álvaro Prata (coligação PPD/PSD-  
2679 CDS/PP) referindo que entendem que, apesar de tudo, esta proposta é pouco  
2680 ambiciosa e é nosso entendimento que a mesma pode ser enriquecida e,  
2681 eventualmente, se os proponentes assim o entenderem fazerem uma  
2682 abordagem de uma outra forma. Desde logo, a questão da Barragem volta a  
2683 ser novamente chamada a este assunto. E, assim sendo, tomou a liberdade de  
2684 colocar à consideração do proponente a introdução dos seguintes  
2685 considerandos:-----

2686 *“Considerando que a construção da Barragem de Girabolhos abria*  
2687 *possibilidades potenciais de incremento de desenvolvimento regional;-----*

2688 *Considerando que o Estado arrecadou 35 milhões de euros relativos à*  
2689 *concessão;-----*

2690 *Considerando que o investimento global ascenderia aos 400 milhões de*  
2691 *euros;-----*

2692 *Considerando o impacto que este investimento em fase de construção*  
2693 *incrementaria na economia local;-----*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

2694 *Considerando que a construção deste equipamento resolveria total ou*  
2695 *parcialmente o estrangulamento provocado pelas vias de acesso ao concelho*  
2696 *de Gouveia”-----*

2697 A bancada da coligação está disponível para aumentar em termos de  
2698 propostas e desde logo com uma metodologia que lhes parece mais profunda,  
2699 a criação de um grupo de trabalho que emanasse deste órgão, que deveria ser  
2700 constituído pelo Senhor Presidente da Assembleia, dois elementos de cada  
2701 força política e pelos Presidente de Junta da área abrangente da Barragem.

2702 Essa criação do grupo de trabalho, se esse fosse o entendimento, poderia ou  
2703 deveria ser incorporado um membro ou membros do executivo. Este grupo de  
2704 trabalho deveria elaborar um documento que, entre outros assuntos, proponha  
2705 que a receita arrecadada seja reinvestida nos concelhos abrangidos. À  
2706 semelhança de outras regiões do país, sejamos compensados com  
2707 investimento de, pelo menos, 50%, daquilo que era projetado para este  
2708 investimento. Pode ser alterada se o grupo de trabalho assim o entendesse e  
2709 que exija a resolução da ligação rodoviária de Gouveia a Mangualde como o  
2710 projeto que foi abandonado o previa.-----

2711 Este documento deveria ter o seu texto final definido até ao dia 31/10/2016. O  
2712 mesmo grupo de trabalho devia definir qual a participação ou qual o  
2713 envolvimento que deveremos ter com os outros concelhos envolvidos.-----

2714 Depois de elaborado o documento, deveria ser presente a uma reunião, a  
2715 convocar pelo Senhor Presidente da Assembleia para o efeito, com os  
2716 Deputados na Assembleia da República, eleitos pelo Distrito, por forma a  
2717 acertar posições e definir ideias.-----

2718 Posteriormente, através dos Deputados, marcar uma reunião com o Senhor  
2719 Ministro das Obras Públicas e com o Senhor Ministro do Ambiente por forma  
2720 a de uma vez por todas resolver esta situação.-----

2721 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
2722 referindo que estavam perante uma proposta apresentada pelo grupo  
2723 parlamentar do PS e, neste momento, foi apresentada uma sugestão de  
2724 alteração. Questionou o grupo parlamentar do PS se mantém a proposta ou se  
2725 aceitam as sugestões ou se eventualmente teria que colocar as duas propostas  
2726 a votação.-----

2727 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Santos Mota (PS) referindo  
2728 que, como disse anteriormente, é uma proposta que está aberta a todas as  
2729 sugestões e todas as alterações. Como metodologia propôs que as duas fossem  
2730 aprovadas na generalidade e que descessem à tal comissão que o Senhor  
2731 Presidente vai marcar e que lá se pudesse encontrar uma redação final.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

2732 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
2733 referindo que nada tinha a opor. A própria Comissão está definida pela  
2734 proposta apresentada pelo Senhor Deputado Álvaro Prata. Se a Assembleia  
2735 assim o entendesse, colocaria à votação, na generalidade, as duas propostas  
2736 apresentadas e, posteriormente, compete à Mesa e, particularmente, a si, dar  
2737 andamento ao que está decidido.-----

2738 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Santos Mota (PS) referindo  
2739 que é de opinião de que as duas propostas devem ser aprovadas na  
2740 generalidade, depois o Senhor Presidente da Mesa convocará uma reunião  
2741 com os líderes de bancada por forma a encontrar um texto único. E se  
2742 entendesse que se deve integrar os Presidentes de Junta, os Senhores  
2743 Vereadores e o Senhor Presidente da Câmara fá-lo-iam na altura, mas  
2744 chegariam a acordo posteriormente.-----

2745 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Álvaro Prata (coligação PPD-  
2746 PSD/CDS-PP) referindo que de acordo com o Regimento, não pode ser esta  
2747 uma proposta e não deve ser considerada uma proposta. O que se pretende é que  
2748 este contributo da Bancada do PSD, enriqueça a proposta apresentada pelo  
2749 PS. Face às palavras do Senhor Deputado José Santos Mota parece-lhe que  
2750 facilmente se poderia incorporar e fazer uma proposta única, se for esse o  
2751 entendimento. Não quer ir contra aquilo que é o Regimento e transformar este  
2752 conjunto de considerações em proposta e obrigar a que a Assembleia vote se a  
2753 mesma deve ou não ser votada e posteriormente a isso deve ou não ser  
2754 aprovada.-----

2755 Face ao tema proposto, é um contributo que, na sua opinião, pensa que  
2756 enriquece a proposta na medida em que traz timings, alguma metodologia e  
2757 abre já alguns campos onde podem trabalhar.-----

2758 Se for entendimento da bancada do PS que da sua proposta e destes  
2759 contributos apresentados, posteriormente, aos trabalhos de hoje, possa ser  
2760 elaborada uma proposta única que englobe os considerandos de uma e de  
2761 outra bancada, nada a opor. Se isso for inviável, com certeza que retirará os  
2762 considerandos e votarão a proposta do PS sem qualquer tipo de problema.

2763 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia  
2764 referindo que é de opinião que a proposta apresentada pelo Grupo  
2765 Parlamentar do Partido Socialista é perfeitamente pacífica, não suscita  
2766 grandes questões. Por isso, considera perfeitamente dispensável, discutirem  
2767 duas propostas, uma em contraponto, ou juntando as duas, ou fundindo as  
2768 duas com os considerandos apresentados pelo Senhor Deputado Álvaro Prata.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

2769 Assim, quando se fala na constituição de uma Comissão, por dois  
2770 representantes de cada Bancada, chama a atenção de que a CDU tem apenas  
2771 um representante.-----  
2772 Não pode estar em causa a votação da Proposta apresentada pelo PS e veria  
2773 com cabimento que a proposta apresentada pelo Deputado Álvaro Prata fosse  
2774 transformada em "Recomendação" que depois, em conferência de líderes,  
2775 onde estão todas as bancadas representadas, pudesse articular a melhor  
2776 estratégia para levar este assunto ao conhecimento do Governo, seja através  
2777 da criação de uma comissão específica ou da comissão de líderes da própria  
2778 Assembleia, reforçado ou não com um elemento do executivo, matéria que  
2779 depois se articularia com o Senhor Presidente da Mesa e representantes dos  
2780 grupos parlamentares.-----  
2781 ----- Usou novamente da palavra o Senhor Presidente da Assembleia  
2782 referindo que existe uma proposta do PS que lhe compete colocar à discussão  
2783 e votação. Não tem, nem pode ter nenhuma proposta do Grupo Parlamentar  
2784 do PSD, na medida em que não foi entregue em tempo. Não havendo uma  
2785 vontade de inclusão das sugestões do PSD à proposta do PS, vai colocar à  
2786 votação a Proposta do PS e ao PSD fica a possibilidade de apresentar uma  
2787 Recomendação, propondo que fosse votada a Proposta com a Recomendação  
2788 em anexo à mesma.-----  
2789 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Álvaro Prata (coligação PPD/PSD-  
2790 CDS-PP) referindo que a proposta apresentada pelo PS não define  
2791 objetivamente aquilo que interessa ao concelho, na medida em que é curta,  
2792 não fundamenta o porquê destas aspirações e isso inviabiliza a sua aprovação  
2793 por unanimidade. O facto de ser uma proposta, no entendimento da coligação,  
2794 tímida para aquilo que se pretende para este concelho vai inviabilizar que seja  
2795 aprovada por unanimidade. Parece-lhe que seria importante transformar numa  
2796 proposta única da Assembleia Municipal, pelo que solicitava o seu adiamento.  
2797 ----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa, concedeu uma pausa nos  
2798 trabalhos de modo a permitir a realização de diálogo entre os líderes de  
2799 bancada para obterem um consenso.-----  
2800 ----- Retomados os trabalhos e verificando-se que não foi obtido a  
2801 concordância entre os líderes de bancada, o Senhor Presidente da Mesa referiu  
2802 que só lhe restava aceitar a Recomendação do PPD-PSD/CDS-PP e colocar à  
2803 votação a Proposta do PS. Antevê que de facto não vão conseguir com esta  
2804 votação uma unanimidade, o que lamenta, porque considera que é um assunto  
2805 sobejamente importante e mereceria uma unanimidade da parte daquele  
2806 Órgão.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

2807 Colocada à votação a **Proposta apresentada pela Bancada do Partido**  
2808 **Socialista: “Acesso à Autoestrada A25”**, foi a mesma reprovada, com  
2809 quinze (15) votos contra, com treze (13) votos a favor e uma (1) abstenção.---  
2810 ----- Usou da palavra o Senhor Deputado Álvaro Prata (coligação PPD/PSD-  
2811 CDS/PP) que, em nome da bancada, apresentou a seguinte declaração de  
2812 voto:-----

### *“Declaração de Voto*

2814 *O Grupo Parlamentar do PSD presente na Assembleia Municipal de*  
2815 *Gouveia, votou contra na votação da proposta, por recusa de incorporação*  
2816 *das sugestões apresentadas, bem como pela pouca fundamentação da*  
2817 *proposta apresentada.*

2818 *Comprometendo-se a apresentar uma nova proposta que incorpore todas as*  
2819 *tendências presentes nesta Assembleia na próxima reunião deste Órgão.”*

2820 **Ponto 13 - Informações das Atividades do Senhor Presidente e Situação**  
2821 **Financeira a 20/09/2016**

2822 ----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
2823 autorizando o Senhor Presidente a apresentar este ponto da ordem de  
2824 trabalhos, referindo não ter nada a acrescentar.-----

2825 ----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições  
2826 para os Senhores Deputados que pretendessem intervir, não se verificando  
2827 nenhuma intervenção.-----

### **III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

2829 ----- Não se verificou nenhuma intervenção da parte do público presente.----

2830 ----- Nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,  
2831 foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações  
2832 referentes aos **Pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11** da presente **“Ordem do**  
2833 **Dia”**, de modo a produzir efeitos imediatos. -----

2834 ----- Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Mesa foi  
2835 declarada encerrada a reunião pelas duas horas, da qual e para constar se  
2836 lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo  
2837 Senhor Presidente da Mesa e pela sua 1.ª Secretária. -----

2838 ----- Todos os assuntos relatados na presente ata, estão gravados na íntegra  
2839 num MiniDisc, que se encontra arquivado numa pasta própria. -----

2840

**O Presidente da Assembleia Municipal**

2842

2843

2844

**(Luís António Vicente Gil Barreiros)**

2845



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

2846

2847

2848

2849

2850

2851

2852

2853

2854

2855

2856

**A 1.ª Secretária da Assembleia Municipal**

**(Ana Paula Alves Morgado Mendes)**